

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARIANA MONTEIRO DA SILVEIRA**

**O GOVERNO MÉDICI PELAS LENTES DA AGÊNCIA NACIONAL  
(1971-1974)**

**Niterói  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARIANA MONTEIRO DA SILVEIRA**

**O GOVERNO MÉDICI PELAS LENTES DA AGÊNCIA NACIONAL  
(1971-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Contemporânea II

Orientadora: **Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus**

**Niterói  
2015**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

S587 Silveira, Mariana Monteiro da.  
O governo Médici pelas lentes da Agência Nacional (1971-1974) /  
Mariana Monteiro da. Silveira. – 2015.

145 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 139-143.

1. Fotografia. 2. Agência Nacional de Cinema (Brasil). 3. Médice, Emílio Garrastazu, 1905-1985; política e governo, 1971-1974. I. Essus, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em História**

MARIANA MONTEIRO DA SILVEIRA

**O GOVERNO MÉDICI PELAS LENTES DA AGÊNCIA NACIONAL  
(1971-1974)**

**BANCA EXAMINADORA**

**Aprovado em 23/03/2015**

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

.....  
Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça  
Universidade Federal Fluminense

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Teixeira Rainho  
Arquivo Nacional

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por tudo o que aprendi e tudo o que sou.

À minha avó, em memória.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Ana Maria Mauad pela disponibilidade, boa vontade e pertinência nas observações. Por me tranquilizar nos momentos de dificuldade e me fazer acreditar na relevância deste trabalho.

Aos professores Maria do Carmo Rainho e Paulo Knauss pelas pertinentes contribuições e observações na banca de qualificação.

A todos os professores com os quais tive o prazer de cursar disciplinas, tanto no Mestrado quanto na graduação, e que tanto me ensinaram.

Aos meus colegas de trabalho e amigos da Equipe de Documentos Iconográficos do Arquivo Nacional: Bruno Santos, Humberto Donati, Luiz Claudio Santos, Maria Lucia Cerutti e Rodrigo Mourelle. Agradeço especialmente ao coordenador de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, Marcelo Siqueira, e ao supervisor da Equipe de Documentos Iconográficos, Sérgio Lima, por me auxiliarem no acesso às fontes e por acreditarem na relevância deste trabalho para a instituição.

Aos amigos por acompanharem as minhas angústias, dúvidas e alegrias nestes dois anos: André Luiz, Antonio Laurindo, Bianca Bender, Cadu Marconi, Diogo Eduardo, Eduardo Lima, Flavia Belo, Frederico Bittencourt, Hugo Duarte, Mariana Rimoli, Mariane Pinto, Renata Borges, Vívian Curvello, Viviane Gouvêa. Em especial, à Heliene Nagasava pelo apoio e incentivo desde antes do processo seletivo e pelas inúmeras conversas e à Maria Isabela pela valiosa ajuda.

Ao Benedito e ao Miguel pela companhia constante e por sempre me fazerem sorrir.

Aos meus pais, meu irmão e minha cunhada pelo amor incondicional, pelo apoio nos momentos de angústia e por compreenderem as minhas ausências.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as fotografias produzidas pela Agência Nacional entre os anos 1971 e 1974, durante o governo do Presidente Médici. A Agência Nacional tinha como finalidade fazer a divulgação das notícias do governo de interesse do país, através do envio de boletins de notícias e fotografias à imprensa e da produção de cinejornais. Para esta pesquisa, toma-se como objeto sua produção fotográfica, aqui considerada como fotografia pública na medida em que cumpre uma função política de dar visibilidade ao poder e é produto de práticas sociais e experiências históricas. Analisa-se, portanto, o discurso político produzido pela Agência Nacional por meio da mensagem fotográfica durante o período, além de verificar a circulação dessa mensagem na imprensa da época.

**Palavras-chave:** Fotografia; Agência Nacional; Governo Médici

## ABSTRACT

This work aims to analyze the photographs taken by the National Agency between the years of 1971 and 1974, during President Médici's government. The National Agency aimed to make the disclosure of government news that concerns the country, by sending newsletters and photographs to the press and by producing newsreels. For this research, its photographic production is taken as object, here considered as public photography to the extent that it fulfills a political function to give visibility to power and is the product of social practices and historical experiences. Therefore, it analyzes the political discourse produced by the National Agency through the photographic message during the period and checks the circulation of this message in the contemporary press.

**Keywords:** Photography; National Agency; Médici's Government

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Jornal do Brasil, 20/02/1973, p. 3 .....	p. 118
<b>Figura 2</b> – Correio da Manhã, 11/03/1972, p. 2 .....	p. 119
<b>Figura 3</b> – Correio da Manhã, 23/12/1972, p. 3 .....	p. 120
<b>Figura 4</b> – Correio da Manhã, 24/02/1973, p. 1 .....	p. 121
<b>Figura 5</b> – Correio da Manhã, 17/03/1973, p. 1 .....	p. 122
<b>Figura 6</b> – Correio da Manhã, 14/08/1973, p. 1 .....	p. 123
<b>Figura 7</b> – Correio da Manhã, 26 e 27/08/1973, p. 4 .....	p. 124
<b>Figura 8</b> – Correio da Manhã, 26/09/1973, p. 2 .....	p. 125
<b>Figura 9</b> – Correio da Manhã, 16/10/1973, p. 2 .....	p. 126
<b>Figura 10</b> – Correio da Manhã, 08/01/1974, p. 1 .....	p. 127
<b>Figura 11</b> – Correio da Manhã, 09/01/1974, p. 1 .....	p. 128
<b>Figura 12</b> – Correio da Manhã, 09/02/1974, p. 2 .....	p. 129
<b>Figura 13</b> – Correio da Manhã, 15/02/1974, p. 6 .....	p. 130
<b>Figura 14</b> – Correio da Manhã, 23/02/1974, p. 2 .....	p. 131
<b>Figura 15</b> – Correio da Manhã, 09/03/1974, p. 6 .....	p. 132

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Distribuição das fotografias por anos e meses .....	p. 64
<b>Tabela 2</b> - Quantidade de fotografias selecionadas / mês .....	p. 65
<b>Tabela 3</b> – Tamanho da foto .....	p. 67
<b>Tabela 4</b> – Enquadramento I: Sentido da foto .....	p. 68
<b>Tabela 5</b> – Enquadramento II; Direção da foto .....	p. 69
<b>Tabela 6</b> – Sentido x direção .....	p. 69
<b>Tabela 7</b> – Enquadramento III: Distribuição de planos .....	p. 70
<b>Tabela 8</b> – Enquadramento IV: Arranjo e equilíbrio .....	p. 70
<b>Tabela 9</b> – Nitidez I: Foco .....	p. 71
<b>Tabela 10</b> – Nitidez II: Impressão visual .....	p. 71
<b>Tabela 11</b> – Nitidez III: Iluminação .....	p. 71
<b>Tabela 12</b> – Fotógrafos .....	p. 72
<b>Tabela 13</b> – Locais .....	p. 76
<b>Tabela 14</b> – Tipos de lugares .....	p. 79
<b>Tabela 15</b> – Ambiente interno x Ambiente externo .....	p. 84
<b>Tabela 16</b> – Indivíduo x Grupo .....	p. 88
<b>Tabela 17</b> – Pessoas retratadas .....	p. 89
<b>Tabela 18</b> – Temas .....	p. 98

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> - Inauguração do Centro Recreativo da Marinha .....	p. 80
<b>Fotografia 2</b> - Cerimônia de desarmamento do cruzador Barroso .....	p. 81
<b>Fotografia 3</b> - Cortejo nas ruas do centro do Rio de Janeiro pela chegada dos despojos de D. Pedro I .....	p. 81
<b>Fotografia 4</b> - Médici descerra a fita inaugurando a Ponte Rio-Niterói .....	p. 82
<b>Fotografia 5</b> - Assinatura de convênio entre o Banco Nacional de Habitação e o Governo da Guanabara .....	p. 84
<b>Fotografia 6</b> - Obra em trecho da rodovia Transamazônica .....	p. 85
<b>Fotografia 7</b> - Presidente Médici cumprimenta militares .....	p. 90
<b>Fotografia 8</b> - O ministro dos Transportes, Mario Andreazza, inaugura um trecho da BR-116 .....	p. 91
<b>Fotografia 9</b> - Coronel Francisco Homem de Carvalho passando o batalhão em revista após assumir o comando do 1º Batalhão da Polícia do Exército .....	p. 92
<b>Fotografia 10</b> - Desfile militar .....	p. 93
<b>Fotografia 11</b> - Chagas Freitas discursando na solenidade de posse no governo da Guanabara .....	p. 94
<b>Fotografia 12</b> - Encerramento de colônia de férias no Centro de Instrução Almirante Wandekolk .....	p. 95
<b>Fotografia 13</b> – Chegada do corpo de D. Pedro I ao Rio de Janeiro, parte das comemorações pelo Sesquicentenário da Independência .....	p. 96
<b>Fotografia 14</b> - Presidente Médici sendo aplaudido durante a inauguração da Ponte Rio-Niterói .....	p. 96
<b>Fotografia 15</b> - Ginastas brasileiras preparadas para o Mundial .....	p. 97
<b>Fotografia 16</b> – Presidente Médici e outros na cerimônia de recepção aos despojos de D. Pedro I .....	p. 99
<b>Fotografia 17</b> - Chegada dos despojos de D. Pedro I ao Rio de Janeiro .....	p. 101
<b>Fotografia 18</b> - Provedor da Santa Casa de Misericórdia inaugura melhoramentos .....	p. 102
<b>Fotografia 19</b> - Comandante Carlos Gouvêa, Capitão dos Portos, deposita uma palma de flores em comemoração ao 165º aniversário de abertura dos portos ....	p. 103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI-1	Ato Institucional n.º 1
AI-5	Ato Institucional n.º 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
AID	Assessoria de Imprensa e Divulgação
AIRP	Assessoria de Imprensa e Relações Públicas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARP	Assessoria de Relações Públicas
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EM	Estado Maior
ESG	Escola Superior de Guerra
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGHMB	Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
JB	Jornal do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OMS	Organização Mundial de Saúde
QG-CFN	Quartel General do Corpo de Fuzileiros Navais
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SNI	Serviço Nacional de Informações
STM	Superior Tribunal Militar
UDN	União Democrática Nacional
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>p. 13</b>
<b>Capítulo 1: A Agência Nacional .....</b>	<b>p. 22</b>
1.1. Breve histórico da Agência Nacional .....	p. 22
1.2. Estrutura, funcionamento e organização .....	p. 29
1.3. Cargos e atribuições .....	p. 37
1.3.1. A Agência Nacional e seus diretores-gerais .....	p. 42
1.4. Algumas críticas do jornal Correio da Manhã ao funcionamento da Agência Nacional .....	p. 48
1.5. O acervo documental da Agência Nacional hoje .....	p. 50
1.5.1. Documentos textuais .....	p. 50
1.5.2. Documentos sonoros .....	p. 52
1.5.3. Documentos filmográficos .....	p. 52
1.5.4. Documentos iconográficos .....	p. 53
1.6. Considerações preliminares .....	p. 54
<b>Capítulo 2: O Governo Médici nas fotografias da Agência Nacional .....</b>	<b>p. 56</b>
2.1. Natureza do material e organização da análise .....	p. 60
2.2. Desenvolvimento da análise .....	p. 66
2.2.1. O espaço fotográfico .....	p. 66
2.2.2. O espaço geográfico .....	p. 75
2.2.3. O espaço do objeto .....	p. 85
2.2.4. O espaço da figuração .....	p. 88
2.2.5. O espaço da vivência .....	p. 98
<b>Capítulo 3: A circulação das imagens da Agência Nacional na imprensa .....</b>	<b>p. 105</b>
3.1. Correio da Manhã .....	p. 106
3.2. Jornal do Brasil .....	p. 112
3.3. As fotografias da Agência Nacional nas páginas do Correio da Manhã e Jornal do Brasil .....	p. 115
<b>Conclusão .....</b>	<b>p. 137</b>

**Fontes ..... p. 139**

**Anexos ..... p. 144**

## INTRODUÇÃO

E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá, na década de 70, a nossa hora.

E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente.

E, porque o creio, e porque o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação.

E aceito, neste símbolo do Governo da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias – a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente.

E, com a ajuda de Deus e dos homens, terei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.<sup>1</sup>

Assim terminou o discurso de posse na Presidência da República de Emílio Garrastazu Médici, pronunciado em 30 de outubro de 1969. Médici se tornava o terceiro presidente militar desde o golpe de 1964. Nascido em 4 de dezembro de 1905 na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, e filho de mãe uruguaia e pai italiano, Médici estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo e na Escola de Armas. Apoiou a Revolução de 1930 e se aliou às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Foi comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre, chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar, subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras, comandante da 4ª Divisão de Cavalaria em Campo Grande, adido militar em Washington, chefe do Serviço Nacional de Informações e comandante do 3º Exército, no Rio Grande do Sul. Apresentava-se em seu discurso de posse, portanto, como homem do campo, homem da fronteira, homem de família, homem do povo, homem da caserna, homem de sua terra e de seu tempo, homem da *revolução*, homem da lei e homem de fé. Enfim, um líder plural para representar as múltiplas necessidades da sociedade brasileira, levando um discurso de esperança e oportunidades rumo ao progresso do país.

Se, por um lado, seu governo é lembrado pela repressão política, os exílios, a censura, as torturas, as prisões e o desaparecimento de pessoas, por outro lado foi também o período do “milagre econômico”, do otimismo em relação ao futuro do país, da busca pela construção de uma imagem de grandeza da nação.

---

<sup>1</sup> *Mundo sem fronteiras*. Discurso de posse de Emílio Garrastazu Médici, pronunciado a 30 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discurso-de-posse>> Acesso em 15 jan 2015.

Uma das marcas mais lembradas do governo Médici é a propaganda política e a preocupação com a opinião pública. Entretanto, os militares não queriam um órgão nos moldes do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. A estratégia de comunicação do governo militar atuava em diferentes frentes: por um lado, a Assessoria Especial de Relações Públicas, criada em 1968, era responsável pela propaganda política do governo, embora sem um projeto muito claro – a palavra *propaganda* sequer aparece no nome do órgão. Por outro lado, a Agência Nacional efetuava a divulgação das notícias do governo de interesse para o país.

A Agência Nacional foi criada em 1945 como órgão subordinado ao Departamento Nacional de Informações, que substituiu o DIP. Posteriormente, tornou-se um órgão independente, subordinado diretamente ao Gabinete Civil da Presidência da República. A Agência Nacional tinha como objetivo principal fazer a divulgação das atividades do governo, através do envio de boletins de notícias e fotografias aos meios de comunicação, além de ser a responsável pelo programa radiofônico *A Voz do Brasil* e pela produção de cinejornais.

As fotografias da Agência Nacional são entendidas como fotografias públicas e, portanto, funcionam como “suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos”<sup>2</sup>. No marco desse conceito, essa dissertação tem como objetivo analisar, por meio da mensagem fotográfica, o discurso político produzido pela Agência Nacional durante o governo Médici.

O interesse em trabalhar com as fotografias da Agência Nacional surgiu da minha experiência como servidora do Arquivo Nacional, onde o acervo da Agência Nacional está depositado. Há cerca de seis anos trabalho na Equipe de Documentos Iconográficos da instituição que, dentre outros, cuida do acervo iconográfico da Agência Nacional, composto por negativos, cópias por contato e fotografias de atividades ligadas à esfera federal desde o primeiro governo de Getúlio Vargas até Ernesto Geisel. Foi este trabalho que despertou o meu interesse pela utilização das imagens como fontes de conhecimento histórico. Por outro lado, a pesquisa que resultou nesta dissertação ajudou a reconhecer e valorizar a importância deste importante acervo e das fotografias como documentos históricos.

---

<sup>2</sup> MAUAD, Ana Maria. “Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica”. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 2, n. 2, jul/dez. 2013. p. 13

## Agência Nacional em perspectiva historiográfica

São escassos os trabalhos sobre a Agência Nacional, ainda que enfoquem outros aspectos que não sua produção fotográfica ou em período histórico distinto ao trabalhado nesta pesquisa. Clarissa de Castro<sup>3</sup> analisou os cinejornais produzidos pela Agência Nacional durante o governo democrático de Getúlio Vargas, vendo-os como construtores de uma memória e imagem do período pela ótica do Estado. O governo Vargas utilizava os cinejornais como veiculadores de propagandas políticas e exibição de um poder que se utilizava do convencimento e da persuasão para buscar sua legitimação perante o público receptor.

Embora as pesquisas sobre acervos fotográficos federais como a Agência Nacional ainda sejam escassas, há alguns trabalhos que enfocam acervos fotográficos de governos estaduais. Uma edição da *Primeiros Escritos*<sup>4</sup> dedicou-se a trabalhos que têm como ponto de partida as imagens que integram o fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que reúne o acervo fotográfico dos órgãos de divulgação e comunicação social dos governos dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara entre os anos de 1960 e 1998. Pedro Motta<sup>5</sup>, por exemplo, analisa, a partir da documentação iconográfica da AID, a relação entre a sociedade civil e o governador da Guanabara Chagas Freitas a partir de sua presença e da importância política de seu comparecimento nas festas religiosas católicas. Segundo Motta, a presença do governador e sua difusão na imprensa por meio de fotografias definiam o ato religioso como um ato político. Douglas Machado<sup>6</sup> concentra seu trabalho nas fotografias relacionadas ao Projeto Praia Grande, que fazia parte de um amplo programa de reurbanização da cidade de Niterói, durante o governo Raymundo Padilha (1970-1975), investigando também o noticiário sobre o projeto no principal jornal estadual da época, *O Fluminense*. Desta maneira, segundo o autor, é possível analisar a capacidade da assessoria de imprensa do governo em “plantar” matérias que promoviam sua imagem, considerando que na época do Projeto Praia Grande tudo o que era publicado nos jornais sobre o Estado e suas ações passava pelo crivo da censura.

---

<sup>3</sup> CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. *O governo democrático de Vargas através dos cinejornais*. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2013

<sup>4</sup> *Primeiros Escritos*, n. 19, março de 2013

<sup>5</sup> MOTTA, Pedro. Festas religiosas e políticas no tempo do governo Chagas Freitas. *Primeiros Escritos*, n. 19, março de 2013. pp. 16-26

<sup>6</sup> MACHADO, Douglas Vieira. Imprensa e governo: o aterro da Praia Grande em Niterói e a política fluminense no tempo do governo Raymundo Padilha. *Primeiros Escritos*, n. 19, março de 2013. pp. 42-56

Sob este enfoque, destaca-se a dissertação de mestrado de Daniela Görgen dos Reis, na qual ela trabalha com as fotografias do movimento da Legalidade produzidas pela Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul<sup>7</sup>. Neste trabalho é problematizada a maneira como o governo gaúcho construiu a visualidade do movimento da Legalidade através da fotografia, compreendendo a produção dessas imagens no contexto de redemocratização do Brasil (1945-1961) e de uma nova cultura visual nos anos 1950. Além disso, a autora buscou identificar os padrões icônicos e formais e a construção de uma visualidade do movimento nos objetos, acontecimentos e poses, buscando interpretar as formas de representação política do governador Leonel Brizola e demais lideranças. Partindo da diferenciação entre fotojornalismo e fotoassessorismo utilizada por Cibele Abdo Rodella<sup>8</sup>, Reis buscou compreender os sentidos construídos pelo repórter quando da utilização da linguagem fotográfica na produção de imagens para fins de assessoria de imprensa.

O fotoassessorismo é um neologismo criado por Cibele Rodella para se referir à imagem fotográfica na assessoria de imprensa. O fotoassessorismo se aproxima do fotojornalismo pelo seu caráter de registro do acontecimento. Entretanto, o fotoassessorismo intenciona manter uma imagem, em sentido amplo e subjetivo, favorável ao assessorado, seja uma organização ou seus dirigentes. Segundo Rodella, a fotografia na assessoria de imprensa transita entre dois campos de tensão: por um lado, como assessoria de imprensa, é produzida para reforçar ou criar uma imagem positiva do assessorado; por outro lado, como destinada às redações, deve manter características de gênero e formato do fotojornalismo e se enquadrar nos critérios de noticiabilidade para serem utilizadas nas edições de jornais e revistas.

O fotoassessorismo é utilizado na construção da imagem pública de organizações, dirigentes e gestores. As fotografias devem ter qualidade estética e informativa e critérios de noticiabilidade que se enquadrem no padrão das redações para terem maiores chances de ser aproveitadas nas edições de jornais e revistas. A “capacidade de passar uma mensagem (intencionalidade de comunicação) é fundamental no fotojornalismo e também no fotoassessorismo.”<sup>9</sup>

Ainda segundo a autora, no fotoassessorismo a imagem é produzida de forma premeditada com o objetivo de valorizar esteticamente o cenário e organizar os personagens e

---

<sup>7</sup> REIS, Daniela Görgen dos. *Imagens do poder: as fotografias da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961)*. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012

<sup>8</sup> RODELLA, Cibele Abdo. “Fotoassessorismo: a imagem fotográfica na assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Maringá”. *Discursos Fotográficos*, v. 7, n. 10, pp. 33-56, Londrina, jan/jun. 2011

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 40.

objetos a serem fotografados. Portanto, o fotógrafo manipula enquadramentos, planos e focos e pensa previamente nos conceitos e valores que quer transmitir ao leitor.

Outro ponto bastante importante no fotoassessorismo é a ação, a presença do movimento nas fotografias. Segundo Rodella, apesar do fotoassessorismo buscar assegurar um ponto de vista, deve-se evitar as poses muito evidentes, armações e direções de cena para evitar a rejeição por parte da imprensa. Apesar da aproximação entre fotoassessorismo e o fotojornalismo, a autora ressalta que “o flagrante, considerado por muitos como o fotojornalismo autêntico, dificilmente estará presente nas fotografias de assessoria de imprensa.”<sup>10</sup> Quando a produção da fotografia não for possível, o olhar do fotógrafo deverá buscar uma composição que informe ao mesmo tempo em que destaque a organização retratada.

A partir da observação da linguagem fotográfica utilizada na produção das imagens, busca-se ler a intencionalidade de comunicação de quem as produziu. A produção de imagens no fotoassessorismo está atrelada à construção da imagem pública que a organização, órgão, seus dirigentes e gestores pretendem fazer de si. A produção e seleção de imagens para assessoria de imprensa estão atreladas aos mesmos fatores que determinam a escolha dos fatos ou eventos que gerarão materiais para a imprensa. As imagens produzidas são premeditadas, de maneira a organizar os significantes e os elementos da linguagem fotográfica. Além do mais, as fotografias deveriam possuir qualidade tanto estética como informativa, o que aumentaria suas chances de ser publicadas nos jornais e revistas.

Governos buscam documentar, através da fotografia, seus feitos e realizações, omitindo o que não se desejava divulgar e, de certa maneira, manipulando a informação. As fotografias demonstram a interpretação do governo sobre si. A percepção do poder, por sua vez, se processa em duas vias: a maneira pela qual pretende aparecer e a maneira pela qual é percebido. Desta maneira, a percepção do poder se torna um fenômeno essencial para o entendimento de atitudes e representações mentais de uma época.<sup>11</sup>

A imagem era produzida pelos fotógrafos, o filme encaminhado para revelação e ampliação, escolhia-se as melhores imagens, escreviam-se as legendas e então encaminhava-se aos jornais e revistas para que fossem utilizadas ou não. Vale lembrar que geralmente as fotografias não tinham o crédito do fotógrafo responsável. O percurso entre o registro do

---

<sup>10</sup> Ibidem, pp. 52-53

<sup>11</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 54

evento até sua publicação nos veículos de informação era um processo que levava tempo e podia influenciar a sobrevivência da informação oficial.

A Agência Nacional não era uma assessoria de imprensa, mas uma agência de notícias oficiais. Entretanto, o modo de operação e os seus objetivos se aproximam bastante das assessorias de imprensa, se encaixando na definição de fotoassessorismo de Rodella. Assim como em uma assessoria de imprensa, a Agência Nacional buscava passar uma mensagem e valorizar as ações do governo Médici, destacando suas obras, projetos, eventos e programas que possibilitavam o “milagre” brasileiro, o progresso e a difusão de seus valores.

A imagem fotográfica em assessoria de imprensa constrói estratégias de sentido que tendem a valorizar o assessorado. A opinião está presente no fotoassessorismo, não há isenção, já que se busca assegurar um ponto de vista de maneira equilibrada com os critérios de noticiabilidade adotados pela redação, que deveria prestar contas a seus leitores e manter um nível apropriado de isenção, próprio do jornalismo.

No que se refere aos estudos da propaganda política estatal e a utilização da imprensa pelo Estado, Silvana Goulart<sup>12</sup> analisa o período do Estado Novo, quando o Estado assume o controle dos meios de comunicação social, estudando o Departamento de Imprensa e Propaganda. Goulart diz que o DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado nas esferas cultural e ideológica por meio de suas instituições. Assim, o aparelho estatal legalizou, institucionalizou e sistematizou sua presença na vida política e cultural do país através do controle e da centralização dos meios de comunicação em massa. Desta maneira, os meios de comunicação veiculam o projeto político-ideológico do Estado, procurando legitimá-lo socialmente.

Maria Helena Capelato<sup>13</sup>, por sua vez, analisa a propaganda elaborada pelo Estado Novo (1937-1945) e pelo peronismo (1945-1955), investigando as representações políticas, as encenações de poder e os imaginários sociais, a partir dos meios de comunicação, educação e produção cultural do período. Tanto a propaganda varguista quanto a peronista se inspiraram na propaganda nazi-fascista, utilizando mecanismos diversos para controlar as massas. A propaganda política em ambos os governos exercia um importante papel ao apresentar sociedades harmônicas, ocultando os conflitos e definindo aliados e inimigos através de

---

<sup>12</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

<sup>13</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Editora Unesp: São Paulo, 1998.

símbolos. Assim, efetuava-se um forte controle dos meios de comunicação a fim de canalizar a participação das massas na direção imposta pelo governo. Capelato afirma que não se pode compreender o varguismo e o peronismo sem a propaganda de caráter político, mas nega que a popularidade dos regimes se deva apenas à conjugação de violência física e simbólica.

Tatiana Bulhões<sup>14</sup> desenvolve seu trabalho a partir de imagens da Ação Integralista Brasileira, revelando as alianças e articulações entre este movimento e a imprensa do Rio de Janeiro e analisando os usos e objetivos envolvidos na publicação de imagens pela AIB na imprensa carioca. Através da Secretaria Nacional de Imprensa, a AIB buscava coordenar, orientar e organizar a imprensa integralista no país, além de orientar e cooperar com jornais integralistas, fornecer matérias e fotografias, auxiliar jornais integralistas ou favoráveis ao integralismo e fazer publicidade na imprensa. Bulhões avalia a importância atribuída pela AIB à propaganda política e à imprensa, caracterizando a propaganda por meio de fotografias na imprensa integralista, além de investigar as alianças entre a imprensa carioca e a AIB.

\*

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a Agência Nacional, buscando identificar seus objetivos, estrutura e funcionamento, dando destaque para o período de que trata este trabalho, a ditadura militar. Para tanto, este capítulo foi dividido em cinco partes que abordam alguns aspectos da Agência Nacional: inicialmente é feito um breve histórico da Agência Nacional desde a sua criação, à época subordinada ao Departamento Nacional de Informações, até sua extinção em 1979, destacando seus objetivos e funções, expressos principalmente em documentos oficiais, como leis e decretos. Será mostrado como a Agência Nacional estruturava suas divisões e quais eram suas atribuições, destacando as principais atividades de seus diretores-gerais a partir de 1964. São relatadas também algumas críticas feitas pela imprensa à Agência Nacional a partir da instauração do regime militar. E, por fim, apresenta-se um panorama dos documentos produzidos pela Agência Nacional que hoje constituem um importante acervo da visão do governo da história depositado no Arquivo Nacional. Devido à escassez de bibliografia sobre a Agência Nacional, para o desenvolvimento do capítulo foram usadas a legislação relacionada à sua criação e funcionamento, informações dispersas em boletins e publicações diversas e documentos produzidos pela própria Agência Nacional.

---

<sup>14</sup> BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

No segundo capítulo analisam-se as fotografias produzidas e distribuídas pela Agência Nacional durante parte do governo do general Médici, buscando compreender os significados desta produção fotográfica. Escolheu-se trabalhar com as fotografias do governo Médici por ter sido um período de grande agitação política e social. Além disso, o fato de muitas destas fotografias estarem acompanhadas de um papel timbrado da Agência Nacional com a legenda da foto e referência à matéria completa nos indicam que estas fotografias foram escolhidas pela própria Agência Nacional para serem enviadas aos meios de comunicação para divulgar as notícias do governo. O conjunto é composto por 1.126 fotografias produzidas entre os anos de 1971 e 1974. Não se sabe por que não há imagens dos dois primeiros anos do governo Médici; o acervo foi recolhido desta maneira ao Arquivo Nacional (onde está depositado). As fotografias foram analisadas por amostragem. A análise por amostragem foi necessária devido, principalmente, ao curto tempo disponível para análise de todo o universo fotográfico do período. Desta maneira, pretende-se obter um panorama dos principais assuntos registrados, com base na seleção de 50 fotografias de cada ano, totalizando 200 imagens analisadas.

Primeiramente, destaca-se a problemática da materialidade da fotografia, o que significa trabalhá-la, simultaneamente, como imagens e objetos físicos que existem no tempo e no espaço e, portanto, na experiência social e cultural. Posteriormente foi feita a descrição da fonte – as fotografias da Agência Nacional –, o recorte da análise e a metodologia utilizada. Na sequência aborda-se a mensagem fotográfica tendo em vista os espaços que a estrutura: o espaço fotográfico, o espaço geográfico, o espaço do objeto, o espaço da figuração e o espaço da vivência<sup>15</sup>. Através desta análise pretende-se entender a função da Agência Nacional em relação à circulação destas imagens e de que maneira elas qualificavam aquele governo.

O terceiro e último capítulo analisa a circulação das fotografias da Agência Nacional na imprensa escrita da época, mais especificamente nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Os dois veículos tinham sede no Rio de Janeiro, que deixara de ser a capital do país há menos de dez anos, mas mantinha-se como um importante cenário da política nacional. O *Correio da Manhã* foi um jornal que adotou abertamente uma postura de oposição à ditadura militar então vigente, denunciando as arbitrariedades do regime. Entretanto, devido à sua postura, sofreu retaliações e acabou indo à falência em 1974. Portanto, o período de que trata este trabalho corresponde aos últimos anos do *Correio da Manhã*, que já estava em período de

---

<sup>15</sup> MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história – interfaces”. In: *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008. pp. 29-47

decadência e havia perdido a relevância e caráter combativo que tivera no início da ditadura. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, apoiou a queda de João Goulart em 1964, mas questionou algumas medidas pontuais do regime ditatorial. Este capítulo apresenta um levantamento das fotografias da Agência Nacional publicadas nestes periódicos, analisando-as e buscando inferir o impacto que a Agência Nacional tinha neste período em termos de fornecimento de imagens para os jornais.

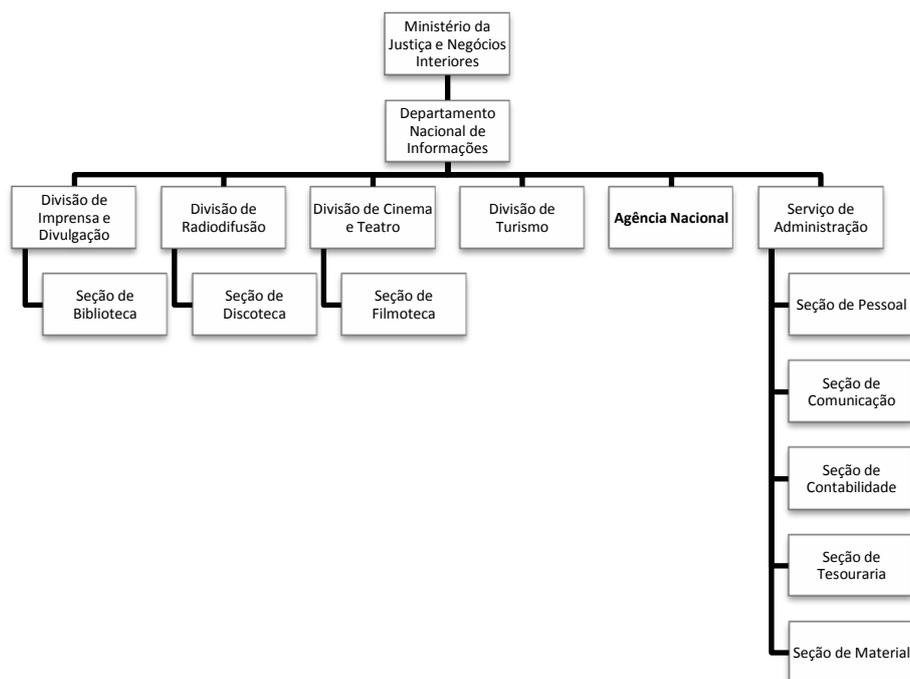
## **CAPÍTULO 1: A AGÊNCIA NACIONAL**

A Agência Nacional foi, de 1945 a 1979, o órgão de notícias do governo federal, distribuindo informações no Brasil e no exterior acerca do Estado brasileiro e do dia-a-dia da Presidência da República, divulgando as atividades e ações do governo, sua equipe e a da gestão como um todo. Como órgão do estado que delineava um perfil do governo, a Agência Nacional não só produziu as imagens que são objeto desta pesquisa, como também teve caráter fundamental no tipo de estado que se construiu no Brasil contemporâneo, definindo uma condição de ser do governo através da fomentação da cultura política hegemônica e da naturalização dos códigos de representação social do grupo no poder. Este primeiro capítulo, portanto, procura apresentar a Agência Nacional destacando sua estrutura, sua função dentro do aparato do governo federal e o histórico de sua organização, dando ênfase ao período da ditadura militar.

A ausência de estudos sobre a Agência Nacional chega a ser intrigante, em que pese a sua longevidade e importância nos setores de comunicação governamental, o que direcionou a pesquisa para o estudo da legislação pertinente ao tema. Entretanto, como nem sempre o que está previsto na lei é o que de fato aconteceu, a utilização dos jornais da época e dos documentos produzidos no dia-a-dia da Agência Nacional busca fazer um contraponto ao que determinava a lei sobre seu funcionamento.

### **1.1. Breve histórico da Agência Nacional**

A Agência Nacional foi criada em 1945, subordinada ao Departamento Nacional de Informações, através do Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945, que extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda. O DNI foi então constituído pela Divisão de Imprensa e Divulgação, com a Seção de Biblioteca; a Divisão de Radiodifusão, com a Seção de Discoteca; a Divisão de Cinema e Teatro, com a Seção de Fimoteca; a Divisão de Turismo; a Agência Nacional; e o Serviço de Administração, compreendendo as Seções de Pessoal, Comunicação, Contabilidade, Tesouraria e Material.



**Organograma 1**

Subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o DNI manteve muitas das atribuições do DIP, órgão agora extinto. O DNI tinha como suas competências:

- a) coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, e em todos os setores da atividade nacional, em cooperação com os órgãos culturais dos Ministérios da Educação e Saúde e das Relações Exteriores e com os órgãos congêneres dos Estados e Prefeituras;
- b) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas, intelectuais e instituições culturais do país, podendo para isso estabelecer e conceder prêmios;
- c) promover, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições;
- d) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
- e) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-lei nº 21.111, de 1 de março de 1932, e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa;
- f) estimular a produção de filmes nacionais; promover intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros e organizar publicações de caráter cultural e turístico;
- g) organizar e dirigir os programas de radiodifusão do Governo;
- h) autorizar a concessão de favores aduaneiros para importação de papel de imprensa e registro de jornais ou periódicos, bem como de agências telegráficas ou de informações, nacionais ou estrangeiras, ouvindo os órgãos de classe.<sup>16</sup>

A Agência Nacional estava subordinada diretamente ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Informações e cabia a ela fazer a “distribuição de noticiário e

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.

serviço fotográfico, em caráter meramente informativo, à imprensa da Capital e dos Estados”<sup>17</sup>.

No ano seguinte, em 1946, o Departamento Nacional de Informações foi extinto através do Decreto-lei n.º 9.788<sup>18</sup>. Este decreto-lei, no entanto, manteve a Agência Nacional, agora subordinada diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e estabeleceu suas competências e estrutura. A Agência Nacional mantinha o seu caráter meramente informativo das atividades nacionais cabendo-lhe informar sobre assuntos ligados à vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística, mantendo o jornal cinematográfico e o boletim informativo radiofônico transmitido para todo o país.

Em 1964, os militares assumiram o poder depondo o presidente João Goulart. Os militares da linha-dura ansiavam assumir o poder e “estavam decididos a evitar o erro de entregar o poder a outro subgrupo da elite política, que poderia conduzir o Brasil ao beco sem saída da ‘corrupção’ e da ‘subversão’.”<sup>19</sup> Os golpistas sustentavam ideias marcadamente anticomunistas. Segundo o Ato Institucional n.º 1, emitido em 9 de abril daquele ano pelos ministros militares, o golpe vinha para restaurar a ordem interna e o prestígio internacional do país. Poucos dias depois do golpe militar, o general Castelo Branco, que fora chefe do Estado-Maior do Exército, assumiria a Presidência da República.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era “restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais”. O primeiro foi fácil. O segundo seria muito mais difícil.<sup>20</sup>

Castelo Branco permaneceu na Presidência do país por três anos, até março de 1967. Politicamente, Castelo Branco e os membros das Forças Armadas que instauraram o regime ditatorial foram responsáveis por codificar poderes arbitrários para o Executivo, reduzir os poderes do Legislativo e do Judiciário, manipular as eleições e os partidos e banir da vida pública a maior parte dos políticos de esquerda e alguns do centro. Conseguiram, ainda, derrotar e desacreditar seus opositores, estabilizar a economia, reorganizar o sistema financeiro e renegociar a dívida externa.<sup>21</sup>

Castelo Branco foi sucedido por Costa e Silva, que recebeu a faixa presidencial em 15 de março de 1967. A chegada de Costa e Silva à Presidência da República representou o

---

<sup>17</sup> Idem

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 9.788, de 6 de setembro de 1946. Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências.

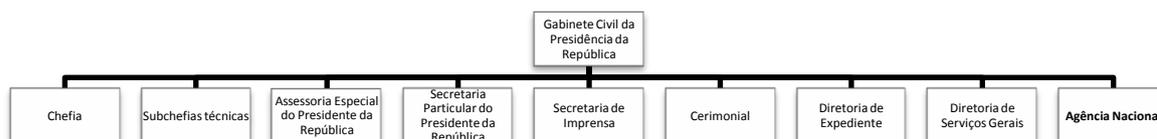
<sup>19</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 353-354

<sup>20</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 45

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 133-136

endurecimento do regime militar e a descontinuidade da política que vinha sendo feita por Castelo Branco, já que Costa e Silva não manteve nenhum remanescente do governo anterior em seus ministérios. A composição dos ministérios de Costa e Silva era fortemente militar, sugerindo possivelmente uma posição mais nacionalista.<sup>22</sup>

Sob o regime ditatorial, a Agência Nacional sofreu uma nova mudança em 1967, poucos dias antes da chegada de Costa e Silva ao poder. A Agência Nacional deixava o Ministério da Justiça e Negócios Interiores para integrar o Gabinete Civil da Presidência da República. Caberia ao Gabinete Civil “promover a divulgação dos atos e atividades da Presidência da República e, através da Agência Nacional, de assuntos de interesse do país”<sup>23</sup>. O Gabinete Civil era então composto por oito órgãos: Chefia, Subchefias técnicas, Assessoria Especial do Presidente da República, Secretaria Particular do Presidente da República, Secretaria de Imprensa, Cerimonial, Diretoria de Expediente, Diretoria de Serviços Gerais e Agência Nacional. A Secretaria de Imprensa era o órgão responsável por selecionar as informações e atos do Governo, bem como os assuntos de interesse das unidades da Federação, para serem divulgados pela Agência Nacional.



**Organograma 2**

<sup>22</sup> Ibidem, p. 140-141

<sup>23</sup> BRASIL. Decreto n. 60.349, de 9 de março de 1967. Altera o Regimento do Gabinete Civil da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 56.596, de 21 de julho de 1965, em virtude da integração, no mesmo Gabinete, da Agência Nacional, conforme o disposto do Decreto-lei nº 166, de 14 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O objetivo da Agência Nacional, conforme expresso no decreto que a integrou ao Gabinete Civil da Presidência da República, era “colaborar com os órgãos públicos, associações privadas, imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e público em geral, mediante a divulgação de assuntos de interesse do país, ligados a sua vida administrativa, política, financeira, social, cultural, cívica e artística”.<sup>24</sup>

Determinou-se também que todo o acervo da Agência Nacional fosse transferido do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Presidência da República e que seus atuais servidores passariam a constituir um quadro especial a ser aprovado mediante proposta do chefe do Gabinete Civil; os servidores considerados excedentes ou desnecessários, a critério da Agência Nacional, continuariam a integrar o quadro do Ministério da Justiça<sup>25</sup>. Apesar da mudança de subordinação, os trabalhos relativos a administração de pessoal, material e orçamento continuariam a ser realizados pelo Ministério da Justiça até que se ultimasse definitivamente a transferência dos serviços da Agência Nacional para o Gabinete Civil da Presidência da República.<sup>26</sup> No ano seguinte, foi assegurada a autonomia administrativa e financeira à Agência Nacional como órgão autônomo da Administração Direta e sem prejuízo de sua subordinação ao Gabinete Civil de Presidência da República.<sup>27</sup>

Em janeiro de 1969 instituiu-se um Grupo de Trabalho formado por representantes da Agência Nacional e do Ministério das Relações Exteriores com a finalidade de estudar e propor a organização de um serviço integrado entre estes órgãos, a fim de promover o Brasil no exterior.<sup>28</sup> Uma de suas primeiras funções foi coordenar, de acordo com o jornal *Correio da Manhã*, “uma vasta promoção para difundir os benefícios e as realizações da Revolução de 64 tanto no plano interno como no externo”<sup>29</sup>.

Com o Decreto-lei nº 592, de 23 de maio de 1969, foi definida a finalidade da Agência Nacional de “exercer atribuições informativas, cabendo-lhe noticiar, fotografar, filmar, gravar, irradiar, televisionar e publicar atos e fatos da vida oficial brasileira, bem como acontecimentos cuja focalização interesse à divulgação do Brasil e sirva à cultura nacional”<sup>30</sup>.

---

<sup>24</sup> Idem

<sup>25</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 166, de 14 de fevereiro de 1967. Transfere a Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Presidência da República.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto n. 60.490, de 14 de março de 1967. Dispõe sobre a inclusão no Gabinete Civil da Presidência da República da Agência Nacional.

<sup>27</sup> BRASIL. Decreto n. 62.989, de 15 de julho de 1968. Assegura autonomia administrativa e financeira à Agência Nacional.

<sup>28</sup> BRASIL. Decreto n. 64.011, de 21 de janeiro de 1969. Institui Grupo de Trabalho para estudar e propor a estrutura de serviço destinado a divulgar o Brasil no exterior.

<sup>29</sup> PROMOÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 fev 1969.

<sup>30</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 592, de 23 de maio de 1969. Dispõe sobre a estrutura e atribuições da Agência Nacional e dá outras providências.

Em seu artigo 6º, acrescentou-se que caberá a ela “distribuir a publicidade dos órgãos da administração direta e indireta”.

Em 30 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência da República, sucedendo Costa e Silva. Antes de assumir a Presidência, Médici havia sido nomeado adido militar da embaixada brasileira em Washington, durante o governo Castelo Branco, e chefe do Serviço Nacional de Informações durante o governo de Costa e Silva. Ainda em 1969, fora nomeado comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até assumir a Presidência.

Assim como Costa e Silva, Médici era um apoiador da linha dura do regime. Carlos Fico defende a existência “de um projeto repressivo centralizado e coerente”. Segundo ele,

a partir do final dos anos 1960, a “utopia autoritária”, que inspirava, de maneira diversa, os diferentes grupos militares, passou a ser interpretada segundo a chave dos setores mais extremados da linha dura, penetrando os diversos escalões governamentais e sendo aceita por concordância ou medo. (...) Havia, desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela ‘luta armada’ antecedeu o próprio golpe de 1964. O projeto global de repressão e controle supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos.<sup>31</sup>

Segundo Martins e Luca<sup>32</sup>, as forças militares se definiam em dois grupos: o Sorbonne e a linha dura. O Sorbonne, referência à universidade francesa, associava-se aos quadros que frequentaram a Escola Superior de Guerra; a linha dura era formada majoritariamente por jovens oficiais que defendiam o fechamento do regime. Esta disputa entre os grupos, segundo as autoras, marca todo o regime militar e é fundamental nas mudanças do regime.

A forte repressão dos últimos meses do governo Costa e Silva continuou com a chegada de Médici ao poder.

Visto pelas suas aparências, o governo Médici foi de relativa calma. Não houve marchas estudantis, piquetes de trabalhadores em greve, nem comícios com a costumada oratória demagógica. Ou, pelo menos, nada que o grande público pudesse ver ou saber. A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos. A repressão mostrava-se também eficiente contra as guerrilhas.<sup>33</sup>

Se, por um lado, vivia-se sob forte repressão e censura, por outro o país vivia um momento de rápido desenvolvimento econômico: muitos brasileiros se beneficiaram com o aumento salarial e a criação de novos empregos. Ainda assim, outros milhões de brasileiros

<sup>31</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 82

<sup>32</sup> MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006. p. 102

<sup>33</sup> SKIDMORE, Thomas E. op. cit., 1988. p. 214-5

não sentiram melhorias em suas condições de vida. Em seus termos, o governo estava se saindo bem com o crescimento econômico acelerado e o bom funcionamento da propaganda governamental, da repressão e da censura.<sup>34</sup>

Em 1971, o decreto nº 68.645, que dispunha sobre a organização e o funcionamento da Agência Nacional, não trouxe inovações no que diz respeito às competências deste órgão, definindo que a Agência Nacional tinha por finalidade:

transmitir – diretamente ou em colaboração com os órgãos de divulgação – o noticiário referente aos atos da administração federal e as notícias de interesse público, de natureza política, econômico-financeira, cívica, social, cultural e artística, mediante:

- I – A captação jornalística de dados e notícias em todo o País, podendo, para tanto, valer-se de processos eletrônicos ou cinematográficos;
- II – A elaboração dos elementos recolhidos e sua colocação em forma final de texto, som ou imagem; e
- III – A distribuição da matéria assim preparada à imprensa escrita, às emissoras de rádio ou televisão e aos cinemas.<sup>35</sup>

Com a criação da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP) pelo governo de Ernesto Geisel, em 1974, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)<sup>36</sup> e a Agência Nacional são absorvidas por este órgão. A AERP e a Secretaria de Imprensa deixavam de existir, sendo fundidas no novo órgão. Já a Agência Nacional continuava sendo dirigida por um diretor-geral, mas passaria a ser subordinada administrativamente ao Gabinete Civil e normativamente à Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Ou seja, burocraticamente a Agência Nacional continuava subordinada ao Gabinete Civil, mas as atividades de divulgação e informação eram responsabilidade da AIRP. A Assessoria de Imprensa e Relações Públicas surgiu como parte da reformulação do Regimento Interno do Gabinete Civil da Presidência da República e tinha como objetivo centralizar os trabalhos de divulgação, informação e relações públicas do governo, além de coordenar as atividades análogas dos Ministérios. A criação da AIRP refletia um novo caráter que o governo Geisel queria dar à Comunicação Social do Poder Executivo, cujas atividades agora se concentravam em um único órgão.

Somente em 1979, sob o governo de João Figueiredo, a Agência Nacional é extinta, transformando-se em empresa pública com a denominação de Empresa Brasileira de Notícias, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. A Empresa

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 216

<sup>35</sup> BRASIL. Decreto n. 68.645, de 21 de maio de 1971. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Agência Nacional.

<sup>36</sup> A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) era o órgão responsável pela propaganda política do regime. Seu objetivo era criar um centro único de propaganda do governo, já que antes cada órgão tinha seu próprio setor publicitário. Criada por Costa e Silva no começo de 1968, apenas no governo Médici a AERP tomou vulto, através da veiculação de filmes para a televisão que falavam em participação e amor e mostravam relações familiares idealizadas, conagração racial e noções de educação, higiene e civilidade.

Brasileira de Notícias manteve o mesmo objetivo de sua antecessora: “transmitir diretamente, ou em colaboração com órgãos de divulgação, o noticiário referente aos atos da administração federal e as notícias de interesse público, de natureza política, econômico-financeira, cívica, social, cultural e artística”<sup>37</sup>.

A mesma lei que extinguiu a Agência Nacional criou, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, a Secretaria de Comunicação Social, cujo Chefe teria o status de Ministro de Estado. De acordo com o ministro Said Farhat, chefe da Secretaria de Comunicação Social, a Empresa Brasileira de Notícias, como a própria SECOM, era um instrumento do governo Figueiredo para a abertura política.<sup>38</sup> A SECOM e a EBN são criadas, portanto, num contexto de construção da imagem do novo Presidente e do governo como um todo.

## **1.2. Estrutura, funcionamento e organização**

O Decreto-lei n.º 9.788/46, que extinguiu o Departamento Nacional de Informações, mas manteve a Agência Nacional subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, determinou que esta fosse dirigida por um Diretor Geral escolhido pelo Presidente da República e, subordinada à direção geral, haveria a Secretaria Geral e a Divisão de Informações, compreendendo assuntos relativos a divulgação, cinema e rádio. Os diretores destas divisões também seriam escolhidos pelo Presidente da República.

---

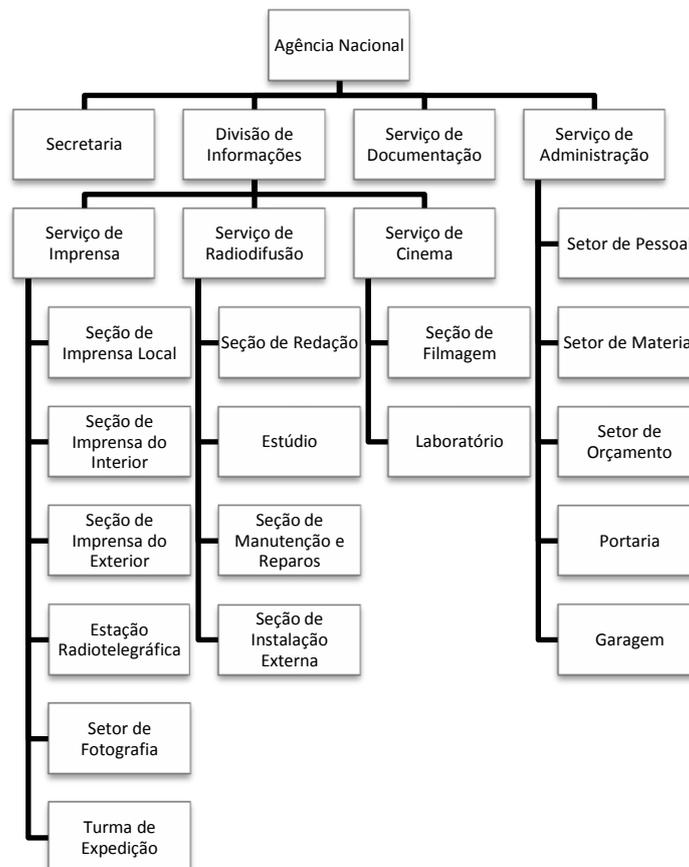
<sup>37</sup> BRASIL. Lei n. 6.650, de 23 de maio de 1979. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

<sup>38</sup> GOVERNO tem empresa de notícias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 set 1979



**Organograma 3**

No regimento da Agência Nacional aprovado em 1956<sup>39</sup>, o órgão compreendia quatro divisões (Secretaria, Divisão de Informações, Serviço de Documentação e Serviço de Administração) e se estruturava da seguinte maneira:

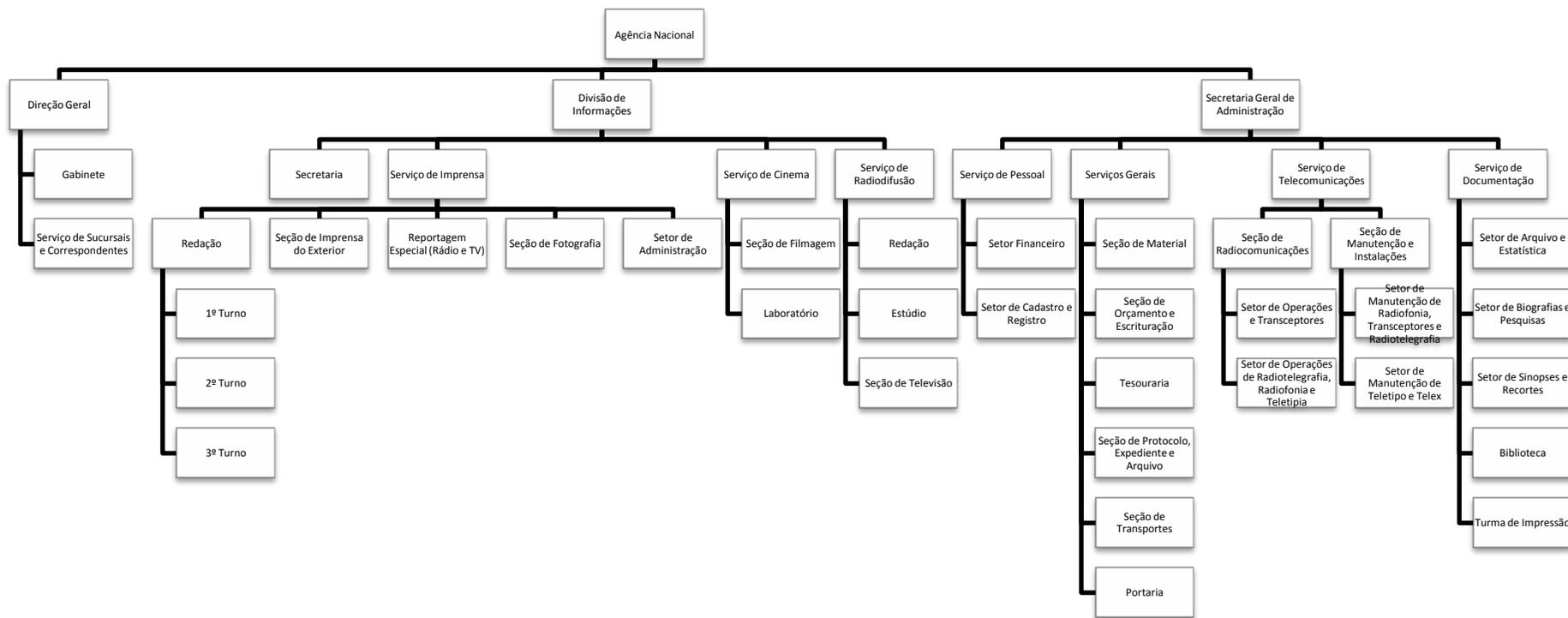


**Organograma 4**

<sup>39</sup> BRASIL. Decreto n. 39.447, de 26 de junho de 1956. Aprova o novo regimento da Agência Nacional.

Em 1967, ao ser transferida do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Gabinete Civil da Presidência da República através do Decreto nº 60.349/67, foram feitas mudanças na estrutura da Agência Nacional e ficou estabelecida uma nova organização: o Serviço de Administração é transformado em Secretaria Geral de Administração, com algumas modificações em sua subordinação. O Serviço de Documentação, antes equiparado à Divisão de Informações e ao Serviço de Administração, passa a ser subordinado à Secretaria Geral de Administração. A Secretaria deixa de existir e cria-se a Direção Geral. A única divisão que se mantém, com algumas alterações em sua estrutura, é a Divisão de Informações, responsável pelas atividades fim da Agência Nacional.

A realocação do Serviço de Documentação subordinado à Secretaria Geral de Administração reflete uma redefinição das políticas de memória e uma maior valorização da produção de notícias, da propaganda e da publicidade ao invés de registros. Em 1956 (Organograma 4), a função de memória/arquivo de registros de produção de documentação se equiparava à função de comunicação. Em 1967 (Organograma 5), esta função de memória/arquivo é subalterna.



**Organograma 5**

A autonomia financeira e administrativa da Agência Nacional foi decretada em julho de 1968. O Decreto nº 62.989/68, baixado pelo presidente Costa e Silva, determinava ainda que tal autonomia fosse exercida sem prejuízo à subordinação ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Em 1969, o Decreto-lei n.º 592<sup>40</sup> estabeleceu uma nova organização para a Agência Nacional, que passou a ser constituída por Direção Geral (DG), Divisão de Informações (DI), Divisão de Telecomunicações (DT), Divisão Audio-Visual (DAV) e Divisão de Administração (DA).



**Organograma 6**

O Diretor Geral e o Diretor da Divisão de Informações seriam necessariamente jornalistas escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, refletindo o peso político dessas funções. No governo Médici, Arnaldo Lacombe ocupou a Direção Geral da Agência Nacional de 1969 a 1972. Para a direção da Divisão de Informações foi nomeado, em 1971, João Batista da Costa, que viria a se tornar diretor geral da Agência Nacional em 1974, sob o governo Geisel. Os demais Diretores de Divisão seriam nomeados pelo Presidente da República a partir das indicações do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

---

<sup>40</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 592, de 23 de maio de 1969. Dispõe sobre a estrutura e atribuições da Agência Nacional e dá outras providências.

Ainda de acordo com este Decreto-lei, o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República poderia criar sucursais para atender às necessidades da Agência Nacional nos estados da federação, desde que respeitassem as dotações orçamentárias.

Na inauguração da sucursal de Curitiba, em 1970, o então diretor da Agência Nacional, Arnaldo Lacombe, definia as sucursais da Agência Nacional como “núcleos de trabalho que se instalam nas capitais dos estados para facilitar a divulgação da atividade dos governos desses estados no plano federal e, ao mesmo tempo, assegurar maior penetração ao noticiário do governo da República.”<sup>41</sup> Desta maneira, as sucursais visavam a implantação de uma rede nacional de informações jornalísticas capaz de atender aos interesses de divulgação governamental.

No final de 1969, já sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici, um novo decreto<sup>42</sup> definiu que a Agência Nacional não mais se estruturaria em cinco divisões conforme estabelecia o Decreto n.º 592, de maio daquele ano. Das Divisões previstas então, apenas a Direção-Geral e a Divisão de Telecomunicações se mantiveram. As outras três divisões deram lugar à Divisão de Divulgação e à Secretaria-Geral de Administração. Uma mudança importante neste novo organograma foi a extinção da Divisão de Informações e a criação da Divisão de Divulgação, estabelecendo também um novo caráter às finalidades da Agência Nacional, de produtora de informações para mera divulgadora dos assuntos de interesse do país.



#### Organograma 7

<sup>41</sup> CURITIBA já tem Agência Nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 set 1970

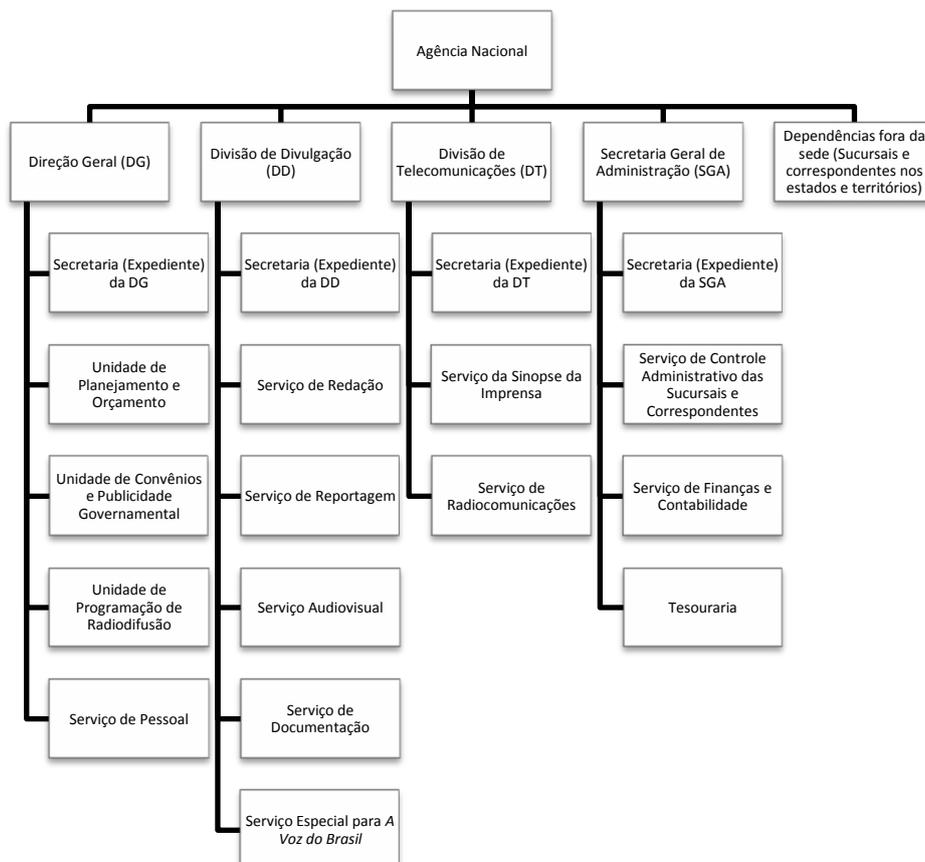
<sup>42</sup> BRASIL. Decreto n. 66.025, de 31 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a estrutura da Agência Nacional e dá outras providências.

Como no decreto anterior, o Diretor-Geral e o Diretor da Divisão de Divulgação deveriam ser jornalistas escolhidos e nomeados pelo Presidente da República. O Diretor da Divisão de Telecomunicação e o Secretário-Geral de Administração seriam nomeados pelo Presidente da República a partir das indicações do Chefe do Gabinete Civil.

A partir do Decreto nº 68.645/71, a Agência Nacional passa por uma nova reorganização e é definida como o órgão responsável pela transmissão do noticiário referente aos atos da Administração Federal e das notícias de interesse público. Atribui-se também à Agência Nacional a competência de distribuir a publicidade dos órgãos governamentais. De acordo com esse decreto,

a distribuição da publicidade governamental (...) será objeto de contratos específicos com órgãos da Administração direta e indireta que preverão a contratação posterior, para fins de distribuição da publicidade, com organizações especializadas, nas áreas onde a AN não estiver organizada para tal serviço.<sup>43</sup>

A estrutura do órgão, a partir deste decreto, compreende um diretor-geral, dois diretores de Divisões e um secretário-geral de Administração, cujos titulares serão nomeados pela Presidência da República:



**Organograma 8**

<sup>43</sup> BRASIL. Decreto n.º 68.645, de 21 de maio de 1971. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Agência Nacional.

À Direção Geral cabia planejar e superintender as atividades dos órgãos integrantes da Agência Nacional, adotando as medidas necessárias para seu bom funcionamento. A Divisão de Divulgação era responsável por realizar os trabalhos de divulgação da Agência Nacional, centralizando na sede o planejamento e a distribuição da matéria informativa. O Serviço de Documentação, responsável por gerir a memória oficial e que antes estava subordinado à Secretaria Geral de Administração, passa a ser subordinado à Divisão de Divulgação. À Divisão de Telecomunicações competia executar os serviços de radiocomunicação e radiodifusão de som e de imagem. A Secretaria Geral de Administração tinha por finalidade executar as atividades administrativas da Agência Nacional, referentes a contabilidade, material, portaria, protocolo, serviços de telefones, tesouraria e transportes, além de coordenar as atividades administrativas das Sucursais e correspondentes e efetuar a contratação de serviços que deveriam ser executados por terceiros. As Sucursais, como órgãos setoriais da Agência Nacional, teriam denominações e competências correspondentes à sede: as sucursais de categoria especial teriam sua organização definida em Portaria do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, mediante justificativa e proposta do Diretor Geral da Agência Nacional; as sucursais de primeira categoria teriam Setor de Divulgação, Setor de Telecomunicações e Setor de Administração; e as sucursais de segunda categoria teriam apenas os Setores de Divulgação e de Radiocomunicações.

Em relação ao quadro de pessoal, este ato presidencial estabeleceu que fosse integrado pelos atuais funcionários efetivos, por servidores requisitados de outros órgãos e por empregados contratados com base na legislação trabalhista.

Em sua palestra “A Agência Nacional e a política de comunicação social”, durante a Primeira Semana de Jornalismo de Pernambuco, promovida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife, o então Diretor de Divulgação da Agência Nacional, jornalista Maurício Valtsman, defendeu que a Agência Nacional deveria trabalhar com imparcialidade e em cooperação com os órgãos públicos, a fim de reunir o material de informação destinado aos jornais, às emissoras de rádio e televisão e às agências telegráficas do Brasil e do exterior. Na ocasião, Valtsman – que foi Diretor de Divulgação durante a administração do diretor-geral Arnaldo Lacombe, no governo Médici – disse que a Agência Nacional atendera, em 1970, mais de 900 jornais em todo o país, 40 emissoras de televisão, 990 emissoras de rádio e 630 revistas. No então estado da Guanabara, o material informativo fora distribuído diariamente às redações em remessas com uma média de 80 páginas, sem contar os boletins especiais enviados para as emissoras de rádio e televisão e para as representações

diplomáticas, em inglês e espanhol. Acrescentou ainda que muitas dessas matérias eram acompanhadas de fotografias e radiofotos dos principais acontecimentos, como as viagens do Presidente da República. Naquele ano, somente no Rio de Janeiro, a Agência Nacional distribuíra 40.490 cópias fotográficas a jornais, sucursais de diários e periódicos dos estados, repartições públicas e entidades privadas.

Na ocasião, Valtsman disse ainda que, embora a Agência Nacional fosse remanescente do Departamento de Imprensa e Propaganda, não era voltada para o culto da personalidade como as máquinas de propaganda montadas nos estados totalitários. Segundo ele, métodos democráticos de comunicação de massa, como os utilizados pela Agência Nacional, serviriam para “exaltar o alto padrão moral e cívico do povo brasileiro, na luta pela realização de suas mais legítimas aspirações de prosperidade e felicidade”.<sup>44</sup>

A Agência Nacional passou por muitas mudanças desde 1964, mas foi principalmente durante o governo Médici e sob a direção de Arnaldo Lacombe que muitas delas se concretizaram. Neste período, a Divisão de Informações se tornou Divisão de Divulgação, deslocando o foco de sua principal atividade. Além disso, sua função de arquivo e registro perde importância frente à sua função de comunicação e divulgação. Essas mudanças estão relacionadas à valorização que a cultura da mídia adquire a partir dos anos 1960, refletindo assim nas atividades de comunicação social do governo. O programa radiofônico *A voz do Brasil* foi reformulado, com a divulgação oficial das decisões do governo dividindo espaço com acontecimentos diversos, do Brasil e do exterior, e se aproximando do radiojornalismo moderno. As exposições nos cinemas de documentários coloridos mostrando o desenvolvimento do país e da revista cinematográfica *Brasil Hoje* foram considerados trabalhos de técnica apurada e qualidade, pioneiros no mundo. E em 1972, a Agência Nacional tinha sucursais ou correspondentes em todos os estados do país, ligados ao Rio de Janeiro e a Brasília 24 horas por dia, via rádio ou telex.<sup>45</sup>

### **1.3. Cargos e atribuições**

Quando foi criada em 1945, ainda como órgão subordinado ao Departamento Nacional de Informações, a Agência Nacional tinha como finalidade fazer a distribuição de noticiário e serviço fotográfico à imprensa. Com a extinção do DNI no ano seguinte, a Agência Nacional,

---

<sup>44</sup> AGÊNCIA Nacional, fator de progresso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Jornal de Serviço, p. 2, 9 set 1971

<sup>45</sup> AGÊNCIA Nacional se renova e faz radiojornalismo atual. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 17, 4 out 1972

agora subordinada diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tem sua função definida como informar o público, particulares, associações e imprensa sobre os assuntos de interesse da nação ligados à vida econômica, agrícola, social, cultural e artística. A Agência Nacional era então composta apenas pela Secretaria Geral e a Divisão de Informações, que compreendia os assuntos relativos à divulgação, ao cinema e ao rádio.

Somente onze anos após sua criação, em 1956, já no governo de Juscelino Kubitschek, foi elaborado o regimento interno da Agência Nacional. Este regimento ampliava algumas funções da Agência Nacional em relação ao que fora estabelecido em 1946: estabelecia como finalidade da Agência Nacional a colaboração com os órgãos federais, estaduais e municipais, associações privadas, imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e público em geral, mediante a divulgação de assuntos de interesse do país, ligados à sua vida política, econômica, financeira, administrativa, social, cultural, cívica e artística.<sup>46</sup> A Agência Nacional era então composta por Secretaria, Divisão de Informações, Serviço de Documentação e Serviço de Administração.

Uma das formas de colaboração da Agência Nacional com demais órgãos governamentais, autarquias e entidades era através de convênios. Petrobras, Instituto Brasileiro do Café, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Companhia Ferro e Aço de Vitória, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Instituto do Açúcar e do Alcool foram alguns dos órgãos com os quais a Agência Nacional estabeleceu convênios. Esses órgãos dispunham dos recursos técnicos de divulgação da Agência Nacional para se aproximarem da opinião pública. Para tanto, estes órgãos disponibilizavam uma quantia mensal à Agência Nacional, que variava de um órgão para outro, a fim de que ela pudesse custear os gastos de material necessário. Quanta às pautas que seriam cobertas, as sugestões poderiam partir de ambos os lados. Em contrapartida, a Agência Nacional enviava periodicamente aos órgãos conveniados um relatório dos serviços de divulgação realizados pela Agência através dos veículos de informação, além de exemplares das matérias distribuídas e recortes de publicações das mesmas. A Agência Nacional realizava a cobertura jornalística, fotográfica e filmagem de acontecimentos afins às realizações das empresas conveniadas, distribuindo a matéria à imprensa escrita, falada e televisionada.

Além desses convênios regulares com alguns órgãos, também havia convênios para que a Agência Nacional cobrisse um evento específico. Assim, o órgão conveniado arcaria com os gastos extraordinários para a execução dos serviços de responsabilidade da Agência

---

<sup>46</sup> BRASIL. Decreto n. 39.447, de 26 de junho de 1956. Aprova o novo regimento da Agência Nacional.

Nacional. Estas despesas se referiam tanto às instalações necessárias, como uma linha telefônica especial, quanto ao envio de profissionais da Agência Nacional para atenderem no local os serviços necessários de imprensa, rádio e cinema.

Em 1967, ao se transferir a Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Gabinete Civil da Presidência da República e já sob o regime militar, sua finalidade mantém-se basicamente a mesma: colaborar com os órgãos públicos, associações privadas, imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e público em geral mediante a divulgação de assuntos de interesse do país, ligados à sua vida administrativa, política, financeira, social, cultural, cívica e artística. Compunha-se então de três setores: Direção Geral, Divisão de Informações e Secretaria Geral de Administração – o Serviço de Documentação, que havia sido estabelecido no Regimento de 1956 equiparado aos setores principais, se torna a partir de então subordinado à Secretaria Geral de Administração.

As atribuições principais da Agência Nacional sofrem algumas modificações a partir de 1969, sob o governo do Presidente Médici. Define-se que a Agência Nacional deve exercer atribuições informativas, cabendo-lhe noticiar, fotografar, filmar, gravar, irradiar, televisionar e publicar atos e fatos da vida oficial brasileira, bem como acontecimentos cuja focalização interesse à divulgação do Brasil e sirva à cultura nacional. Sua estrutura também se altera e são criadas mais duas divisões principais: a Divisão de Telecomunicações e a Divisão Audio-Visual. Mantêm-se a Direção Geral e a Divisão de Informações. A Secretaria Geral de Administração passa a ser denominada Divisão de Administração. Mais tarde no mesmo ano, novas alterações: a Divisão de Informações se torna Divisão de Divulgação, a Divisão de Audio-Visual é extinta e a Divisão de Administração volta a ser nomeada Secretaria Geral de Administração.

No ano de 1971 se estabelece que a Agência Nacional deveria transmitir – diretamente ou em colaboração com os órgãos de divulgação – o noticiário referente aos atos da administração federal e as notícias de interesse público, de natureza política, econômico-financeira, cívica, social, cultural e artística. A única alteração em sua estrutura organizacional é a inclusão de Dependências Fora da Sede (Sucursais e correspondentes nos estados e territórios) equiparada às demais divisões.

Embora a Agência Nacional enviasse seu noticiário regularmente às empresas jornalísticas, estas não tinham qualquer obrigatoriedade legal, como órgãos da iniciativa privada, de divulgar as matérias fornecidas pela agência. Como foi visto, a Agência Nacional exercia uma função meramente informativa das atividades de interesse do país. Em ofício à

Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que questionou sobre a obrigatoriedade das empresas jornalísticas de publicarem os noticiários enviados por autoridades federais e, especificamente, pela Agência Nacional, o então diretor-geral Adonias Aguiar Filho responde que a relação entre a Agência Nacional e a imprensa é de colaboração ao oferecer informações sobre assuntos de interesse do país. Essa colaboração, segundo o diretor-geral, era bem aceita pelos jornais. No entanto, não havia obrigatoriedade de publicar o noticiário recebido, porque, “se assim fosse, estaria sendo posto à margem o verdadeiro espírito que ditou a criação da Agência Nacional”<sup>47</sup>.

Nos diversos decretos, leis e decretos-lei vistos anteriormente e que contam a constituição e mudanças pelas quais a Agência Nacional passou desde 1945, são poucas as informações encontradas acerca das atribuições de setores específicos da Agência Nacional. Neste trabalho, nos interessa compreender especialmente o funcionamento do Setor de Fotografia.

Apenas no Decreto n.º 39.447, de 26 de junho de 1956, que aprova o regimento da Agência Nacional, encontramos discriminadas as competências de cada setor deste órgão. O Setor de Fotografia era então subordinado ao Serviço de Imprensa que, por sua vez, subordinava-se à Divisão de Informações.

A Divisão de Informações era então responsável por:

- I – Divulgar, através de noticiário fornecido à imprensa, às estações radiofônicas e de televisão e às agências noticiosas, os atos e fatos de ordem administrativa, política, econômica financeira, cultural, cívica, social e artística, que envolvam assuntos de interesse do país;
- II – prestar as informações de que trata o item anterior, quando solicitadas, aos órgãos federais, estaduais e municipais, às associações privadas e ao público em geral;
- III – manter, segundo as conveniências do serviço, correspondentes nos Estados e Territórios;
- IV – divulgar, por todos os meios, dados que atestem o grau de desenvolvimento e processo do país.<sup>48</sup>

Ao Serviço de Imprensa competia reunir elementos e dar informação escrita dos atos oficiais e assuntos de interesse geral, na forma do item I acima.

O Setor de Fotografia, especificamente, possuía as atribuições de:

- I – executar os serviços fotográficos requisitados pelos demais órgãos da A.N. que se destinem a ilustrar trabalhos pelos mesmos realizados;
- II – organizar e manter atualizados um arquivo fotográfico;
- III – providenciar os serviços externos solicitados pelos demais órgãos da A.N., devendo manter, para esse fim, um corpo de fotógrafos;

---

<sup>47</sup> Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. Série Correspondência Geral. OF.DAN/SA/92 de 13 de setembro de 1965

<sup>48</sup> BRASIL. Decreto n.º 39.447, de 26 de junho de 1956. Aprova o novo regimento da Agência Nacional.

IV – manter mapa diário do consumo do material fotográfico usado em serviço.

Apesar de a organização da Agência Nacional neste regimento prever um Serviço de Documentação especificamente para, dentre outras competências, “organizar e manter atualizados documentários e arquivos dos assuntos integrados nos campos de ação próprios da A.N.”, o Setor de Fotografia tinha também a atribuição de organizar e manter atualizados um arquivo fotográfico. Demonstra-se, assim, a valorização da manutenção de um arquivo para registrar e guardar a memória das atividades exercidas pelo órgão.

Sabe-se também que ao menos um fotógrafo da Agência Nacional era designado para atuar como seu representante junto à Presidência da República, a fim de fazer a cobertura fotográfica deste órgão, acompanhando todos os eventos e acontecimentos de interesse nacional.

O Decreto-lei n.º 592, de 1969, determinava que cabia à Agência Nacional distribuir a publicidade dos órgãos governamentais, equiparando-se, exclusivamente para esse fim, às agências de publicidade. Tal competência da Agência Nacional foi mantida no Decreto nº 68.645/71, que acrescenta que esta distribuição da publicidade governamental deverá ser objeto de contrato específico com os órgãos da administração direta e indireta, que deverão prever a posterior contratação, para fins de distribuição da publicidade, com organizações especializadas nas áreas onde a Agência Nacional não estiver. Ou seja, assim como as agências de propaganda, a Agência Nacional também poderia executar e distribuir propaganda aos veículos de informação com o objetivo de difundir ideias ou informar o público a respeito de organizações e instituições. Vale lembrar que a partir de 1971 a Agência Nacional contava em seu organograma com uma Unidade de Convênios e Publicidade Governamental, subordinada à Direção Geral.

A Agência Nacional enviava remessas diárias de seu noticiário à Presidência da República, Ministérios, e outros órgãos do primeiro e do segundo escalão. Além das remessas diárias, a Agência Nacional também podia encaminhar aos diversos órgãos federais apanhados de fotografias de eventos que tivessem contado com a cobertura da Agência e nos quais os titulares ou membros dos mesmos tivessem participado.

### 1.3.1 A Agência Nacional e seus diretores-gerais

Diversos diretores-gerais se sucederam à frente da Agência Nacional desde sua criação. Para este trabalho, vamos nos dedicar àqueles que estiveram à frente do órgão durante o regime militar, a partir de 1964.

Apenas poucos dias após o golpe militar, o general Otávio Alves Velho foi nomeado interinamente como diretor da Agência Nacional. O novo diretor era também vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Públicas e, segundo o jornal *Correio da Manhã*, disse que buscava caracterizar sua gestão à frente da Agência Nacional dando-lhe um novo sentido de atuação<sup>49</sup>.

Em ofício enviado ao presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Relações Públicas, datado de 29 de abril de 1964, o general Alves Velho sugeriu a criação de um órgão que seria denominado Serviço Nacional de Relações Públicas (SENARP) para solucionar problemas afetos à Agência Nacional. Segundo ele, este órgão teria como objetivos:

- a) estudar, propor e se for o caso executar medidas necessárias à formação e consolidação de uma imagem adequada e realista de nossa pátria, dentro e fora de suas fronteiras;
- b) realizar ou promover pesquisas de opinião pública, de âmbito nacional ou internacional, visando a armar o Governo Federal dos dados imprescindíveis à formulação de políticas ou à adoção de providências executivas;
- c) assessorar o Governo Federal em todos os problemas ligados à opinião pública;
- d) divulgar ou promover a divulgação de noticiário oficial do Governo ou de interesse geral sobre o país;
- e) supervisionar a política e as normas gerais de ação dos serviços ou departamentos de Relações Públicas de todos os órgãos do Governo Federal.<sup>50</sup>

Segundo o diretor-geral, estes objetivos eram apenas um esboço para os “complexos problemas correlatos às relações do Governo com a opinião pública” e solicitava àquela entidade que apresentasse sugestões a serem encaminhadas ao Poder Executivo. Ele não explicita quais os problemas pelos quais a Agência Nacional passava naquele momento, mas as sugestões encaminhadas nos fornecem alguns indícios de suas dificuldades. Além disso, já refletem as preocupações que certos setores militares tinham em relação à opinião pública.

Um mês depois, em maio de 1964, o escritor Adonias Filho foi nomeado diretor-geral da Agência Nacional pelo presidente Castelo Branco, função que ele acumulou com a direção da Biblioteca Nacional, cargo que vinha exercendo há quatro anos. Enquanto ocupava a direção das duas instituições ainda foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1965.

<sup>49</sup> AN tem novo diretor e promete ação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 8, 10 abr. 1964.

<sup>50</sup> Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. Série Correspondência Geral. DAS/45 de 29 de abril de 1964.

Adonias Filho foi jornalista, crítico, ensaísta e romancista. Colaborou nos jornais *Correio da Manhã* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *Estado de S. Paulo* (SP) e *Folha da Manhã* (SP). Foi diretor da Editora A Noite (1946-1950), diretor do Serviço Nacional de Teatro (1954), diretor da Biblioteca Nacional (1961-1971), vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1966), membro do Conselho Federal de Cultura (1967, 1969, 1971 e 1973), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1972) e presidente do Conselho Federal de Cultura (1977).

Dentre as atividades exercidas por Adonias Filho estava a participação na redação final do “livro branco da revolução”, a ser impresso em vários idiomas e distribuído no exterior a fim de explicar as causas e os propósitos do golpe de 1º de abril. Inicialmente, a elaboração do Livro Branco foi incumbência do Itamarati e depois entregue à Agência Nacional. Eram quarenta páginas datilografadas e com fotografias “que, por chamar-se branca, omitirá, naturalmente, as páginas negras de violência que dariam para compor volumes”.<sup>51</sup>

Em substituição a Adonias Filho, assumiu a direção da Agência Nacional o jornalista Arnaldo Lacombe, em março de 1966. Além de jornalista, Lacombe era também advogado, foi apresentador do programa *Em cima da hora*, da TV Excelsior, diretor da Associação de Antigos Alunos da PUC-RJ, editor de política da *Folha de São Paulo* (1972-1974) e editorialista de *O Estado de S. Paulo*.

Lacombe assume dizendo que “o governo está perdendo a batalha da comunicação para aqueles que procuram implantar no Brasil a filosofia do desânimo.”<sup>52</sup> Dentre as mudanças ocorridas durante sua administração, que durou um ano, estavam a criação da Redação e da Reportagem Especializada e a elaboração de um boletim, enviado em três edições diárias às redações das emissoras de rádio e televisão, para a divulgação de notícias concisas, prontas para a leitura. Segundo Lacombe, este serviço deu cobertura efetiva a sessenta órgãos públicos e funcionava, ainda, como serviço de relações públicas da Agência Nacional nas esferas governamentais. Lacombe destacou também algumas modernizações promovidas durante sua administração, como o estabelecimento de comunicações com o interior do país através do telex e outros meios, a fim de levar as notícias oficiais aos lugares mais distantes, e a adoção de providências para o estabelecimento de um novo processo de

---

<sup>51</sup> RECUSADO “livro branco” do Itamarati. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 04 ago 1964; CASTELO quer apoiar EUA no caso Vietnam. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 07 ago 1964; LIVRO branco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 09 ago 1964.

<sup>52</sup> GRÜNEWALD, José Lino. Governo e comunicação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 02 abr 1966.

contato entre a Agência Nacional e as redações dos principais jornais e emissoras instaladas na então Guanabara, através de um teletipo de múltipla saída.<sup>53</sup>

Com a chegada de Costa e Silva à presidência da República, Mario Neiva é nomeado para a direção-geral da Agência Nacional. Neiva foi radialista e diretor-geral da Rádio Nacional. Um ano depois, foi substituído pelo jornalista Armando Madeira Bastos, que era chefe do Departamento da Agência Nacional em Brasília. Ao assumir, Bastos prometeu apresentar planos de dinamização do órgão “para dar à imprensa a exata informação daquilo que de importante se passa, todos os dias, no governo”.<sup>54</sup>

Arnaldo Lacombe retorna à direção da Agência Nacional com a chegada de Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República. Lacombe foi o diretor que, durante o governo Médici, ficou por mais tempo na direção da Agência Nacional e que teve atuação mais destacada, considerando as notícias publicadas em jornais da época sobre as mudanças e modernizações pelas quais passava a Agência Nacional.

Em discurso na inauguração da sucursal de Curitiba, Lacombe definiu o objetivo da Agência Nacional de informar o público sobre as atividades do governo como uma atividade essencialmente técnica:

A Agência Nacional exerce uma função essencialmente técnica. É a agência de notícias do Poder Executivo – transmite, objetivamente, com a maior isenção, à opinião pública, as notícias que marcam a atividade da administração. A tarefa assinalada à Agência Nacional poderia resumir-se na frase com que Sorensen definiu, no tempo de Kennedy, o objetivo do dever de informar: fazer coincidir a opinião pública e o interesse público, este – é lícito acrescentar – lá como aqui, refletido na atividade do Governo, que o favorece ou o resguarda.<sup>55</sup>

Sob sua administração, a Agência Nacional passou por um período de reaparelhamento, com a compra de equipamentos modernos para o cinema e os seus serviços de telecomunicações. Conseguiu-se, pela primeira vez, realizar a transmissão de telefotos para o Rio de Janeiro de solenidades com a presença do Presidente da República. Antes, uma fotografia poderia levar até 72 horas para chegar ao Rio. O programa radiofônico *A voz do Brasil* também passou por mudanças, com a introdução em seu conteúdo de noticiário de origem não governamental, nacional e estrangeiro, inclusive esportivo. Em conferência no Clube Naval sobre divulgação governamental, Lacombe afirmou que a nova *A Voz do Brasil* vinha tendo aceitação geral e

---

<sup>53</sup> LACOMBE deixa AN elogiando novo serviço. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 12, 18 mar 1967

<sup>54</sup> MADEIRA é empossado na agência. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 3 mai 1968

<sup>55</sup> CURITIBA já tem Agência Nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 set 1970

o que é melhor, ainda não houve crítica ao programa que pretendeu modificar aquele outro, que teve o seu mérito e, sem dúvida, foi útil, mas que vinha sendo feito na década dos anos 70, tal como era feito na década dos anos 30. *A Voz do Brasil* ainda era uma página do Diário Oficial, lida no microfone. Tornou-se, de há um mês, um mês e meio para cá, um programa radiofônico que começa com um noticioso de estilo moderno, com notícias internacionais, esportivas e notícias oficiais. Entre uma notícia esportiva e uma internacional, de maior repercussão, o governo consegue dar o seu recado, cumprindo o dever de informar, mostrando ao povo tudo aquilo que tem feito em benefício desse mesmo povo.<sup>56</sup>

Na mesma ocasião, o diretor-geral ressaltava a função da Agência Nacional em divulgar os atos oficiais, e não fazer propaganda do governo, ressaltando a distinção entre informação, divulgação, propaganda e publicidade. Segundo Lacombe, a informação possuía um sentido especial da periferia para o centro; a divulgação seria, pura e simplesmente, a publicidade de determinados atos; já a propaganda possuiria um sentido distinto, uma vez que cria hábitos, é explorada comercialmente e, ainda, é objeto de luta no mercado publicitário:

A Agência Nacional se limita a fazer a divulgação dos atos oficiais. Governos, como os resultantes do movimento de 1964, trabalham em benefício do país, dispensando os esquemas de propaganda; os seus atos trazem em si a mensagem capaz de acarretar a efetiva mobilização da opinião pública em favor das causas vinculadas ao bem comum. Não obstante, a Agência Nacional tem-se esmerado no esforço de fazer a boa divulgação dos atos do governo.<sup>57</sup>

Lacombe ressaltou também a importância do trabalho realizado pelos funcionários da Agência Nacional, mesmo em momentos de dificuldades:

Quero dizer que tudo o que a Agência Nacional tem podido realizar se deve a um fator fundamental: a dedicação ao serviço de seus funcionários. Não há tarefa que seja recusada pelos funcionários da Agência Nacional, desde que a finalidade dela vise a prestigiar a instituição. Tem sido esse, talvez, o segredo da sobrevivência da AN, mesmo quando não contou com recursos adequados para o dia-a-dia do seu trabalho, e há de ser esse o segredo para que a Agência Nacional vença uma etapa em que apenas sobreviveu para ingressar numa outra em que vai expandir os seus serviços e corresponder à confiança do governo, que é cumprir aquilo que o próprio governo considera uma tarefa das mais importantes: o dever de informar.<sup>58</sup>

Lacombe valorizava também a necessidade das notícias oficiais para impedir a presença de boatos e rumores que pudessem, segundo ele, abalar a democracia.

Pode-se afirmar, sem risco de erro, que a notícia boa expulsa a notícia ruim. Assim, se faltar, se escassear a notícia oficial, fidedigna, isenta, será impossível evitar que o vazio formado pela ausência dela seja preenchido por boatos, rumores, informações de qualquer tipo, tendenciosas ou espúrias. (...) No caso do Brasil, a divulgação governamental se explica também por motivos especiais, cerca-se de maiores exigências, em face de circunstâncias singulares. O dever de informar se torna mais preciso, se fundamenta em razões de ordem pública, de interesse nacional. É que a

---

<sup>56</sup> LACOMBE define na Adesg divulgação governamental. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 jun 1971

<sup>57</sup> LACOMBE define na Adesg divulgação governamental. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 jun 1971

<sup>58</sup> Idem

partir de 1964 os governos que sucedem estão aplicados a tarefas ingentes e urgentes de defesa da democracia.<sup>59</sup>

Arnaldo Lacombe conseguiu, em três anos à frente da Agência Nacional, renová-la, promovendo mudanças na *Voz do Brasil*, modernizando os cinejornais produzidos pela Agência, inclusive fazendo documentários em cores, e colocando sucursais ou correspondentes em todos os estados da federação.

De acordo com Skidmore, o governo Médici se caracterizou por uma eficaz estratégia de relações públicas, o que fez com que muitos brasileiros concluíssem que o aumento do poder nacional, associado ao rápido crescimento da economia, era resultado do autoritarismo vigente. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) era o órgão responsável por montar e executar a ofensiva de relações públicas. Agências de propaganda produziam documentários para televisão e cinema e matérias para os jornais a partir das diretrizes dadas por uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos. O forte sentimento de otimismo de grande parte da população estava refletido nas frases de efeito do período: “Você constrói o Brasil”, “Ninguém segura esse país” e “Brasil, conte comigo!”. A AERP fazia a propaganda das conquistas alcançadas pelo regime em benefício da sociedade, com acelerado crescimento econômico e no caminho para se tornar uma nação desenvolvida.<sup>60</sup>

A propaganda política feita durante o regime militar não se encaixava nos modelos de propaganda dos regimes totalitários nem na propaganda personalista realizada pelo DIP durante o Estado Novo. Segundo Carlos Fico, a visão ufanista típica da propaganda oficial do período não nasceu com a AERP. A propaganda política produzida pela ditadura está relacionada com aspectos econômicos (o “milagre brasileiro”) e sociais e buscou re-significar um sentimento de otimismo já existente na sociedade e que atingia principalmente os setores médios e de elite dos centros urbanos. Ainda de acordo com o autor,

a propaganda política da ditadura militar chamou a atenção de maneira aguda e explícita para a existência de um processo de longa duração – a tentativa de elaborar uma “leitura” sobre o Brasil que, ao mesmo tempo, criasse as bases para um sistema de auto-conhecimento social e se instaurasse como mística da esperança e do otimismo. Assim, a propaganda também pode ser vista como um “repertório” de modelos de comportamento sugeridos, com maior ou menor sutileza, como os comportamentos adequados; ou seja, aquilo que deveria ser a “leitura correta” da sociedade e da história brasileiras, às quais corresponderiam atitudes apropriadas.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> LACOMBE: notícias oficiais impedem boato e rumor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Jornal de Serviço, p. 2, 10 ago 1971

<sup>60</sup> SKIDMORE, Thomas E. op. cit., 1988. p. 221-223

<sup>61</sup> FICO, Carlos. op. cit., 1997. p. 19

Política e imprensa há muito se relacionavam: durante o Estado Novo, com a criação do DIP, a propaganda de estado se estabeleceu no Brasil. O DIP promovia e divulgava as ações do Estado, veiculando informações e procurando controlar o que se pensava a respeito do governo. Utilizava-se da fotografia, bem como do cinema, para construir uma imagem do Brasil. Durante o governo militar iniciado em 1964, a censura buscava controlar o que era produzido a respeito da imagem do governo. Desta necessidade de controlar o que era produzido a respeito do governo é que se organiza o serviço de publicidade governamental, a AERP.

Considerando a quantidade de reportagens sobre a Agência Nacional publicadas em jornais como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, é possível afirmar que o período da administração de Lacombe foi o que trouxe maior destaque à Agência Nacional durante a ditadura militar. Com finalidades distintas, a Agência Nacional e a AERP tiveram grande relevância durante o governo Médici. Embora a finalidade da Agência Nacional fosse informar e divulgar as atividades do governo, fazia também uma propaganda dissimulada em notícia, através da promoção das conquistas do governo. A AERP, por sua vez, apesar do nome defini-la como um órgão de *relações públicas*, buscou centralizar a propaganda política do regime, de maneira semelhante ao Departamento de Imprensa e Propaganda getulista. Apesar de a Agência Nacional ser a sucessora do DIP, as atividades da AERP se aproximavam mais deste órgão do que a própria Agência Nacional. DIP e AERP mantinham algumas afinidades, apesar de a AERP não gozar da mesma autonomia do órgão do Estado Novo e de utilizar diferentes meios e estratégias: ambos promoviam o Estado de maneira unificada e harmoniosa e encobriam suas contradições políticas e socioeconômicas a fim de obter um consenso em torno do projeto de Estado militar.

Em dezembro de 1972, tomou posse na direção-geral da Agência Nacional o radialista Geraldo Borges, ocupando o lugar de Arnaldo Lacombe que fora exonerado, a pedido. Até então, Geraldo Borges vinha exercendo a função de assessor de imprensa do Banco Central e fora diretor-geral da Rádio Nacional. Borges assumiu a direção “pretendendo atribuir ao organismo uma função não apenas noticiosa, mas também educativa, procurando fazer com que se constitua em ampla fonte de informações econômicas para a imprensa”<sup>62</sup>. Ele permaneceu no cargo por pouco mais de um ano, até o fim do governo Médici em março de 1974.

---

<sup>62</sup> AN ganha novo diretor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 6 dez 1972

Sucedendo Geraldo Borges, João Batista da Costa, professor de Economia Política e Jornalismo, assume a direção-geral da Agência Nacional, no governo de Ernesto Geisel. No governo Médici, Batista da Costa fora diretor da Divisão de Divulgação a partir de novembro de 1971. Ele permanece na direção da Agência até a sua extinção, em 1979, para dar lugar à Empresa Brasileira de Notícias. Ao sair da Agência Nacional, Batista da Costa se tornou diretor-financeiro da Companhia Brasileira de Energia Elétrica.

#### **1.4. O *Correio da Manhã* e o funcionamento da Agência Nacional**

O *Correio da Manhã* foi fundado no ano de 1901, por Edmundo Bittencourt, e extinto em 1974. Foi um importante órgão da imprensa brasileira e sempre se destacou como um “jornal de opinião”. Assim como quase toda a imprensa nacional, o *Correio da Manhã* também se opunha a João Goulart e apoiou a sua queda em 1º de abril de 1964 por desejar uma solução para a crise política de então. Essa posição fica clara nos editoriais dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, intitulados “Basta!” e “Fora!”, respectivamente.

No entanto, após a publicação do Ato Institucional n.º 1, em 9 de abril de 1964, o *Correio da Manhã* mudou de posição ao perceber indícios de que se partia para uma ditadura militar. Passou, a partir de então, a denunciar torturas e arbitrariedades, combatendo excessos do governo e se colocando contra o terrorismo, a violência e a supressão dos direitos democráticos. Estreitou, assim, relações com movimentos civis organizados de oposição, sendo visto como próximo à União Nacional dos Estudantes (UNE) e como defensor do direito de expressão das esquerdas democráticas. Na grande imprensa, tornou-se o único porta-voz das denúncias contra as arbitrariedades do regime, desagradando o governo e os militares. Seus jornalistas, todos alinhados com a oposição ao regime, tinham total liberdade em seus editoriais, notas, ensaios fotográficos e reportagens especiais. Essa mudança de posição resultou também numa diminuição da publicidade por parte do governo e de agências estrangeiras, que marcou o início das dificuldades econômicas do jornal.<sup>63</sup>

Com a instauração da ditadura militar no país, em 1964, modificou-se também o funcionamento dos órgãos públicos, sendo passíveis de críticas por parte da imprensa, principalmente por se tratar a Agência Nacional de um órgão de informações. Em 11 de abril de 1964, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma nota na qual critica a Agência Nacional por enviar um editorial a ser publicado no jornal daquele dia. Dizia a nota:

---

<sup>63</sup> Outras questões a respeito da história do jornal *Correio da Manhã* e de sua mudança de posicionamento a partir do golpe de 1964 serão abordadas no Capítulo 3.

Estávamos, ontem à noite, com um *embarras de richesse*: dois editoriais na mesa em vez de um só. O primeiro é aquele que nossos leitores encontram abrindo a 6ª página do jornal. O outro editorial nos foi enviado, espontaneamente, pela Agência Nacional para ser publicado, não sabemos se só por nós ou pela imprensa brasileira inteira.

Agradecemos à Agência Nacional esse primeiro serviço dipiano, provavelmente destinado a poupar-nos trabalho. Mas não pode ser. Nunca publicamos, no lugar do editorial, ineditoriais.<sup>64</sup>

Três dias depois, o *Correio da Manhã* publica nova nota com a mesma crítica:

A Agência Nacional caiu em transe estadonovista e começou a despachar editoriais “sob medida” para os jornais que ainda não estão totalmente enquadrados na “nova ordem”. Do jeito que a coisa vai, brevemente estaremos lamentando que mais uma vez a emenda tenha sido pior que o soneto...<sup>65</sup>

Os cinejornais produzidos pela Agência Nacional também eram frequentemente criticados nos primeiros anos da ditadura militar, tanto pelos aspectos estéticos quanto pelo conteúdo. O *Correio da Manhã* dizia que os cinejornais eram desprovidos de linguagem cinematográfica, acrescentando que “num momento em que os nossos jornais cinematográficos atravessam uma fase de excelente feitura e renovação, torna-se melancólico constatar o contraste da mediocridade propiciado pela Agência Nacional”<sup>66</sup>. Quanto ao conteúdo, a crítica recaía na constante presença do marechal Castelo Branco cumprindo atividades rotineiras e protocolares, tais como visitando obras, discursando e empossando auxiliares. Em outra ocasião, a crítica acusava a Agência Nacional de fazer propaganda pura e simples do governo, ao invés de informar, que era a sua função.<sup>67</sup>

Em compensação, poucos anos depois destas críticas, filmes produzidos pela Agência Nacional foram aplaudidos pelo mesmo jornal que antes os criticara:

O Serviço de Cinema da Agência Nacional, em sua nova fase, lavrou um tento com o seu primeiro filme, um documentário a cores sobre a Transamazônica. O filme está recebendo palmas nos cinemas Metro e Condor, o que constitui um fato inédito em matéria de documentários nacionais.<sup>68</sup>

As críticas à inoperância da Agência Nacional também foram frequentes: em relação às técnicas de radiofonia e cinema, diziam ter estacionado nos primórdios do Departamento de Imprensa e Propaganda; diziam que o quadro de funcionários continha um grande número de apadrinhados que não prestavam qualquer serviço; e a divulgação dos atos do governo era feita “de maneira mofina e incompetente”. Ao mesmo tempo, reconheciam a necessidade de

---

<sup>64</sup> INEDITORIAL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 11 abr 1964.

<sup>65</sup> VAI mal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2º Caderno, p. 1, 14 abr 1964.

<sup>66</sup> ESTRELISMO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 19 jan 1966.

<sup>67</sup> PUBLICIDADE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 8 dez 1966.

<sup>68</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p., 26 nov 1970

modernização e dinamização da Agência Nacional e a necessidade de recuperar seu acervo de filmes e gravações, “que equivalem a uma história informal do país nas últimas décadas”.<sup>69</sup>

### **1.5. O acervo documental da Agência Nacional hoje<sup>70</sup>**

Esta “história informal do país nas últimas décadas”, maneira pela qual o *Correio da Manhã* se referiu ao acervo da Agência Nacional, foi em grande parte recuperada, salva e preservada. O acervo documental da Agência Nacional está hoje depositado no Arquivo Nacional e compreende documentos filmográficos, iconográficos, sonoros e textuais do período de 1935 a 1982. Esta documentação inclui aproximadamente 958 filmes cinematográficos em película, dezenove fitas videomagnéticas, 92.484 cópias por contato, 5.530 fotografias, 303.000 negativos fotográficos, 508 discos, quinze discos óticos (CDs), 316 fitas audiomagnéticas e 125,49 metros lineares de documentos textuais. O fundo Agência Nacional inclui não apenas documentos desta agência, que foi criada em 1945 e extinta em 1979, como também documentos acumulados por ela dos órgãos que a precederam – o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934-1939) e o Departamento de Imprensa em Propaganda (1939-1945) – e da Empresa Brasileira de Notícias, órgão que sucedeu a Agência Nacional em 1979 e foi extinto em 1988.

#### *1.5.1. Documentos textuais<sup>71</sup>*

A documentação escrita abrange o período de 1935 a 1972 e constitui 125,49 metros lineares. Esta parte do acervo foi agrupada em três séries: Administração, Correspondência Geral e Noticiário.

A Série Administração é dividida em quatro subséries: Contabilidade, Generalidades, Material e Serviços Gerais e Pessoal. A subsérie Contabilidade inclui contas, empenhos e faturas referentes a publicidade, prestação de serviços e compra de material; prestações de contas de suprimentos funcionais, consumo mensal de gasolina e despesas diversas; extratos de conta-corrente; e registros de créditos orçamentários. Portarias, correspondência interna,

---

<sup>69</sup> RECUPERAÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 15 fev 1967.

<sup>70</sup> As informações deste subcapítulo sobre o acervo documental da Agência Nacional, exceto quando especificadas em contrário, foram obtidas do Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe\\_Pesquisa.asp?v\\_CodReferencia\\_ID=130](http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=130)> Acesso em 15 jun 2014

<sup>71</sup> Informações obtidas no catálogo da documentação sobre a Agência Nacional, disponível para consulta presencial no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

recortes do Diário Oficial, inquéritos administrativos referentes a atos desabonadores praticados por funcionários, publicações feitas no Diário Oficial, relatórios anuais e mensais da Agência Nacional ou de seus setores e anotações de ocorrências diárias nas transmissões da Estação Radiotelegráfica PSU compõem a subsérie Generalidades. A subsérie Material e Serviços Gerais contém requisições de material, propostas de orçamento e/ou coletas de preços para aquisição, conserto e manutenção de material, pedidos de reparos, conservação, limpeza ou instalação de automóveis, máquinas de escrever e equipamentos diversos, mapas de fornecimento de gasolina e balanço do material. Por fim, a subsérie Pessoal abarca pedidos de admissão, requisição de pessoal, transferência, remoção, férias, certidão de tempo de serviço, licenças, melhorias salariais, gratificações, salário família, desligamentos, comunicações de faltas, boletins de merecimento, propostas para alteração de tabela numérica de diaristas e mensalistas, decretos de nomeação e exoneração de diretores, requerimentos pleiteando a criação de cargos e carreiras, pagamentos de diárias de viagens, folhas de pagamento mensais ou extraordinárias do pessoal do quadro permanente, extranumerários e colaboradores, descontos em consignação, boletins, livros de frequência de pessoal e livros de ponto.

A série Correspondência Geral é composta por cartas, telegramas, ofícios e circulares, de pessoas físicas e jurídicas, referentes a: pedidos de certidões de registro de agências de viagens e turismo, periódicos e oficinas gráficas, empresas teatrais, cinematográficas e circenses e nomes artísticos; solicitações de informações turísticas e dados para a imigração; pedidos de divulgação de matéria paga, editais, quadros e balanços; pedidos de subvenções para a realização de filmes, edição de livros, revistas e folhetos e de auxílios em dinheiro; pedidos de cessão ou empréstimo de livros, filmes, cartazes, fotografias e discos; respostas aos questionários remetidos às prefeituras e agências municipais de estatística, em obediência à circular DI/SD 2/48, que visava a coleta de dados para a elaboração do Anuário Municipal Brasileiro; denúncias sobre propaganda política; e comunicações de posse, convites, agradecimentos e pedidos de emprego.

A série Noticiário foi organizada em duas subséries: Imprensa e Rádio. A subsérie Imprensa é composta por boletins diários produzidos pela Agência Nacional para distribuição aos órgãos públicos e à imprensa, contendo resenhas dos principais fatos nacionais e internacionais, divulgação de atos da administração pública, tais como decretos, portarias, circulares, mensagens, notas oficiais, editais e avisos, comemoração dos principais fatos históricos do dia, dados biográficos de personagens históricos e personalidades da

administração pública, texto e/ou resumo dos discursos proferidos pelo Presidente da República, ministros e demais autoridades do serviço público, discursos de Presidentes da República e ministros de estado, índice do noticiário e biografias de políticos e escritores veiculadas pelo noticiário oficial. Já a subsérie Rádio é formada pelos textos do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, transmitido diariamente em cadeia nacional, trazendo o resumo dos principais acontecimentos nacionais e divulgando os atos da administração pública.

### *1.5.2. Documentos sonoros*

Os documentos sonoros da Agência Nacional foram organizados em duas subséries: Discursos e Música, sendo que apenas a primeira possui atualmente o acervo totalmente organizado. São documentos do período de 1935 a 1975 que se referem a eventos ligados ao Presidente da República, às Forças Armadas, a pessoas notórias ligadas ao governo federal e à administração pública, celebrações de datas cívicas e discos de programas musicais produzidos pela Agência Nacional e de música popular e erudita.

A subsérie Discursos é composta por 467 itens produzidos entre 1935 e 1975. Inclui, por exemplo, os discursos do Presidente Getúlio Vargas na instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, e na comemoração do Dia do Trabalho em 1940, uma mensagem do Papa João XXIII aos brasileiros pela inauguração de Brasília, o discurso do Presidente Castelo Branco por ocasião do decreto do Ato Institucional n.º 2, o discurso de posse do general Artur da Costa e Silva na Presidência da República, em março de 1967, o discurso do ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva justificando o Ato Institucional n.º 5 e a leitura do Ato, uma entrevista coletiva à imprensa do Presidente Costa e Silva por ocasião do 5º aniversário do movimento militar de 1964, a cerimônia de posse na Presidência da República de Emílio Garrastazu Médici e a primeira entrevista coletiva do Presidente Médici à imprensa brasileira, em 27 de fevereiro de 1970.

### *1.5.3. Documentos filmográficos*

As imagens em movimento se referem a eventos ligados ao Presidente da República, às Forças Armadas, a pessoas notórias ligadas ao governo federal e à administração pública, reuniões ministeriais, revistas a tropas militares, recepção a autoridades, inaugurações visitas

oficiais, cerimônias de posse, celebração de datas cívicas e filmetes de divulgação de atividades governamentais.

As películas retratam o período de 1940 a 1979 e estão organizadas em oito subséries, organizadas cronologicamente: Atualidades Agência Nacional (1962-1964), Brasil Hoje (1970-1979), Cinejornais (1960-1975), Cinejornal Brasileiro (a partir de 1940), Cinejornal Informativo (1950-1970), Documentários (1951-1977), Filmetes Institucionais (1970-1979) e Transmissões de TV (1974-1976).

#### *1.5.4. Documentos iconográficos*

Os documentos iconográficos foram organizados em três séries, de acordo com a espécie documental: Negativos Fotográficos, Cópias por Contato e Fotografias.

A série Negativos Fotográficos possui a mesma quantidade de itens que a série Cópias por Contato: são 36.759 negativos do período de 1938 a 1982. Esta série está organizada parcialmente e é formada por negativos fotográficos produzidos pela Agência Nacional, em preto e branco e de diversos tamanhos, embora a maioria seja de médio formato (6x6cm). Retratam os Presidentes da República, desde Getúlio Vargas até Ernesto Geisel, personalidades ilustres e autoridades militares em atividades no exercício das funções públicas e as ações dos ministérios e das instituições nacionais.

A série Cópias por Contato é composta por aproximadamente 36.759 cópias fotográficas produzidas a partir dos negativos originais produzidos pela Agência Nacional. As cópias por contato foram feitas pelo próprio Arquivo Nacional e correspondem ao tamanho exato dos negativos (6 x 6cm), não sendo consideradas nesta série, portanto, as ampliações fotográficas. São imagens em preto e branco que retratam eventos ligados aos Presidentes da República, desde Getúlio Vargas até Garrastazu Médici, às Forças Armadas, autoridades militares, personalidades ilustres ligadas ao governo federal e à administração pública em atividades no exercício de suas funções, ações dos ministérios e das instituições nacionais, reuniões ministeriais, revistas a tropas militares, inaugurações e visitas oficiais, cerimônias de posse, celebrações de datas cívicas. Esta série está organizada em oito subséries: Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas, Eventos, Exército, Força Expedicionária Brasileira, Marinha, Nominal e Presidentes da República.

A série Fotografias compõe-se por aproximadamente 4.500 fotografias do período de 1971 a 1979. Parte dessas fotografias são o objeto de análise desta dissertação e serão

analisadas no capítulo 2. Por ora, podemos dizer que as fotografias desta série retratam os Presidentes da República Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, e autoridades públicas em solenidades oficiais, inaugurações, visitas a obras públicas e aos estados brasileiros. As imagens são em preto e branco, de tamanhos diversos e estão organizadas em ordem cronológica.

### **1.6. Considerações preliminares**

A transformação do Departamento de Imprensa e Propaganda em Departamento Nacional de Informação e, posteriormente, na Agência Nacional não foi uma mudança apenas no nome do órgão: a sua missão e finalidade também se alteram. O DIP, como o próprio nome definia, fazia o tipo clássico de propaganda do governo. A Agência Nacional não tinha como finalidade fazer a propaganda do governo, mas sim divulgar e informar o noticiário oficial. Entretanto, essa divulgação certamente implicava uma imagem que se queria passar do regime, uma visão sobre o Brasil como o “país do futuro”.

Ao longo do tempo e sob diferentes governos, a própria Agência Nacional sofreu mudanças e adquiriu novas características. No Regimento de 1956, sob o governo de Juscelino Kubitschek, a Agência Nacional possuía um Serviço de Documentação dentre suas divisões principais, equiparada à Secretaria, à Divisão de Informações e ao Serviço de Administração. A existência deste Serviço de Documentação reflete a relevância dada então à função de registro e arquivo exercida pela Agência Nacional, equiparada à sua atividade informativa. A partir de 1967, já no regime militar e sob o governo de Castelo Branco, o Serviço de Informações perde sua importância e se torna uma subdivisão da Secretaria Geral de Administração. A Agência Nacional assume como sua função principal a informação e comunicação. A partir do governo Médici, novas mudanças: a Divisão de Informações se torna Divisão de Divulgação, modificando o caráter das atividades exercidas pela Agência Nacional.

Quando a Agência Nacional foi criada, a imprensa não possuía a agilidade e os recursos suficientes para estar presente em todos os setores e, portanto, a Agência exercia um importante papel distribuindo as notícias referentes à área oficial. Com o passar do tempo suas atribuições se modificam e a Agência Nacional passa também a ser fornecedora de notícias de fora para dentro, preparando sinopses a partir do noticiário contido nos jornais. Assim, a

Agência Nacional efetuava quatro serviços principais: boletins diários para jornais, rádio e televisão, as sinopses, *A Voz do Brasil* e os filmes documentários.

Os boletins de notícias, que eram enviados três vezes ao dia para jornais de todo o país, não tinham grande utilidade para os grandes jornais, já que estes possuíam recursos próprios, mas tinham grande importância no interior. Para o rádio e a televisão eram enviados quatro boletins diários. Nestes boletins eram abordados atos do governo, inaugurações, conferências, arte e cultura, mas nunca assuntos político-partidários.

As sinopses eram elaboradas a partir das principais notícias dos jornais a fim de formar um noticiário compacto daquilo que foi divulgado. As sinopses eram então enviadas para o Presidente da República e os primeiro e segundo escalões do governo em Brasília.

Durante os governos militares a partir de 1964, seis diretores se sucederam à frente da Agência Nacional. A maioria destes diretores era de intelectuais (jornalistas, escritores e professores) e cada um deles imprimiu características distintas à Agência Nacional, que, por sua vez, refletiam as características de cada Presidente que estava governando naquele momento. Adonias Filho, por exemplo, que substituiu o general Otávio Alves Filho que fora escolhido interinamente logo após o golpe, teve que se ocupar da elaboração do livro branco, para explicar as causas e os propósitos do golpe de 1º de abril no exterior. Arnaldo Lacombe, no governo Médici, conseguiu efetuar algumas mudanças significativas, ao alterar *A Voz do Brasil* e modernizar a estrutura da Agência Nacional.

As principais críticas à Agência Nacional vieram do jornal *Correio da Manhã*, que tinha uma posição clara de oposição ao regime vigente. No entanto, estas críticas não perduraram devido à decadência do jornal, justamente por seu posicionamento político e seu eventual fechamento em 1974.

Os documentos que constituem hoje o acervo da Agência Nacional configuram trabalhos de memória de diferentes governos, refletidos tanto no que está presente quanto naquilo que está ausente.

## CAPÍTULO 2: O GOVERNO MÉDICI NAS FOTOGRAFIAS DA AGÊNCIA NACIONAL

Há muito as fotografias vêm sendo consideradas testemunhas oculares da História, devido ao seu caráter de autenticidade e evidência. Entretanto, além de prova e registro, as fotografias são também representações e interpretações, produtos de práticas e experiências históricas de mediação cultural. As fotografias são, portanto, uma prática social e uma experiência histórica que nos permitem abordá-las como imagem/documento e imagem/monumento<sup>72</sup>:

É importante considerar a fotografia simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. (Le Goff, 1985) No primeiro caso, considera-se a fotografia a marca de uma materialidade passada, que nos informa sobre determinados aspectos desse passado, como condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Como documento e monumento, a fotografia informa e também conforma visões de mundo.<sup>73</sup>

As fotografias são, ao mesmo tempo, imagens e objetos físicos que existem no tempo e no espaço e, portanto, na experiência social e cultural. Pensar a materialidade da fotografia engloba processos de intenção, produção, distribuição, consumo, uso, descarte e reciclagem. A fotografia carrega em si as marcas de sua própria história, de sua deterioração química e o fato de que ela pertencera a uma narrativa visual mais ampla.<sup>74</sup>

Elizabeth Edwards e Janice Hart acrescentam que a tendência predominante é que as fotografias sejam apreendidas em um ato visual que absorve imagem e objeto juntos, mas privilegiando o primeiro. As fotografias, então, se tornam independentes de suas propriedades físicas e, conseqüentemente, do contexto funcional da materialidade que é considerado apenas um suporte neutro para as imagens. As autoras defendem que há uma necessidade de quebrar conceitualmente o domínio do conteúdo da imagem e olhar para os atributos físicos da fotografia que influenciam o conteúdo no arranjo e projeção da informação visual. A intenção não é separar a materialidade da imagem fotográfica da própria imagem, mas sim observar de que maneira as influências materiais contêm ou realizam/representam a própria imagem. Ao afastar o foco metodológico do conteúdo somente, pode-se observar que não é apenas a imagem em si que é o local de sentido, mas que as suas formas materiais de apresentação e as

---

<sup>72</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. "História e fotografia". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 278

<sup>73</sup> Ibidem. p. 264

<sup>74</sup> EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice. *Photographs objects histories: on the materiality of images*. Londres e Nova York: Routledge, 2004. p. 1

utilizações a que estão colocadas são fundamentais para a função de uma fotografia como objeto socialmente relevante.<sup>75</sup> Desta maneira, não se deve desvincular as informações expressas na imagem de seu suporte físico.

Para Ulpiano de Meneses, a fotografia foi uma das primeiras modalidades de imagem a ter seu caráter de artefato reconhecido:

Uma das consequências imediatas da aceitação da natureza artefactual da imagem é que se torna indispensável pesquisar sua vida pregressa. Com efeito, a imagem teve uma vida pregressa antes de se recolher (ao fim de sua primeira existência social) a museus, arquivos, coleções, galerias, gabinetes, repertórios, e assim por diante. É nesse particular estado de descarte que temos acesso a ela. Trata-se, efetivamente, de descarte dentro de um ciclo de vida que, entretanto, abre espaço para um novo ciclo – que poderíamos *grosso modo* denominar documental.<sup>76</sup>

Meneses acrescenta ainda que deve se fazer a “desdocumentalização” da imagem, que consiste em conhecer sua vida pregressa, buscando os caminhos que ela percorreu antes de receber o status de documento e de ser utilizada como tal:

A vida pregressa, como se disse, não se esgota com o processo de arquivamento/musealização. Também é um processo de ressignificação seminal da imagem, que não pode ser deixado de lado pelo historiador, visto que tratar a imagem como artefato e historicizar sua vida social tem, ainda, uma vantagem que se poderia chamar de profilática, isto é, evita que ela seja despida da participação em múltiplas esferas da vida social para se circunscrever à função de representação, como se estivéssemos em uma esfera rarefeita e vivéssemos em uma floresta de símbolos, carente de substância, imaterial. A história assim semiotizada passa a depender exclusivamente de sentidos e ideias – naturalmente sempre relativizados. Se Barthes imaginava que o fato não tinha senão existência linguística, está aí a imagem para desmenti-lo. Não se nega o caráter discursivo da imagem, nega-se que ele seja exclusivo ou sempre predominante. A imagem tem extraordinário potencial linguístico, que pode ser exercido poderosamente, mas não compõe um sistema linguístico por natureza, tem vida fora dele. E, como artefato, nas suas trajetórias pode aclarar condições materiais da produção/reprodução social – e, ainda, chamar a atenção para integrar a visão ao conjunto de nossos demais sentidos.<sup>77</sup>

John Tagg defende que não temos escolha a não ser trabalhar com a realidade que está ao nosso alcance, a realidade da impressão em papel, o item material. Mas, segundo o autor, o que também é real é o que faz a impressão mais do que papel, o que a torna significativa. Para isso, temos que olhar não para algum tipo de “mágica”, mas para os processos conscientes e inconscientes, as práticas e instituições através das quais a fotografia pode incitar uma fantasia, assumir um significado e exercer um efeito. O que é real não é apenas o item material, mas também o sistema discursivo do qual a imagem que ele carrega faz parte. Nossa atenção deve estar não na realidade do passado, mas na realidade dos significados presentes e da mudança dos sistemas discursivos. A fotografia como evidência, por exemplo, não repousa

---

<sup>75</sup> Ibidem, p. 2

<sup>76</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “História e imagem: iconografia/iconologia e além”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 254

<sup>77</sup> Ibidem, p. 255

num fato natural ou existencial, mas num processo social, semiótico, embora isso não sugira que o valor probatório é incorporado na impressão, em um aparelho abstrato ou em uma estratégia de significação particular. A história da evidência fotográfica deve se inserir no campo mais amplo das relações de poder.<sup>78</sup>

O poder é uma questão central: não apenas as formas e as relações de poder que são exercidas sobre as práticas de representação ou constituem suas condições de existências, mas também os efeitos de poder que as próprias práticas de representação geram – o entrelaçamento desses campos de poder, bem como os seus padrões de interferência, suas diferenças, sua irreduzibilidade um para o outro.<sup>79</sup>

Defende-se, assim, que as práticas culturais têm um significado – e, portanto, constituem um campo de luta – justamente por causa de seu lugar neste complexo de práticas sociais e sistemas de representação que não expressam, mas constroem, flexionam, mantêm ou subvertem as relações de dominação e subordinação em que identidades sociais heterogêneas são produzidas.<sup>80</sup>

Tagg estabelece ainda uma relação entre poder e fotografia, buscando onde e como o poder se entrelaça à fotografia. A fotografia é usada pelo Estado como ferramenta de suas estratégias de poder, o que impede a defesa da neutralidade da câmara que pelo seu uso é tributária do agenciamento estatal. As representações que a câmera produz são codificadas e o poder que ela exerce nunca é o seu próprio. Fotografias nunca são “provas” da história, são elas próprias históricas.<sup>81</sup>

O poder, desta maneira, se impõe não apenas através da força, mas pela legitimidade. Segundo Balandier, o poder tem sua existência constantemente ameaçada se estabelecido exclusivamente pela força e pela violência direta; se baseado unicamente na razão e na justificação racional, carece de credibilidade. Assim, o poder “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”.<sup>82</sup>

As fotografias são representações e construções do real, portadoras de um caráter simbólico, construído social e historicamente. O poder simbólico, segundo Pierre Bourdieu, é aquele poder invisível que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não

---

<sup>78</sup> TAGG, John. *The burden of representation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993. p. 4-5

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 21

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 30

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 63-5

<sup>82</sup> BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 7

querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.<sup>83</sup> Bourdieu acrescenta ainda que as relações de comunicação são sempre relações de poder:

Contra todas as formas do erro “interacionista”, o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.<sup>84</sup>

Bourdieu acrescenta ainda que os sistemas simbólicos se diferenciam através de sua produção e recepção. Desta maneira, o poder simbólico só se exerce se for reconhecido, sendo uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder.

As fotografias da Agência Nacional que são objeto deste trabalho são ferramentas das estratégias de poder do Estado e se enquadram na definição de fotografia pública institucionalizada, produzida pelas agências do Estado, elaborada por Ana Maria Mauad e Marcos Felipe de Brum Lopes. Mauad e Lopes distinguem dois tipos de fotografia pública:

a institucionalizada, associada ao Estado e ao Capital, produzida pelas agências do Estado para dar visibilidade às ações estatais em compasso com as estratégias de persuasão e publicação do poder político, que também é uma mercadoria que se insere no mercado de trocas da produção de notícias pela imprensa burguesa, liberal e capitalista; e a fotografia engajada.<sup>85</sup>

Ainda segundo os autores, nesse tipo de escrita da história através da imagem, o local de produção (as agências de produção da imagem – neste caso, o Estado) e os sujeitos da narrativa (fotógrafos) são tão importantes quanto os institutos históricos e as academias literárias na tarefa de imaginar a nação e instituir os lugares de memória.<sup>86</sup>

A fotografia pública, como produto de práticas sociais e experiências históricas, cumpre uma função política de dar visibilidade ao poder, elaborar a opinião pública e materializar projetos sociais em imagens:

Os estudos sobre fotografia e história indicam que esta se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder. A fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.). É, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos. Essa versão é

---

<sup>83</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. pp. 7-8

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 11

<sup>85</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum, op. cit., p. 274

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.273

construída por uma narrativa visual e verbal, ou seja, intertextual, mas também, pluritemporal: o tempo do acontecimento, o tempo da sua transcrição pelo modo narrativo; o tempo da sua recepção no marco histórico da sua publicação, dimensionado pelas formas de sua exibição – na imprensa, em museus, livros, projetos, etc. A fotografia pública produz visualmente um espaço público nas sociedades contemporâneas, em compasso com as visões de mundo as quais se associa.<sup>87</sup>

Segundo Mauad<sup>88</sup>, a partir de distinção estabelecida por Kracauer, a fotografia pública no século XX poderia ser compreendida de duas formas: como prática criativa ou como expressão crítica do mundo visível. Como prática criativa, a fotografia foi pensada tanto como expressão autoral ligada ao pictorialismo e aos padrões clássicos de representação artística como associada às vanguardas artísticas, colocando em questão o próprio princípio realista. Vista como expressão crítica do mundo visível, a fotografia pública estava associada às agências governamentais, à imprensa ilustrada e à produção de notícias, figurando o mundo de forma mais realista, e associando-se às práticas de registro social, documentando condições de vida, deslocamentos humanos, conflitos e situações limite. Neste caso, o agenciamento das imagens poderia ser autônomo, através de agências independentes, ou associada a projetos governamentais. No Brasil especificamente, o circuito social da fotografia pública se caracterizou pela forte presença do Estado e da grande imprensa. Somente a partir do final dos anos 1970 se notam circuitos sociais mais autônomos, como as agências independentes.

As fotografias da Agência Nacional são, portanto, imagem/documento e imagem/monumento: como monumentos, evocam o passado e fazem recordar; como documentos, carregam as imagens que os governos escolheram para serem perenizadas. Como tais, devem ter seu caráter de artefato e sua materialidade reconhecidos, pois revelam as condições materiais de sua produção e reprodução social, além da informação visual. Como fotografias públicas, as imagens da Agência Nacional constituem um interessante campo de luta das relações de poder.

## **2.1. Natureza do material e organização da análise**

Como mencionado no capítulo anterior, o acervo iconográfico da Agência Nacional encontra-se sob a guarda do Arquivo Nacional, constituindo um dos importantes acervos daquela instituição.

---

<sup>87</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit., 2013. p. 13

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 16

O acervo fotográfico é composto de negativos, cópias por contato e ampliações fotográficas. As cópias por contato foram feitas pelo próprio Arquivo Nacional a partir dos negativos originais da Agência Nacional. Portanto, o número de cópias por contato corresponde ao mesmo número de negativos fotográficos. Esta parte do acervo encontra-se organizada e identificada. As cópias por contato e negativos são divididas em oito subséries: Aeronáutica, Exército, Marinha, Estado-Maior das Forças Armadas, Força Expedicionária Brasileira, Eventos, Nominal e Presidentes da República.

Dos 36.759 negativos, pelo menos 14.022 são imagens dos governos militares, a partir de 1964. Este número corresponde apenas às imagens da subsérie Presidentes da República, que enfoca o dia-a-dia dos Presidentes em atividades oficiais, como reuniões ministeriais, inaugurações, celebrações de datas cívicas, visitas oficiais, recepções, etc.

Entretanto, 97% dessas imagens correspondem aos dois primeiros governos militares, de Castelo Branco e Costa Silva. As demais são fotografias da Junta Militar de 1969 – formada por Aurélio de Lira Tavares (ministro do Exército), Márcio de Sousa Melo (ministro da Aeronáutica) e Augusto Rademaker (ministro da Marinha) – e do governo Médici. Os negativos estão, portanto, distribuídas da seguinte maneira:

Governo Castelo Branco (1964-1967)	7.993 fotografias
Governo Costa e Silva (1968-1969)	5.716 fotografias
Junta Militar (1969)	171 fotografias
Governo Médici (1969-1974)	142 fotografias

Pode-se dizer que essas fotografias são o material bruto produzido pelos fotógrafos da Agência Nacional. Os fotógrafos acompanhavam o Presidente da República em todas as atividades oficiais, de viagens aos estados da federação e inaugurações de obras a celebrações de datas cívicas e recepções a chefes de Estado estrangeiros<sup>89</sup>. Portanto, em cada uma dessas missões fotográficas, o fotógrafo realizava uma série de fotografias e, posteriormente, uma ou algumas delas seriam enviadas aos veículos de comunicação para ser feita a divulgação das atividades oficiais do Estado brasileiro. Esta série, portanto, guarda todos os cliques realizados pelos fotógrafos.

Não se sabe ao certo por que há tão poucos negativos do governo Médici ou por que não há fotos do governo Ernesto Geisel, já que a Agência Nacional só foi extinta em 1979,

---

<sup>89</sup> Entre 1964 e 1966 a Agência Nacional possuía 20 fotógrafos em seu quadro de pessoal. Em 1967, após a transferência da Agência Nacional do Ministério da Justiça para o Gabinete Civil da Presidência da República, a Agência Nacional contava com 18 fotógrafos, sendo 13 deles lotados na sede no Rio de Janeiro, e os demais nas sucursais de São Paulo (1), Florianópolis (1), Porto Alegre (2) e Brasília (1).

mesmo ano em que o governo Geisel chegou a fim. Este acervo foi recolhido desta maneira ao Arquivo Nacional, e assim foi mantido. Alguns originais provavelmente se perderam ao longo do tempo.

No que se refere à série de Fotografias, que são as imagens já ampliadas em papel fotográfico, tampouco se sabe por que só há ampliações a partir de 1971. Assim como no caso dos negativos, que cobrem basicamente os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, as fotografias foram recolhidas ao Arquivo Nacional desta maneira. Há, portanto, um “vácuo fotográfico” nos primeiros anos do governo Médici.

A particularidade deste conjunto de ampliações fotográficas é que se tratam das fotografias escolhidas pela própria Agência Nacional para divulgar determinada pauta, já que elas eram enviadas juntamente com as notícias distribuídas pela Agência Nacional. E, diferente dos negativos mencionados anteriormente, são fotografias das atividades do governo federal como um todo, e não apenas das atividades relacionadas à Presidência da República. Incluem, portanto, atividades dos ministros, das Forças Armadas e de órgãos públicos.

Diferente dos negativos, estas fotografias estão apenas parcialmente organizadas: há uma identificação sumária e estão agrupadas por ordem cronológica, acondicionadas em envelopes em pastas suspensas, mas ainda não foram numeradas ou organizadas arquivisticamente. Estas fotografias não possuem mais seus originais (negativos).

É importante ressaltar que estas ampliações fotográficas que hoje compõem o fundo da Agência Nacional no Arquivo Nacional são aquelas que, de alguma maneira, “sobraram” no arquivo do órgão. Não se sabe, por exemplo, se a Agência Nacional guardava uma cópia das fotografias que encaminhava para divulgação e estas seriam, portanto, parte disso. Por outro lado, por se tratarem de fotografias que foram efetivamente encaminhadas para divulgação – assume-se isso já que a maioria está acompanhada do papel timbrado com a legenda ou texto-legenda referente à imagem – elas refletem o tipo de pauta que a Agência Nacional tentou incorporar, o tipo de notícia e a imagem que ela queria divulgar do governo federal. Estas fotografias não possuem seus negativos originais, apenas as cópias em papel. Portanto esta análise é feita em cima daquelas imagens escolhidas pela Agência Nacional para fazer a divulgação governamental, sem abordar os possíveis silenciamentos das fotografias que permaneceram no arquivo do órgão e não circularam na época de sua produção. Entretanto, não foi possível localizar nenhum documento que esclarecesse como era feita a edição das fotos e que protocolos de produção da imagem fotográfica eram adotados pela Agência Nacional.

Por se tratar de um serviço oficial de divulgação do governo, a produção e a circulação dessas fotografias ocorriam num curto espaço de tempo. A produção dessas imagens já era feita de forma controlada de maneira a registrar circunstâncias positivas à imagem governo e que se desejava que fossem divulgadas.

Escolheu-se trabalhar com estas fotografias do governo Médici por dois motivos principais: em primeiro lugar, por ter sido o governo Médici um período de grande agitação política e social. Durante o governo Médici (1969-1974) vivia-se, por um lado, o chamado “milagre econômico”, as grandes obras como a rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, o ufanismo, a exaltação de uma nação dinâmica e eficiente. Por outro lado, o auge da repressão desencadeada pela ditadura militar, o autoritarismo, a censura, as torturas e as guerrilhas. Em segundo lugar, por serem fotografias escolhidas pela própria Agência Nacional para divulgar as notícias do governo. Como mencionado anteriormente, as ampliações fotográficas são o resultado das escolhas feitas pela Agência Nacional das imagens que melhor poderiam representar o governo. Afirma-se que estas são fotografias escolhidas pela Agência Nacional para acompanhar as notícias de divulgação porque grande parte delas ainda está acompanhada do papel timbrado da Agência Nacional com a legenda, texto-legenda ou notícia à qual se referia a imagem e que seria distribuída por este órgão de informação a fim de divulgar as ações do governo. As legendas serviam para fornecer informações complementares não abarcadas pela imagem. Desta maneira, acredito que estão mais evidentes as intenções do governo ao escolher determinada imagem dentre tantas outras possíveis para representar o assunto em pauta.

O conjunto de imagens produzidas e distribuídas pela Agência Nacional durante o governo Médici que hoje estão no Arquivo Nacional totalizam 1.126 fotografias entre os anos de 1971 e 1974. Há algumas fotos duplicadas, que não foram consideradas neste total, mas constituem apenas uma pequena parcela do conjunto: a maioria das fotografias é única. Não podemos afirmar que estas são cópias de todas as fotografias distribuídas pela Agência Nacional durante este período porque, conforme pode ser observado na tabela abaixo, estas fotografias não estão distribuídas uniformemente entre os anos e entre os meses de cada ano. Em alguns meses sequer há fotografias, o que nos faz acreditar que muitas se perderam ao longo do tempo ou não foram guardadas pela Agência Nacional.

	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>Ano indeterminado</b>
<b>Janeiro</b>	--	--	28	74	--
<b>Fevereiro</b>	--	--	39	8	--
<b>Março</b>	52	--	37	30 <sup>90</sup>	--
<b>Abril</b>	31	46	36		--
<b>Mai</b>	69	--	21		--
<b>Junho</b>	86	--	24		--
<b>Julho</b>	76	18	37		--
<b>Agosto</b>	60	--	25		--
<b>Setembro</b>	18	1	64		--
<b>Outubro</b>	9	--	76		--
<b>Novembro</b>	--	--	63		--
<b>Dezembro</b>	1	2	11		--
<b>Mês indeterminado</b>	--	38	--	--	46
<b>TOTAL</b>	<b>402</b>	<b>105</b>	<b>461</b>	<b>112</b>	<b>46</b>

**Tabela 1** – Distribuição das fotografias por anos e meses

Decidiu-se, então, fazer uma análise por amostragem. A análise por amostragem foi necessária devido principalmente ao curto tempo para a análise de todo o universo de imagens do período. Desta maneira, pretende-se ter um panorama dos principais assuntos registrados, tais como visitas, cerimônias de posse, transmissões de cargo, inaugurações e comemorações de datas cívicas. Foram, portanto, selecionadas 50 fotografias por ano, totalizando 200 a serem analisadas. As fotografias sem ano determinado não foram analisadas. Para a seleção das 50 fotografias de cada ano, tentou-se manter a proporção existente no conjunto. Assim, para a amostragem, foi selecionada a seguinte quantidade de fotos de cada mês:

<sup>90</sup> Só foram contabilizadas as fotografias datadas até 15 de março de 1974, data em que Médici deixou a Presidência da República.

	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>
<b>Janeiro</b>	--	--	3	33
<b>Fevereiro</b>	--	--	4	4
<b>Março</b>	6	--	4	13
<b>Abril</b>	4	22	4	
<b>Mai</b>	9	--	2	
<b>Junho</b>	11	--	3	
<b>Julho</b>	9	8	4	
<b>Agosto</b>	7	--	3	
<b>Setembro</b>	2	1	7	
<b>Outubro</b>	1	--	8	
<b>Novembro</b>	--	--	7	
<b>Dezembro</b>	1	1	1	
<b>Mês indeterminado</b>	--	18	--	
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>50</b>

**Tabela 2** – Quantidade de fotografias selecionadas / mês

As fotografias foram analisadas a partir de duas fichas elaboradas por Ana Maria Mauad<sup>91</sup> para análise através de uma metodologia histórico-semiótica (Anexo 1), em que se valoriza a mensagem fotográfica. As fichas incluem os elementos da forma do conteúdo e os elementos da forma de expressão. Os elementos da forma de expressão envolvem escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação e nitidez. Já os elementos da forma do conteúdo são determinados pelo tema, pessoas, objetos e lugares que compõem a fotografia. “Ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los somente como um todo integrado.”<sup>92</sup>

Segundo Mauad, a elaboração dessas duas fichas de análise da imagem fotográfica foi feita a partir de três pontos. Em primeiro lugar, está a relação entre signo e imagem. Normalmente, vê-se o signo como uma representação simbólica e a imagem como algo “natural”. Esta distinção é um falso problema para a análise semiótica uma vez que no contexto da mensagem veiculada a imagem incorpora funções sógnicas. Em segundo lugar, a fotografia deve ser compreendida como uma escolha efetuada em um conjunto de escolhas possíveis. É a seleção de um aspecto do mundo visível dentre uma diversidade de possibilidades de visualização. E, por fim, está a relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. O plano do conteúdo relaciona os elementos da fotografia com o contexto no

<sup>91</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit., 2008. p. 44

<sup>92</sup> Ibidem, p. 40

qual se insere, enquanto o plano da expressão compreende as opções técnicas e estéticas, as quais envolvem um aprendizado historicamente determinando e pleno de sentido social.<sup>93</sup>

## **2.2. Desenvolvimento da análise**

Para o desenvolvimento da análise das fotografias, serão trabalhados cinco espaços que estruturam a mensagem fotográfica: o espaço fotográfico (recorte espacial processado pela fotografia), o espaço geográfico (espaço físico representado na fotografia), o espaço do objeto (objetos fotografados tomados como atributos da imagem fotográfica), o espaço da figuração (pessoas e animais retratados, natureza do espaço, hierarquia das figuras e seus atributos, atributos da figuração) e o espaço da vivência ou evento (atividades, vivências e eventos, a síntese do ato fotográfico). Cada um destes espaços compreende aspectos distintos de análise.

### *2.2.1. O espaço fotográfico*

O espaço fotográfico compreende escolhas contidas no plano da expressão, como tamanho, formato, enquadramento, nitidez e produtor. Trata-se da natureza do espaço, sua organização, que tipo de controle pode ser exercido na sua composição e a quem este espaço está vinculado, bem como os recursos técnicos à disposição.<sup>94</sup>

#### a) Tamanho e formato

Em relação ao tamanho das fotografias, 65% das fotografias são médias (variando em 12x12cm, 12x16cm e 12x18cm) e 35% de fotografias grandes (18x24cm). Em todos os anos foram encontradas tanto fotografias médias quanto grandes. No entanto, esta proporção varia a cada ano. Em 1971, há apenas 1 fotografia de tamanho grande. As outras 49 fotografias são de tamanho médio, sendo 2 delas de tamanho 12x12cm, 4 de tamanho 12x16cm e 43 fotografias medindo 12x18cm. Apenas no ano de 1971 foram encontradas fotografias medindo 12x12cm e 12x16cm.

No ano de 1972 esta proporção se inverte: foram 49 fotografias de tamanho grande e somente 1 de tamanho médio. Apenas neste ano foi encontrada na amostragem uma

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 43

<sup>94</sup> Ibidem, p. 45

quantidade maior de fotografias grandes que de fotografias médias. Em 1973 foram 43 fotografias médias e 7 fotografias grandes e, em 1974, foram 37 fotografias médias e 13 grandes.

Em relação ao formato, apenas 2, de tamanho médio, são de formato quadrado – ambas do ano de 1971. Todas as demais são retangulares.

	1971	1972	1973	1974	Total	
12x12cm	2	--	--	--	2	1%
12x16cm	4	--	--	--	4	2%
12x18cm	43	1	43	37	124	62%
18x24cm	1	49	7	13	70	35%

**Tabela 3** - Tamanho da foto

O formato das fotografias está relacionado com o tipo de equipamento utilizado pelos fotógrafos. Em relação a isso, na correspondência produzida pela Agência Nacional há menção alguns equipamentos adquiridos pelo órgão a partir de 1964: câmera Leica-Flex; uma máquina fotográfica Minolta SR-1 de 35mm, com objetiva Rokkor F.1.8 de 55mm e equipada com uma telefoto de f.4.5 de 300mm; câmeras fotográficas Reflex Original Yashica-Mat 6x6 com objetiva Yashinon 1.3.5, F-75 ou 80mm, obturador Copal MVX 1/500 seg., além de *flashes* eletrônicos automáticos da marca Braun-Hobby.

As duas fotografias quadradas (12x12cm) mostram ações cívico-sociais promovidas pelas Forças Armadas: a aplicação de vacinas contra varíola em crianças residentes nas proximidades dos locais onde a Divisão Blindada do Exército realizou manobras anti-guerrilha. As demais fotografias médias são de conteúdos diversos: cerimônias de posse e transmissões de cargo, treinamentos militares, palestras e visitas.

Das 70 fotografias grandes, o Presidente Médici aparece em 26, em eventos como o traslado do corpo de D. Pedro I ao Brasil como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência, visita a uma agrovila no norte do país, audiências e reuniões, discursando, desembarque na Base Aérea do Galeão, na inauguração da Ponte Rio-Niterói e na missa e almoço em comemoração ao 47º aniversário de formatura da turma de Médici na Escola Militar do Realengo. No ano de 1972, todas as demais fotos grandes são dos eventos de chegada do corpo de D. Pedro I; nos demais anos, incluem-se ainda fotografias da inauguração da Ponte Rio-Niterói, obras da Transamazônica e inaugurações.

## b) Enquadramento

O item enquadramento é dividido em quatro categorias: sentido da foto, direção da foto, distribuição dos planos e arranjo/equilíbrio.

Em relação ao sentido da foto, 79% delas são horizontais e 20%, verticais. Em 2 fotografias (1% do total) estas categorias não se aplicam por se tratarem de fotografias quadradas. Em todos os anos analisados o número de fotografias horizontais é maior que o número de fotografias verticais, variando anualmente entre 70% e 92%.

	1971	1972	1973	1974	Total	
Horizontal	36	46	41	35	158	79%
Vertical	12	4	9	15	40	20%
Não se aplica	2	--	--	--	2	1%

**Tabela 4** - Enquadramento I: Sentido da foto

Quanto à direção da foto, foram estabelecidas cinco categorias a partir do ponto de vista do fotógrafo: centralizada, da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, de baixo para cima e de cima para baixo. A maior parte das fotografias do conjunto, 59%, é de fotografias centralizadas. Em seguida vêm as fotografias de cima para baixo, representando 13,5%, as da esquerda para a direita, com 12%, e as fotos da direita para a esquerda, com 11% do total. As menos frequentes são as fotografias de baixo para cima, com 4,5% do total.

Analisando anualmente, há algumas diferenças nos percentuais em relação à análise do conjunto, embora em todos os anos as fotografias centralizadas constituam a maior parcela. 1971 é o ano em que há o maior número de fotografias centralizadas (37 fotos ou 74%), seguida pelas fotografias de cima para baixo (12%), das fotografias da direita para a esquerda (8%) e daquelas da esquerda para a direita (6%). Neste ano não há fotos de baixo para cima.

Os anos de 1972, 1973 e 1974 tiveram a mesma quantidade de fotografias centralizadas: 27 fotos ou 54% em cada ano. No entanto, o segundo tipo mais frequente variou: em 1972, foram as de cima para baixo (26%), em 1973 as da esquerda para a direita (22%) e em 1974, as da direita para a esquerda (20%). As menos frequentes foram a da direita para a esquerda (4%) em 1972, as de baixo para cima (2%) em 1973 e as de cima para baixo (6%) em 1974.

	1971	1972	1973	1974	Total	
Centralizada	37	27	27	27	118	59%
Da direita para a esquerda	4	2	6	10	22	11%
Da esquerda para a direita	3	4	11	6	24	12%
De baixo para cima	0	4	1	4	9	4,5%
De cima para baixo	6	13	5	3	27	13,5%

**Tabela 5** - Enquadramento II: Direção da foto

Correlacionando sentido e direção, temos a seguinte representação:

	Centralizada	Da direita para a esquerda	Da esquerda para a direita	De baixo para cima	De cima para baixo
<b>1971</b>					
Horizontal	27	2	3	--	4
Vertical	9	1	--	--	2
<b>1972</b>					
Horizontal	24	2	4	4	12
Vertical	3	--	--	--	1
<b>1973</b>					
Horizontal	20	5	11	--	5
Vertical	7	1	--	1	--
<b>1974</b>					
Horizontal	21	7	6	--	1
Vertical	6	3	--	4	2
<b>Total</b>					
Horizontal	92	16	24	4	22
Vertical	25	5	--	5	5

**Tabela 6** - Sentido x direção

Tradicionalmente, as fotografias dos eventos eram centralizadas e horizontais – 46% das imagens correspondem a esta representação. Destaca-se nesta tabela a presença do ângulo *plongée* (de cima para baixo) em 13,5% das fotografias: muito utilizado no cinema, este ângulo pode produzir um efeito de diminuir o objeto e provocar sensação de distanciamento, opressão, fragilidade ou intimidação. Por outro lado, consegue compreender um plano mais amplo do objeto retratado. O *contra-plongée* (de baixo para cima), que tende a produzir uma sensação de grandeza e imponência, só apareceu em 4,5% das fotografias.

Em relação à distribuição dos planos, 90,5% das fotografias possuem 1 ou 2 planos distintos. Por se tratarem de fotografias da esfera pública e governamental, tais como palestras, recepções e inaugurações, ocorre uma priorização da figura humana em detrimento

da paisagem. A figura humana, sozinha ou em grupo, é o objeto central em 94,5% das fotografias.

	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>Total</b>	
1 plano	21	18	22	22	83	41,5%
2 planos	23	25	27	23	98	49%
3 planos	4	7	1	5	17	8,5%
4 planos	2	0	0	0	2	1%

**Tabela 7** - Enquadramento III: distribuição de planos

Em termos de arranjo e equilíbrio, 94% das fotografias possuem concentração mediana, o que significa um equilíbrio entre os planos inferior e superior. Ao longo desses quatro anos, 181 fotografias têm um grupo como objeto central. Em 50,9% destas fotografias, os retratados estão posicionados de maneira espalhada. Isso ocorre porque todas as fotos da amostragem são espontâneas e, portanto, os grupos não aparecem de forma posada e organizada.

	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>Total</b>	
Diagonal	11	6	15	12	44	24,3%
Espalhada	18	32	20	22	92	50,9%
Linha reta	10	5	4	1	20	11%
Semicírculo	3	7	10	5	25	13,8%

**Tabela 8** - Enquadramento IV: arranjo e equilíbrio

A análise do enquadramento reforça o caráter documental e informativo que as fotografias da Agência Nacional possuíam, visando divulgar as atividades do governo federal.

### c) Nitidez

Em relação à nitidez, são analisados três aspectos: foco, impressão visual e iluminação.

No item foco, foram encontradas apenas duas variáveis: tudo no foco ou plano central no foco. Não foram encontradas fotografias fora de foco ou com foco desigual (quando o foco está num ponto inusitado, em geral por erro do fotógrafo), justamente por se tratarem de fotografias feitas por profissionais e escolhidas pela Agência Nacional para acompanhar as notícias. 88% das fotografias têm todos os planos no foco e 12% têm apenas o plano central no foco. Com pequenas variáveis, esta proporção se mantém nos quatro anos analisados.

Colocar todos os planos no foco permite a inclusão de um maior número de elementos na foto e demonstra uma preocupação com a clareza.

	1971	1972	1973	1974	Total	
Tudo no foco	43	44	42	47	176	88%
Plano central no foco	7	6	8	3	24	12%

**Tabela 9** - Nitidez I: foco

No que se refere à impressão visual, todas as fotografias possuem definição clara, com o contraste variando entre forte e suficiente. As fotografias com linhas bem definidas representam 76% do total e aquelas com linhas definidas, 24%. Não há fotos com linhas mal definidas e contraste fraco. Os anos de 1971 e 1972 apresentaram uma quantidade maior de fotografias com contraste suficiente que os dois anos seguintes. Nos anos de 1973 e 1974, o número de fotografias com contraste forte é bastante superior ao daquelas com contraste suficiente. No entanto, não há diferenças consideráveis entre os anos.

	1971	1972	1973	1974	Total	
Linhas bem definidas (contraste forte)	36	36	39	41	152	76%
Linhas definidas (contraste suficiente)	14	14	11	9	48	24%

**Tabela 10** - Nitidez II: impressão visual

Quanto à iluminação, as fotografias seguem a tendência à clareza e ao equilíbrio de tons: 96% das fotografias são claras sem sombras e 4% são claras com sombras. Não foram encontradas fotografias escuras – mais uma vez por se tratarem de fotografias feitas por profissionais e selecionadas pela Agência Nacional para serem utilizadas na divulgação das notícias do governo. O ano de 1971 foi o que apresentou o maior número de fotografias com sombras, representando 12% naquele ano. No ano de 1972 todas as fotografias eram claras sem sombras e em 1973 e 1974, há apenas 1 fotografia com sombras em cada ano.

	1971	1972	1973	1974	Total	
Clara com sombras	6	0	1	1	8	4%
Clara sem sombras	44	50	49	49	192	96%

**Tabela 11** - Nitidez III: iluminação

Percebe-se, portanto, a construção de um espaço fotográfico bem definido, com iluminação clara, sem sombras e contraste forte, o que confirma o diálogo estreito com o fotojornalismo, estética que, por um lado, apoia a produção do fato noticioso e, por outro,

aponta para a possível incorporação de tais imagens em jornais e revistas da época. Além de reforçar a atribuição dos fotógrafos da Agência Nacional, formados na prática fotográfica jornalística.

Por se tratar de uma agência oficial de notícias, todas as fotografias foram realizadas por fotógrafos profissionais. No entanto, poucas vezes era dado crédito ao fotógrafo. O fotógrafo atua como filtro cultural, mediando a elaboração do testemunho, que é o registro fotográfico do dado exterior. O assunto registrado na fotografia documenta também a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é um duplo testemunho pois mostra a cena passada, congelada em um fragmento, ao mesmo tempo em que nos informa sobre seu autor. Assim, “toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico”<sup>95</sup>, é a expressão de um ponto de vista.

Nos anos de 1971 a 1973, não havia crédito do fotógrafo em nenhum registro. Apenas em 1974 encontramos os nomes dos fotógrafos responsáveis em metade da amostragem, enquanto as outras 25 fotos permanecem com autoria desconhecida. Entretanto, quando publicados, o crédito era dado apenas à Agência Nacional.

	1971	1972	1973	1974	Total	
Profissional desconhecido	50	50	50	25	175	87,5%
Adércio Nunes de Lima (Nunes)				5	5	2,5%
Artur				1	1	0,5%
César Lustosa Pompeu				1	1	0,5%
Darilio				1	1	0,5%
Elnio				4	4	2%
Israel				1	1	0,5%
Marcelo				7	7	3,5%
Paulo Gomes				3	3	1,5%
Raimundo Donato				1	1	0,5%
Sérgio				1	1	0,5%

**Tabela 12** – Fotógrafos

Embora seja impossível identificar a autoria das fotografias produzidas pela Agência Nacional quando não há crédito, os livros de ponto e as folhas de frequência nos ajudam a identificar alguns dos fotógrafos que trabalharam na Agência Nacional: Adercio Nunes de Lima, Alfredo Pinto de Almeida, Antônio Monteiro, Cesar Lustosa Pompeu, Cid Neves, Clodomir Galvão Jucá, Edmundo Gomes de Oliveira Filho, Edson de Jesus, Enéas Gomes de

<sup>95</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 52

Andrade, João d'Albuquerque Uchoa Cavalcante, José Cruz Vaz de Oliveira, José Gonçalves Casal, Lenyr Lauro Martins, Mariano dos Santos, Mario Basile de Sampaio, Nery Nascente Garcia, Nestor Leite, Odilon Braz Lacerda, Oscar Ludovico Montovani, Oswaldo Moreira Serra, Ruy Edward Zancheta Costa e Waldemar Lima.

Chegou-se a esta relação de fotógrafos que trabalharam na Agência Nacional a partir da pesquisa na Série Correspondência Geral e nos livros de ponto da Agência Nacional, que se encontram no Arquivo Nacional. Entretanto, a documentação que menciona os nomes citados acima não abarca o período do governo Médici, de 1969 a 1974. Iniciou-se este levantamento a partir do ano de 1964, por marcar o início do regime militar. Porém, o Arquivo Nacional possui as cartas, telegramas, ofícios e circulares apenas até o ano de 1968. Os livros de ponto da Seção de Fotografias, por sua vez, abarcam até o final de junho de 1971. Desta maneira, exceto pelos fotógrafos listados na Tabela 12, não é possível afirmar quais fotógrafos de fato continuavam a trabalhar na Agência Nacional no período em que foram tiradas as fotografias analisadas nesta pesquisa.

Os fotógrafos, entretanto, não trabalhavam sozinhos: para fazer a cobertura de um evento importante, e principalmente quando contava com a presença do Presidente da República, era necessária, além dos fotógrafos, uma equipe composta por redatores, cinegrafista, operadores de rádio e locutor. Lembrando que a Presidência da República contava com um fotógrafo da Agência Nacional especificamente para acompanhar as atividades da Presidência.

A fotografia é resultado da ação do homem (fotógrafo) em determinado espaço e tempo, que optou por um assunto a ser registrado. O fotógrafo é, portanto, ao mesmo tempo agente e personagem do processo. Ele atua como filtro cultural na medida em que elege determinado aspecto, organiza visualmente a composição do assunto e dispõe de recursos tecnológicos que influem no resultado final.<sup>96</sup> No caso dos fotógrafos da Agência Nacional, é necessário levar em consideração também que o fotógrafo não age sozinho como filtro cultural do objeto fotografado: por estar associado a uma agência, sua atuação é influenciada pela mesma.

Mauad e Lopes lembram que os projetos podem se modificar ao longo de uma trajetória, mas não deixam de existir como condição própria da experiência fotográfica.

Esses projetos não são absolutamente individuais, mas compartilhados por uma comunidade de sentido que fornece apoio para a ação e projeção individuais de cada fotógrafo. Possuem características variadas, podendo estar vinculadas profissionalmente a uma agência de notícias, a um órgão da imprensa, a um

---

<sup>96</sup> KOSSOY, Boris. *Ibidem*. pp. 39-40; 44-45

movimento social, a uma vanguarda artística, a um projeto de pesquisa etc. No entanto, reafirma-se que os projetos são os meios pelos quais os fotógrafos realizam a sua inscrição no mundo social, ao qual desejam dar sentido pelas imagens.<sup>97</sup>

No que se refere à atuação dos fotógrafos da Agência Nacional frente aos fotógrafos da imprensa, a Presidência da República restringiu, em 1965, o acesso de fotógrafos da imprensa ao Palácio das Laranjeiras. Estes poderiam acessar o Palácio das Laranjeiras quando convocados pelo Secretariado de Imprensa da Presidência da República, que julgaria a conveniência, a oportunidade e o interesse do fato a ser fotografado. Do contrário, apenas os fotógrafos da Agência Nacional seriam admitidos diariamente no Palácio.

O *Correio da Manhã* criticou que o Secretariado de Imprensa fosse o responsável por julgar se uma cobertura, na área oficial, deveria ou não ser fotografada pelos jornais. Essa restrição às atividades dos jornalistas no Palácio das Laranjeiras, segundo o jornal, seria por não gostarem das fotografias do Presidente da República que os jornais estavam publicando. Acrescenta ainda:

A imprensa brasileira há muito não conhecia um governo tão preocupado em dificultar-lhe as atividades. Repórteres tiveram as suas credenciais cassadas por não perceberem que o pavilhão nacional estava sendo baixado e por não haverem tomado, mesmo dentro do Palácio, posição de sentido. A área que hoje cabe aos repórteres, nas Laranjeiras, é pouco mais do que um saguão. Para se avistar com qualquer funcionário, o repórter necessita de uma autorização, não desse funcionário ou do chefe, mas do Gabinete Militar. Houve repórteres que perderam o acesso ao Palácio por terem dado “furos” ou por terem feito críticas ao governo. Agora, completando o quadro, temos a ojeriza às fotografias e as restrições aos fotógrafos.<sup>98</sup>

No ano de 1967, em ofício para o Diretor Geral do Departamento de Aeronáutica Civil, o diretor da Agência Nacional solicitou credenciais para os servidores encarregados de fazer a cobertura oficial do recebimento de autoridades nos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, uma vez que os funcionários da Agência vinham “sendo confundidos com os da imprensa comum e tendo dificuldades para o desempenho de seus trabalhos, devido à limitação a que são submetidos pelos funcionários encarregados das respectivas áreas”<sup>99</sup>. A Agência Nacional, assim, utilizava de sua posição de órgão responsável por dar cobertura oficial aos acontecimentos relacionados ao governo e às autoridades, para obter algum vantagem em relação aos demais veículos de comunicação.

---

<sup>97</sup> MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. op. cit., p. 275

<sup>98</sup> FOTOGRAFIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev 1965.

<sup>99</sup> Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. Série Correspondência Geral. DAN/510 de 14 de dezembro de 1967

### 2.2.2. O espaço geográfico

O espaço geográfico compreende o espaço físico representado na fotografia. É um espaço heterogêneo e marcado por oposições, como campo/cidade, fundo artificial/natural, espaço interno/externo, público/privado. Incluem-se nesta categoria itens como ano, local retratado, atributos da paisagem, objetos e tamanho.<sup>100</sup> No caso das fotografias da Agência Nacional o espaço geográfico é, também, o palco do exercício do poder.

#### a) O espaço natural

Na oposição entre espaço natural e espaço artificial feita por Mauad<sup>101</sup> para analisar os retratos de família, o espaço natural compreende “todos os lugares vivenciados pelos indivíduos, nas mais diversas ocasiões, sem a intencionalidade de serem fotografados”. Já o espaço artificial “engloba todas as fotos realizadas em estúdio, espaço privilegiado para a criação fotográfica, onde a montagem do arranjo, a escolha dos objetos e da pose é consciente e clara”.

Nesta amostragem, não há fotos realizadas em estúdio, todas foram realizadas no espaço denominado natural, o qual inclui instalações militares, aeroportos, estradas, ministérios, igrejas e palácios governamentais. “A ideia de natural está associada à espontaneidade dos cenários e ambientes cotidianos que, nem por isso, deixam de ser considerados na sua dimensão de representação social.”<sup>102</sup> São os lugares vivenciados por aqueles indivíduos em diversas ocasiões, sem o objetivo principal de serem fotografados.

Nas fotografias analisadas, o espaço geográfico exerce uma função política como palco do exercício do poder. Desta maneira, o espaço natural é resignificado em cenário: na *mise-en-scène* do poder, os espaços onde os dignitários do governo são retratados tornam-se cenários da encenação do poder. Segundo Balandier<sup>103</sup>, o poder político é uma teatrocracia. A arte do governo é a arte da cena: o poder político comanda a sociedade através da manipulação do imaginário social dos indivíduos na procura de legitimação.

---

<sup>100</sup> Idem

<sup>101</sup> MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 125

<sup>102</sup> Ibidem, p. 127

<sup>103</sup> BALANDIER, Georges. Op. cit.

A tabela abaixo enumera os locais fotografados nesta amostragem da Agência Nacional durante o governo Médici:

	1971	1972	1973	1974	Total	
1º Batalhão de Polícia do Exército (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
1º Distrito Naval (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
3º Batalhão de Carros de Combate (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
6ª Diretoria Regional de Saneamento (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Academia Nacional de Medicina (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Agrovila Brasil Novo (PA)	--	2	--	--	2	1%
Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Aterro do Flamengo (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Banco Nacional de Habitação (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Base Aérea do Galeão (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	2	--	2	1%
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Bonsucesso (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
BR-116	--	--	--	2	2	1%
BR-290 (RS)	1	--	--	--	1	0,5%
Campo de Instrução de Gericinó (Rio de Janeiro, RJ)	2	--	--	--	2	1%
Catedral Basílica de Salvador (Salvador, BA)	--	1	--	--	1	0,5%
Ceasa (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Central do Brasil (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Centro de Educação Física da Marinha (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Country Clube (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Duque de Caxias, RJ	--	--	1	--	1	0,5%
Empresa de Correios e Telégrafos (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Escola de Educação Física do Exército (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	5	5	2,5%
Escola de Guerra Naval (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	1	2	1%
Escola Estados Unidos (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Estaleiro Ishikawajima (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Faculdade de Medicina da UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Fortaleza, CE	--	--	--	2	2	1%
Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Hospital da Lagoa (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%

	1971	1972	1973	1974	Total	
Hotel Glória (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	3	1	5	2,5%
Igreja de Santa Margarida Maria (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	2	2	1%
Igreja e Convento de Santa Teresa (Salvador, BA)	--	1	--	--	1	0,5%
Igreja e Convento de São Francisco (Salvador, BA)	--	5	--	--	5	2,5%
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Instituto Nacional de Planejamento Econômico e Social (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Instituto Nacional de Previdência Social (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	2	2	1%
Itaguaí, RJ	4	--	--	--	4	2%
Marina da Glória (Rio de Janeiro, RJ)	--	10	--	--	10	5%
Mercado Modelo (Salvador, BA)	--	2	--	--	2	1%
Ministério da Fazenda	--	--	1	1	2	1%
Ministério da Indústria e Comércio	1	--	--	--	1	0,5%
Ministério dos Transportes	--	--	--	1	1	0,5%
Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	2	1	4	2%
Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	1	2	1%
Navio Barroso Pereira	--	--	1	--	1	0,5%
Navio Minas Gerais	--	--	1	--	1	0,5%
Navio Soares Dutra	--	--	1	--	1	0,5%
Palácio da Abolição (Fortaleza, CE)	--	--	--	1	1	0,5%
Palácio da Aclamação (Salvador, BA)	--	15	--	--	15	7,5%
Palácio da Justiça (Niterói, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Palácio Laranjeiras (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	6	--	6	3%
Palácio Monroe (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Ponta do Caju (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Ponte Rio-Niterói	--	--	--	5	5	2,5%
Porto de Angra dos Reis (RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Porto do Rio de Janeiro (RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Quartel General do Corpo de Bombeiros (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Regimento Marechal Caetano de Faria (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Regimento Sampaio (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Retiro dos Artistas (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Rio de Janeiro (estado)	1	--	--	2	3	1,5%
Rio de Janeiro, RJ	3	11	7	2	23	11,5%
Rodovia Transamazônica	1	1	--	--	2	1%
Salvador, BA	--	1	--	--	1	0,5%
Santa Casa de Misericórdia (Rio de Janeiro, RJ)	2	--	--	1	3	1,5%

	1971	1972	1973	1974	Total	
Superior Tribunal Militar (Rio de Janeiro, RJ)	2	--	--	--	2	1%
Teatro Municipal (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Tribunal de Alçada (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	--	1	1	0,5%
Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	1	--	2	1%
Tribunal Marítimo (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Universidade do Estado da Guanabara (Rio de Janeiro, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Vale do Sapucaí (MG)	--	--	1	--	1	0,5%
Vila Militar (Rio de Janeiro, RJ)	--	--	1	--	1	0,5%
Viúva Graça (Seropédica, RJ)	1	--	--	--	1	0,5%
Não informado	12	1	9	8	30	15%

**Tabela 13** - Locais

Poucos locais se repetem ao longo desses quatro anos. O Hotel Glória, por exemplo, aparece em 3 anos, bem como o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. O Hotel Glória é recorrente porque em seu centro de convenções foram realizados importantes eventos como o Seminário de Integração Nacional, o Congresso Brasileiro de Siderurgia e a Conferência Nacional de Tecnologia da Educação. Os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira eram constantemente lembrados e homenageados, não apenas pelas Forças Armadas como por visitantes estrangeiros, daí a expressiva presença do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no conjunto. O chanceler peruano Edgardo Mercado Jarrin, o chanceler espanhol Gregório Lopez Bravo e o general Han Shin, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Coreia do Sul, foram algumas das autoridades estrangeiras fotografadas prestando homenagem aos ex-combatentes. A Escola de Educação Física do Exército, o Hotel Glória, a Marina da Glória, o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, o Palácio Laranjeiras, a Ponte Rio-Niterói, a Igreja e Convento de São Francisco, e o Palácio da Aclamação aparecem como importantes espaços para a *mise-en-scène* do poder neste período.

Os locais que aparecem apenas 1 ou 2 vezes, em geral retratam eventos que não são recorrentes, como as posses e transmissões de cargos de comando nos batalhões e demais instalações militares, a assinatura de contratos e convênios, a posse de governadores ou treinamentos militares.

Há ainda 23 fotografias no Rio de Janeiro nestes quatro anos, mas sem especificação do local na cidade. Portanto, estas fotografias foram agrupadas na tabela de forma

generalizada como “Rio de Janeiro”. Da mesma maneira, há 30 fotografias em que não há informações do local que foram alocadas como “Não informado”.

Observa-se também um predomínio das fotografias no Rio de Janeiro: 58% delas são de locais na cidade. Embora o Rio de Janeiro não fosse mais a capital do país desde a inauguração de Brasília, em 1960, grande parte da máquina administrativa federal permanecia com suas sedes na antiga capital, inclusive a Agência Nacional, responsável pela realização dos registros. Não só alguns órgãos federais ainda se mantinham no Rio de Janeiro, como também alguns dos principais veículos de comunicação. Nesta amostragem não encontramos nenhum registro que possamos afirmar ter sido feito na capital federal.

Agrupando os locais acima por categorias, temos a seguinte distribuição:

	1971	1972	1973	1974	Total	
Aeroporto	2		2		4	2%
Agrovila		2			2	1%
Assembleia Legislativa	2				2	1%
Biblioteca	1				1	0,5%
Campo	9				9	4,5%
Clube				1	1	0,5%
Escolas, faculdades e universidades	3		2		5	2,5%
Estação ferroviária				3	3	1,5%
Hotel	1		3	1	5	2,5%
Ruas, estradas e rodovias	4	5	1	8	18	9%
Igrejas e conventos		7		2	9	4,5%
Instituições médicas	3		4	3	10	5%
Institutos e fundações	2		3		5	2,5%
Instalações militares	9		6	10	25	12,5%
Mercado municipal		2	1		3	1,5%
Ministérios	1		1	2	4	2%
Monumento	1		3	1	5	2,5%
Museu			1	1	2	1%
Navios, portos e estaleiros	2	10	6	5	23	11,5%
Palácios	2	15	6	1	24	12%
Teatro	1				1	0,5%
Tribunal	1		1	1	3	1,5%
Órgãos públicos	2			7	9	4,5%
Não informado/ especificado	4	9	10	4	27	13,5%

**Tabela 14** – Tipos de lugares

As instalações militares são os locais que aparecem com mais frequência na amostragem. Nesta categoria estão incluídos a Escola de Guerra Naval, o Corpo de Bombeiros, a Escola de Educação Física do Exército, os Regimentos, o Centro de Educação

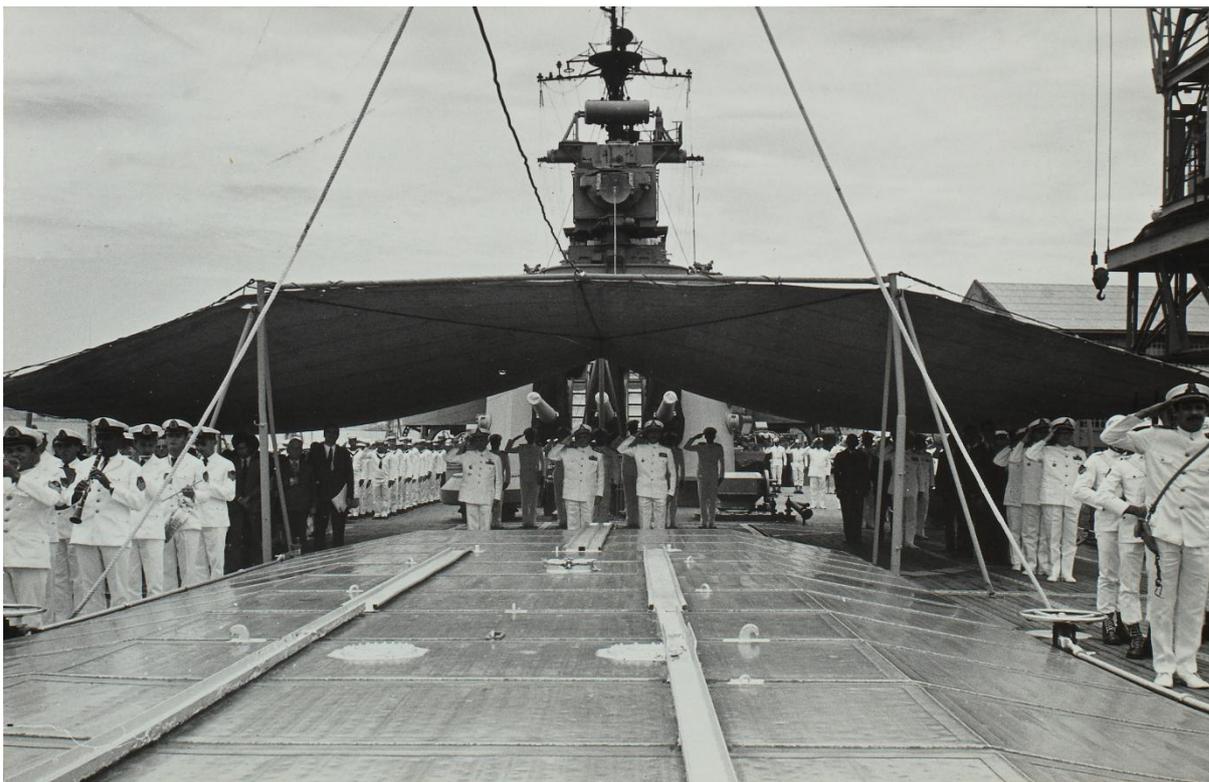
Física da Marinha, o Centro Recreativo da Marinha, a Vila Militar, o Distrito Naval, a Escola Superior de Guerra, o Batalhão de Polícia do Exército, o Batalhão de Carros de Combate e o Superior Tribunal Militar.



**Fotografia 1** – Inauguração do Centro Recreativo da Marinha. 8 de novembro de 1973  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

As fotografias nos palácios governamentais também são bastante representativas, presentes em todos os anos analisados. São fotografias no Palácio da Abolição, sede do governo do Ceará, no Palácio da Aclamação, em Salvador, no Palácio da Justiça, em Niterói, no Palácio Laranjeiras, residência oficial do governador do estado da Guanabara, e no Palácio Monroe, que abrigou o Senado Federal, no Rio de Janeiro.

Outra categoria bastante presente nos registros, e muitas vezes também relacionada às instituições militares, são os navios, portos e estaleiros, também presentes em todos os anos analisados. Além desta, outra categoria bastante presente são as ruas, estradas e rodovias. Nesta categoria estão incluídas as fotografias da construção da rodovia Transamazônica, da inauguração da Ponte Rio-Niterói e do cortejo nas ruas do Rio de Janeiro por ocasião do traslado dos despojos de D. Pedro I.



**Fotografia 2** – Cerimônia de desarmamento do cruzador Barroso. 05 de novembro de 1973  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional



**Fotografia 3** – Cortejo nas ruas do centro do Rio de Janeiro pela chegada dos despojos de D. Pedro I. 22 de abril de 1972. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

A construção da Ponte Rio-Niterói, integrando o então estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro, ajudou a acelerar o processo de fusão dos dois estados. A construção da ponte se iniciou simbolicamente em 1968 – efetivamente, apenas no ano seguinte – e foi inaugurada em março de 1974, no final do governo Médici. O processo de construção da ponte foi longo e duvidoso, mas fazia parte do projeto de um Brasil Grande idealizado pelos militares, que contava também com outras obras monumentais, como a Usina Nuclear de Angra dos Reis, a Transamazônica e a Hidrelétrica de Itaipu. A cidade do Rio de Janeiro deixara de ser capital do país em 1960, com a inauguração de Brasília, mas mantinha sua importância cultural, turística e econômica. Uma das intenções do governo ao fundir os dois estados era neutralizar o Rio de Janeiro como foco de oposição ao regime, já que a Guanabara era o único estado governado pelo partido da oposição, o MDB. Assim, pretendia-se também aumentar a influência da Arena no estado.



**Fotografia 4** – O Presidente Médici descerra a fita inaugurando a Ponte Rio-Niterói. 4 de março de 1974  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

A presença das instalações militares no conjunto da amostragem reflete a forte presença das Forças Armadas como um dos principais centros do poder. O último ano do governo Costa e Silva fora marcado por uma repressão arrasadora contra as marchas estudantis, as greves dos trabalhadores e os comícios, e a linha dura das forças militares, com a qual Médici se identificava, sentia a necessidade de manter o país sob controle. Médici havia dividido o seu governo em três áreas: militar, econômica e política, colocando um ministro responsável por cada um desses assuntos: o ministro do Exército Orlando Geisel pelos assuntos militares; o ministro da Fazenda Delfim Neto pelos assuntos econômicos; e o chefe da Casa Civil Leitão de Abreu para assuntos políticos. A delegação de poderes permitia a Médici manter distância da necessidade de tomar decisões do dia-a-dia, o que era adequado a um regime repressivo em que o presidente não tinha que responder a qualquer pergunta da imprensa controlada.<sup>104</sup> É interessante observar que, exceto pelas fotografias de embarque e desembarque na Base Aérea do Galeão, há apenas uma imagem do Presidente Médici em uma área militar: trata-se de uma fotografia na Vila Militar, no Rio de Janeiro, em comemoração ao Dia da Infantaria.

Cenário de 12,5% das imagens, as instalações militares são, portanto, o principal palco da encenação do poder, o que condiz com uma ditadura militar. Junto com os palácios, portos e estaleiros, ruas e estradas, o espaço geográfico se torna palco do exercício do poder e se resignifica como cenário: é a arte do governo em íntima relação com a arte da cena.<sup>105</sup>

#### b) Espaço interno x espaço externo

O espaço geográfico na análise em tela se subdivide em dois níveis: interno e externo. Se analisamos a oposição entre espaço interno e espaço externo, é possível perceber que há um equilíbrio entre os dois na amostra analisada. No período de 1971 a 1974, a amostragem é de 47,5% de fotografias no espaço interno e 52,5% no espaço externo.

Entretanto, se analisamos ano a ano, notamos oscilações nessa representação. Os anos de 1971 e 1973 apresentam números semelhantes entre si, com predomínio do espaço interno. O ano de 1974 apresenta o número mais equilibrado entre os espaços interno e externo e mais próximo da média do período analisado. A diferença mais marcante ocorreu em 1972, onde há um predomínio das imagens externas, representando 78% das fotografias da amostragem daquele ano.

---

<sup>104</sup> SKIDMORE, Thomas, op. cit. (1988), p. 217

<sup>105</sup> BALANDIER, op. cit., p. 6

	1971	1972	1973	1974	Total	
Interno	31	11	30	23	95	47,5%
Externo	19	39	20	27	105	52,5%

**Tabela 15** - Ambiente interno x Ambiente externo

As fotografias nos espaços externos compreendem o embarque e desembarque de autoridades, a inauguração de estradas, os treinamentos militares anti-guerrilha e as cerimônias de posse em cargos militares. Os registros em espaços interiores englobam a assinatura de convênios e contratos, audiências do Presidente da República com autoridades, jantares e almoços comemorativos, palestras, congressos e inaugurações.



**Fotografia 5** – Assinatura de convênio entre o Banco Nacional de Habitação e o governo da Guanabara. Janeiro de 1974. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Muitas das fotografias em ambientes externos ajudavam a reforçar a ideia do Brasil emergindo como uma potência em rápido crescimento econômico. Era o progresso refletido em suas grandes obras, como a rodovia Transamazônia e a Ponte Rio-Niterói, e ajudando a legitimar o regime. Em uma fotografia da construção da Transamazônica podemos ver uma grande faixa sendo aberta por tratores em meio à floresta, com o propósito de abrir o vale amazônico em busca de novos recursos e de colonizar aquela região que possuía grande

significado geopolítico para os militares, além do grande valor simbólico. “Os programas amazônicos eram ideais para a campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a ‘grandeza’ do Brasil e seu inexorável salto para o status de potência mundial”.<sup>106</sup> Mais uma vez, é o espaço geográfico como cenário da mise-en-scène do poder. É através da produção de imagens e da manipulação de símbolos que o poder se estabelece.<sup>107</sup>



**Fotografia 6** – Obra em trecho da rodovia Transamazônica. 1972 Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

### 2.2.3. *O espaço do objeto*

O espaço do objeto compreende os objetos fotografados tomados como atributos da imagem fotográfica. Na composição do espaço do objeto estão incluídos os itens tema, objetos, atributo das pessoas, atributo da paisagem, tamanho e enquadramento. Os objetos são classificados em objetos interiores, objetos exteriores e objetos pessoais:<sup>108</sup>

<sup>106</sup> SKIDMORE, Thomas E, op. cit. (1988), p. 293

<sup>107</sup> BALANDIER, op. cit., p. 7

<sup>108</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit. (2008), pp. 45-46

- Objetos exteriores: calçadas, toldos, fachadas de prédios, vegetação, árvores, morro, automóveis, rua, mar, rio, trem, navio, avião, janela, poste, gramado, estátua, muro, escadaria, bandeiras, estrada de terra, estrada pavimentada, guindaste, pátio, pista de aeroporto, tenda de acampamento, tanques militares, máquinas pesadas, cais, caixão, porta, portão, semáforo, banca de jornal, telefone público, motocicleta, instrumentos musicais, armas, tablado, trator, sino, caminhão, bicicleta, toldo, ferrovia, dique, torre de transmissão, ponte, mausoléu.
- Objetos interiores: flores decorativas, cadeiras, tapete, cortina, luminária, colunas, quadros, toalha de mesa, vaso, armário, copos, pratos, talheres, garrafas, comida, ventilador, sofá, poltrona, janela, estante de livros, bandeira nacional, mesa, microfone, mapa do Brasil, retroprojektor, letreiro, quadro-negro, cartazes, púlpito, aparador, castiçais, faixa de inauguração, livros, instrumentos médicos, cama hospitalar, cinzeiros, porta, aparelho de telefone, piano, azulejos decorativos, altar, estátuas, caneta, máquinas, carimbo, aparelho de telecomunicações.
- Objetos pessoais: indumentária.

Os objetos ajudam a revelar a que mundo o grupo fotografado pertence, atribuindo significados àquela imagem. Quando se trata de fotos espontâneas, o espaço social não é um cenário programado. O espaço é captado da maneira que estava e o acontecimento é privilegiado em relação aos possíveis controles de uma fotografia posada. “O espaço instantâneo é o espaço desordenado, fora do controle, tanto do objeto fotografado como do fotógrafo, pois é o inesperado que deve ser controlado e tornado imagem, aprisionando a surpresa, tornando-a uma representação a mais”.<sup>109</sup>

O conjunto de fotografias da Agência Nacional é composto exclusivamente por fotos instantâneas. Sendo isso, embora tenhamos objetos exteriores, interiores e pessoais, o que é mais relevante é o momento da ação, o registro do acontecimento. Os objetos estão lá, mas dispostos de maneira usual e não para serem conscientemente associados a um tipo de representação.

Embora as fotografias sejam espontâneas no sentido em que não são conscientemente posadas, há que levar em conta que essas imagens retratam, em sua maioria, autoridades públicas e pessoas ligadas ao poder de um modo geral. Portanto, ainda que fossem espontâneas e registrassem ações e acontecimentos, os retratados sabiam que seriam

---

<sup>109</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit. (1990), p. 167

fotografados, então se portavam de maneira a passar uma imagem positiva e benéfica de si. Da mesma maneira, os fotógrafos buscavam fazer registros que fossem positivos aos retratados, de acordo com a lógica do fotoassessorismo. A própria produção das fotografias já era feita de forma controlada de maneira a divulgar circunstâncias que se desejava que fossem divulgadas e que não fossem prejudiciais à imagem dos fotografados ou do governo de um modo geral.

Há uma fotografia que, embora instantânea, mais se aproxima das intencionalidades de representação de uma fotografia posada. Trata-se de uma foto do Presidente Médici discursando à nação em comemoração ao “7º aniversário da revolução”<sup>110</sup>, em 31 de março de 1971. Aparentemente, o discurso foi televisionado e, portanto, se tem uma preocupação maior com os objetos e sua representação. Na imagem vemos o Presidente Médici sentado à mesa, com um papel à sua frente de onde lê o discurso. Médici está usando um terno escuro e, ao fundo, vemos uma estante de livros e a bandeira nacional.

Objetos exteriores compondo a paisagem são o objeto central em 11 fotografias. Destas, quatro têm tanques e veículos militares realizando manobras anti-guerrilha como objeto central, três são paisagens (rio, morro e campo) relacionadas a treinamento militar ou execução de obras, três têm um navio como objeto central, uma mostra uma estrada recém-inaugurada e, por fim, uma fotografia que tem uma torre de transmissão da Embratel como objeto central. Mais uma vez, a presença militar é constante e permanecem também as grandes obras para o crescimento da nação.

Em relação à indumentária, os homens ligados ao poder e ao governo, como o Presidente da República, ministros, diretores de órgãos públicos, são em geral retratados usando trajes sociais (terno) ou, no caso de militares, estão fardados. As exceções são quatro fotografias onde o Presidente, ministros e assessores aparecem de calça e camisa social, inspecionando obras ou visitando uma agrovila no Pará. O Presidente Médici, apesar de ser general de Exército, não aparece com uniforme militar em nenhuma das fotografias do conjunto.

---

<sup>110</sup> O aniversário do golpe militar de 1964 está sendo aqui chamado de “aniversário da revolução” para manter o termo utilizado pelos militares e pela própria Agência Nacional no papel timbrado com a legenda que acompanha a fotografia para se referir à data.

#### 2.2.4. O espaço da figuração

O espaço de figuração compreende homens, mulheres e crianças, bem como a hierarquia das figuras e seus atributos. Esta categoria é formada pelos itens pessoas retratadas, atributos da figuração, tamanho, enquadramento e nitidez.<sup>111</sup>

A figura humana é o objeto central em 94,5% das fotografias, aparecendo em primeiro e/ou segundo plano. Deste conjunto, as fotografias coletivas predominam sobre as fotografias individuais. Devido à natureza dessas fotografias – visitas a obras, cerimônias de posse, inaugurações, comemorações, seminários, etc. – serem figuras públicas em eventos que reúnem muitas pessoas, dificilmente encontramos fotografias com apenas um indivíduo. Dentre as fotografias em que a figura humana é objeto central, a proporção entre fotos individuais e coletivas é a seguinte:

	1971	1972	1973	1974	Total	
<b>Indivíduo</b>	3	--	--	5	8	4,3%
<b>Grupo</b>	42	50	49	40	181	95,7%

Tabela 16 –Indivíduo x Grupo

No conjunto da amostragem, dentre as fotografias que têm a figura humana como objeto central, apenas 4,3% delas retrata apenas um indivíduo. As fotografias mostram uma grande quantidade de pessoas que estão no ambiente, mas geralmente há uma ou duas em destaque, como assunto principal, que estão centralizados e/ou em primeiro ou segundo plano. Ao redor vemos assessores políticos, autoridades militares, civis e jornalistas.

Analisando quais as figuras mais retratadas nas fotografias, temos a seguinte distribuição:

---

<sup>111</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit. (2008), p. 46

	1971	1972	1973	1974	Total	
Presidente da República	3	12	9	8	32	16%
Militares	14	13	15	13	55	27,5%
Ministros						
Ministro da Educação – Jarbas Passarinho				4	4	2%
Ministro da Fazenda – Delfim Neto				1	1	0,5%
Ministro da Indústria e Comércio – Pratini de Moraes			1		1	0,5%
Ministro da Marinha – Barros Nunes			1		1	0,5%
Ministro da Saúde – Rocha Lagoa	3				3	1,5%
Ministro do Exército – Orlando Geisel	2				2	1%
Ministro do Interior – Costa Cavalcanti	1	1	1	1	4	2%
Ministro do Planejamento – Reis Veloso	1		3		4	2%
Ministro do Trabalho e Previdência Social – Júlio Barata			1		1	0,5%
Ministro dos Transportes - Mario Andreazza	4		4	10	18	9%
Governadores						
Bahia - Antonio Carlos Magalhães		8	2		10	5%
Ceará – César Cals de Oliveira Filho			1	1	2	1%
Guanabara – Chagas Freitas	3		2	2	7	3,5%
Mato Grosso - José Fragelli	1				1	0,5%
Pará – Fernando Guilhon			1		1	0,5%
Rio de Janeiro - Raimundo Padilha	1				1	0,5%
Prefeitos	1	1			2	1%
Autoridades estrangeiras	5	26	4	1	36	18%
Autoridades civis	8	8	10	15	41	20,5%
Autoridades eclesiásticas	1	5	2	3	11	5,5%
Mulheres	14	24	12	8	58	29%
Crianças	4	1	1	3	9	4,5%
Estudantes	3			3	6	3%
Operários e trabalhadores em geral		2		2	4	2%
Povo <sup>112</sup>		7	1	2	10	5%

**Tabela 17** - Pessoas retratadas

O Presidente Médici está presente em 16% das fotografias, inaugurando obras, recepcionando autoridades, em comemorações cívicas, em audiências e em comemorações. Em apenas uma fotografia, em 1971, o Presidente Médici aparece sozinho na imagem. Trata-se de uma fotografia de Médici discursando à nação por ocasião do 7º aniversário do golpe de 1964. Nas demais, embora ele seja o assunto principal, está sempre acompanhado de ministros, chefes militares, da primeira-dama e de autoridades estrangeiras. Médici, portanto, não era retratado como um líder solitário.

<sup>112</sup> Chama-se aqui *Povo* os grupos de pessoas que, nas fotografias, não podem ser definidos como operários, trabalhadores, estudantes ou qualquer das categorias definidas anteriormente.



**Fotografia 7** – Presidente Médici cumprimenta militares. 25 de julho de 1972  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Graças ao desempenho do país na economia e no futebol (a Seleção Brasileira foi tricampeã na Copa do Mundo de 1970) e à eficiente propaganda oficial, Médici usufruía de alguma popularidade. Apesar de negar o culto à personalidade, a propaganda oficial sabia da importância de uma imagem positiva do governante.

O que se pode dizer, em termos gerais, é que havia uma contradição entre a propaganda otimista de “congratamento entre povo e governo” da Aerp/ARP e a aparição pública efetiva dos militares. Buscava-se, evidentemente, uma nova forma de aparição do poder. Os generais-presidentes deviam projetar a imagem de homens dignos, sérios, diferentes (segundo a ótica dos militares) dos políticos do passado, ao mesmo tempo em que, cuidadosos, tudo divisavam. Uma nova era em que os presidentes seriam admirados por seu caráter *circumspecto*, em todos os sentidos da palavra: homens que – pretendia a propaganda – agiriam com prudência, ponderação, seriedade e que, além de projetarem essa imagem, olhariam tudo à sua volta.<sup>113</sup>

Conforme mencionado anteriormente, Médici havia dividido seu governo em três áreas: militar, econômica e política. O ministro do Exército, Orlando Geisel, que era encarregado de administrar os assuntos militares aparece em duas fotografias. Delfim Neto, o ministro da Fazenda encarregado dos assuntos econômicos aparece em uma fotografia. E Leitão de Abreu, o chefe da Casa Civil responsável pela área política não foi retratado em nenhuma fotografia da amostragem.

<sup>113</sup> FICO, Carlos, op. cit. (1997), p. 71

Os ministros de Estado aparecem em 39 fotografias. Chama à atenção a presença do ministro dos Transportes, Mario Andreazza, em 9% das fotografias, sendo o ministro que aparece com maior destaque e frequência nos registros. Mario Andreazza era o advogado das grandes firmas construtoras no governo. A abertura da rodovia Transamazônica, por exemplo, além do grande valor simbólico para o governo Médici, permitia altos lucros às construtoras com a execução dos contratos no vale amazônico, que, em troca, ofereciam importante apoio às ambições presidenciais de Andreazza.<sup>114</sup> Além da Transamazônica, Andreazza foi responsável também pela construção da Ponte Rio-Niterói além de ter inaugurado ferrovias e rodovias, registrados pelas lentes da Agência Nacional.



**Fotografia 8** – O ministro dos Transportes, Mario Andreazza, inaugura um trecho da BR-116. 03 de janeiro de 1974. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Os militares aparecem em 27,5% das fotografias, principalmente em situações de transmissão de cargos, homenagens, desfiles cívicos e datas comemorativas. A constante presença de militares em diferentes ocasiões ajudava a reforçar o papel construtivo das Forças Armadas na sociedade brasileira. Segundo Fico, o regime militar foi marcado pela solenidade, sensação de temor e inquietação:

<sup>114</sup> SKIDMORE, Thomas E., op. cit. (1988), p. 291

Ocultação, e não visibilidade, era característica do regime militar. Da mesma forma, nenhuma sensação de familiaridade se poderia estabelecer entre as imagens propostas pelos militares e a sociedade; ao contrário, estranheza e excludência era o que causavam.

(...)

Desde os primeiros momentos de março de 1964, a imagem passada pelos governos militares foi soturna, sombria. A sisudez e a circunspeção dos uniformes, as cataduras graves dos “homens sérios”, tudo isso esteve claramente estampado em imagens que eram divulgadas pela imprensa.

(...) Quepes, uniformes, ares de comando – tudo inspira temor, pois lembra a polícia, a força, o monopólio do uso legal da violência.<sup>115</sup>

A presença constante dos militares nas aparições públicas atribuía, assim, um ar solene e sombrio aos eventos, além do aspecto “oficialesco” e contido das manifestações públicas. Geraram-se, assim, imagens soturnas e carentes de calor popular.



**Fotografia 9** – Coronel Francisco Homem de Carvalho passando o batalhão em revista após assumir o comando do 1º Batalhão da Polícia do Exército. 18 de março de 1971. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

---

<sup>115</sup> FICO, Carlos, op. cit. (1997), p. 59



**Fotografia 10** – Desfile militar. 25 de julho de 1972. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Para as eleições indiretas de outubro de 1970, Médici discordava da candidatura de oficiais militares na ativa pois, em sua opinião, poderia enfraquecer a hierarquia militar. Mas foi decisivo na escolha dos governadores a serem eleitos, estabelecendo as normas a serem seguidas pela liderança da ARENA em cada estado. Uma das exceções foi a Guanabara que elegeu Chagas Freitas, do MDB, que, no entanto, não representava qualquer ameaça. Na amostragem de fotografias, Chagas Freitas é o segundo governador mais retratado, aparecendo em sete fotografias, atrás apenas de Antonio Carlos Magalhães, da ARENA, que aparece em dez fotografias. As oito fotografias de Antonio Carlos Magalhães no ano de 1972 foram devido à visita do presidente de Portugal, Américo Tomás, à Bahia por ocasião do traslado dos despojos de D. Pedro I para o Brasil. Já as duas fotografias de 1973 são do 1º Seminário de Integração Nacional, que contou com a presença de governadores de vários estados e do ministro do Planejamento, Reis Veloso. Chagas Freitas, por sua vez, só não aparece em fotografias do ano de 1972, mas há registros de sua posse, recepcionado autoridades estrangeiras, em comemorações ao aniversário do movimento de 1964, em cerimônia de inauguração do monumento a Estácio de Sá e assinando convênios. Como mencionado anteriormente, o Rio de Janeiro mantinha sua importância no cenário político

nacional apesar de não ser mais a capital do país, e a sede da Agência Nacional era no Rio de Janeiro, o que ajuda a explicar a quantidade de fotografias deste governador.



**Fotografia 11** – Chagas Freitas discursando na solenidade de posse no governo da Guanabara. 15 de março de 1972. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Somando as fotografias em que aparecem crianças e/ou estudantes, elas representam 7,5% do total. O regime militar, assim como o período Vargas, dedicou grande atenção à juventude, bem como as numerosas práticas comemorativas. A participação estudantil nas festas cívicas era uma tradição que fora potencializada pelo Estado Novo. “No pós-1964, o recurso à participação estudantil, além de sugerir uma similaridade com a *mise-em-scène* das paradas militares (...) reforçavam um aspecto da *missão civilizatória* à qual se propunham os militares: qual seja, o de *educar a Nação*”<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói. 2012. p. 128

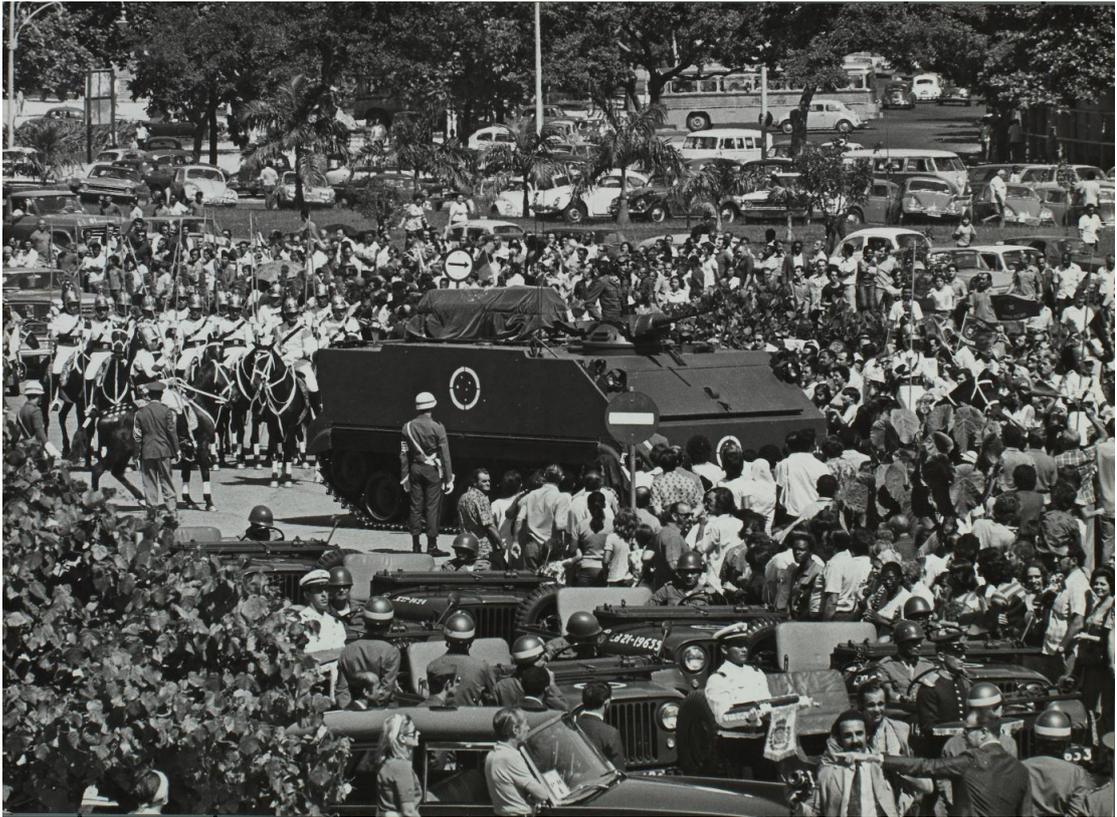


**Fotografia 12** – Encerramento de colônia de férias no Centro de Instrução Almirante Wandekolk. 31 de janeiro de 1973. Fundo Agência Nacional / Arquivo Nacional

O povo tampouco aparece com frequência nas fotografias: apenas em 5% das imagens. Eram raros os momentos em que as autoridades estavam em contato com o povo. Povo e autoridades só apareceram na mesma fotografia em situações de comemorações ou inaugurações de obras públicas, tais como nas comemorações pelo Sesquicentenário da Independência, aí inclusa a chegada dos restos mortais de D. Pedro I, e pelo aniversário do golpe ou ainda na inauguração de estradas, ferrovias e da Ponte Rio-Niterói. Mesmo assim, é possível perceber um distanciamento entre os grupos: há pouco contato direto ou próximo entre autoridades e o povo. Em geral, o povo é relegado ao segundo plano, apenas como espectador do acontecimento. Para Fico<sup>117</sup>, a ausência do povo em algumas solenidades fazia com que os poder se amparasse em cultos formais, registrando sua existência de alguma forma. Só em raros momentos a ditadura usufruiu das vantagens do contato da autoridade com o povo. O distanciamento entre os generais-presidentes e o povo acabou por se tornar um dos traços distintivos da ditadura.

---

<sup>117</sup> FICO, Carlos, op. cit. (1997), pp. 63; 67



**Fotografia 13** – Chegada do corpo de D. Pedro I ao Rio de Janeiro, parte das comemorações pelo Sesquicentenário da Independência. 22 de abril de 1972. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional



**Fotografia 14** – Presidente Médici sendo aplaudido durante a inauguração da Ponte Rio-Niterói. 4 de março de 1974. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Por outro lado, chama à atenção a presença de mulheres em 29% das fotografias por se tratar de um ambiente eminentemente masculino. Destas 58 fotografias com a presença de mulheres, em 28 – praticamente a metade – estas mulheres são as primeiras-damas Scila Médici, do Brasil; Gertrudes Tomás, de Portugal; e Arlete Magalhães, da Bahia. Em geral, as mulheres não aparecem como o objeto central das fotografias e estão presentes essencialmente em eventos comemorativos ou sociais: no ano de 1972, todas as fotografias em que há mulheres são nas celebrações pelo Sesquicentenário da Independência. Apesar de ser relegado às mulheres um papel de coadjuvantes e principalmente no espaço privado, algumas exceções são uma fotografia de ginastas brasileiras e outra durante a inauguração de uma exposição de arte cênica no Teatro Municipal do Rio de Janeiro com a presença de Aristolina Queirós de Almeida, eleita prefeita de Miguel Pereira em 1971 – a primeira prefeita do estado do Rio de Janeiro.



**Fotografia 15** – Ginastas brasileiras preparadas para o Mundial. 05 de novembro de 1973  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

### 2.2.5. O espaço da vivência

O espaço da vivência ou do evento compreende as atividades, vivências e eventos que se tornam objeto do ato fotográfico. É uma categoria que sintetiza todos os espaços anteriores e se estrutura a partir de todas as unidades culturais, é a síntese do ato fotográfico.<sup>118</sup>

Para este conjunto de fotografias foram encontrados 25 temas ao longo da análise:

	1971	1972	1973	1974	Total	
Assinaturas de contratos e convênios	1		6	2	9	4,5%
Atividades sociais	6		3	2	11	5,5%
Audiências do presidente com autoridades			6		6	3%
Cerimônias de posse e transmissões de cargos	9		7	4	20	10%
Chegada de produtos importados				1	1	0,5%
Comemorações			2	9	11	5,5%
Comemorações de aniversário da “revolução”	3		1		4	2%
Congressos e seminários	1		6		7	3,5%
Divulgação de instalações				2	2	1%
Eleições de presidentes	1		1		2	1%
Embarques e desembarques de autoridades	2		2	1	5	2,5%
Entrevistas coletivas			2	1	3	1,5%
Exposições			1		1	0,5%
Homenagens	1		4	2	7	3,5%
Inaugurações	4		3	16	23	11,5%
Inspeções de obras	2	1	4		7	3,5%
Lançamento de campanha				1	1	0,5%
Lançamento de livro e selo	1			1	2	1%
Lançamento de navio ao mar	2			3	5	2,5%
Palestras e conferências	5	1	1		7	3,5%
Reuniões	2		1	4	7	3,5%
Solenidade de entrega de espadins				1	1	0,5%
Traslado do corpo de D. Pedro I		21			21	10,5%
Treinamento militar	7				7	3,5%
Visitas	3	27			30	15%

**Tabela 18** - Temas

Os temas mais frequentes no conjunto de fotografias analisados são as visitas (15%), inaugurações (11,5%), o traslado do corpo de D. Pedro I (10,5%), cerimônias de posse e transmissão de cargo (10%), comemorações (7,5%) e atividades sociais (5,5%).

As visitas compreendem visitas de autoridades estrangeiras ao país, visitas de ministros a instituições e do Presidente da República a uma agrovila no Pará. A quantidade de

<sup>118</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit. (2008), p. 46

fotografias deste tema é especialmente representativo em 1972. Neste ano, ocorreu a visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, à Bahia após acompanhar o traslado dos despojos de D. Pedro I. Segundo a notícia da Agência Nacional que acompanha a fotografia, Tomás veio a bordo do mesmo navio que trouxera os despojos do imperador com a missão simbólica de entregar o corpo do ex-monarca ao Presidente brasileiro no dia comemorativo do “descobrimento” do Brasil, em 22 de abril, como parte das comemorações pelo Sesquicentenário da Independência.<sup>119</sup> As cerimônias de recepção aos despojos do monarca, no Rio de Janeiro, representaram 10,5% das fotografias.



**Fotografia 16** – Gertrudes Tomás, primeira-dama de Portugal, Américo Tomás, Presidente de Portugal, Médici, Presidente do Brasil, e Scila Médici, primeira-dama do Brasil, na cerimônia de recepção aos despojos de D. Pedro I. Rio de Janeiro, RJ. 22 de abril de 1972. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

<sup>119</sup> Embora o traslado do corpo de D. Pedro I tenha sido parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, optou-se por contabilizar essas fotos separadamente devido ao grande destaque que elas tiveram no conjunto.

As comemorações pelo Sesquicentenário de Independência, em 1972, puderam transformar, segundo Janaína Cordeiro, a sensação de bem-estar e confiança no futuro associados aos benefícios do milagre econômico em uma expressão maior de otimismo, na medida em que buscava uma identificação do indivíduo não com o regime, mas com a pátria:

Nesse sentido, as festas cívicas realizadas em torno dos despojos mortais de D. Pedro I, constituem-se em momento privilegiado para observarmos como o *pacto* entre ditadura e sociedade se estabeleceu de forma complexa. As comemorações se pretendem, nas palavras de Guy Debord, *instrumentos de unificação*, reunindo a Nação em torno de um mesmo passado e das mesmas expectativas de futuro, possibilitando que os indivíduos se reconheçam como parte de algo maior.<sup>120</sup>

Cordeiro ressalta que D. Pedro I não era o herói óbvio da Independência. A escolha de D. Pedro I como o herói durante as comemorações do Sesquicentenário foi proposta pela ditadura e aceita por grande parte da sociedade. Essa escolha e aceitação, bem como os motivos que permitiram D. Pedro I ser capaz de encarnar a Pátria e mobilizar a sociedade significada, segundo Cordeiro, ajudam a compreender aspectos fundamentais da formação do consenso ditatorial naquele momento:

(...) o sucesso das comemorações do Sesquicentenário da Independência (...) somente pode ser compreendido se levarmos em consideração também a enorme popularidade, naquele momento, do regime e de seu representante. A conjuntura do *Milagre*, entendido aqui para além dos ganhos materiais, gerando uma sensação de otimismo com relação ao presente e fé no futuro do país, somada à certeza de que os órgãos do governo estavam trabalhando seriamente na repressão aos *inimigos do regime*, transformava a administração Médici numa espécie de *ápice* do *processo revolucionário*.

O Presidente foi festejado como o líder que, uma vez possuindo os mecanismos herdados por seus antecessores – dentre eles talvez o mais importante tenha sido o Ato Institucional número 5 – foi capaz de conciliar, *adequadamente*, crescimento econômico e combate à *subversão*, de forma a trazer *ordem* ao país. Estes são dois fatores fundamentais para compreendermos, de imediato, a popularidade de Médici.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> CORDEIRO, Janaína Martins, op. cit., p. 87

<sup>121</sup> Ibidem, pp. 94-95



**Fotografia 17** – Chegada dos despojos de D. Pedro I ao Rio de Janeiro. Marina da Glória. 22 de abril de 1972.  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Em termos de opções técnicas, as fotografias de visitas seguem o seguinte padrão: fotos grandes, horizontais, direção central, 1 ou 2 planos, concentração mediana, espalhada, com todos os planos no foco, linhas bem definidas e clara sem sombras.

No item Inaugurações estão incluídas a inauguração da Ponte Rio-Niterói, de trecho da BR-116, da enfermaria e maternidade, do centro de TV Educativa, de diques e cais, de trens, de sedes de órgãos públicos e do monumento a Estácio de Sá. A maior parcela destas fotografias de inaugurações está no ano de 1974, justamente por causa da inauguração da Ponte Rio-Niterói, dias antes do fim do governo do general Médici. Outra possibilidade para esta concentração de fotografias de inaugurações nos três primeiros meses de 1974 se deve à proximidade do término do governo do Presidente Médici.



**Fotografia 18** – Provedor da Santa Casa de Misericórdia inaugura melhoramentos. 15 de março de 1971  
Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

Em relação às opções técnicas, as fotografias de inaugurações seguem o seguinte padrão: fotos médias, horizontais, direção central, 2 planos, concentração mediana, com todos os planos no foco, linhas bem definidas e sem sombras.

As cerimônias de posse e transmissões de cargo se referem tanto a cargos civis como militares. Esta temática só não está representada no ano de 1972. Isto não significa que tal tipo de evento não tenha ao longo deste ano. Como foi mostrado no início deste capítulo, o ano de 1972 é o que tem menor quantidade de fotografias (105), fotografias estas que abordavam apenas quatro temas: inspeção de obras, palestras e conferências, traslado dos despojos de D. Pedro I e visitas. De maneira alguma significa que o ano de 1972 foi de poucos acontecimentos. Pelo contrário, 1972 foi um ano de grandes comemorações devido ao Sesquicentenário da Independência. Foram realizados diversos eventos de âmbito nacional que buscaram exaltar os esforços de integração nacional tão caros ao governo, além de se mostrar como uma importante evocação patriótica – o traslado do corpo de D. Pedro I foi um dos principais eventos destas comemorações. Os anos de 1971, 1973 e 1974 possuem maior variedade de temas retratados.

No item comemorações estão as celebrações pelo aniversário do golpe militar de 1964, que os militares denominavam *revolução*, as comemorações do Dia da Infantaria, o Sesquicentenário da Assembleia Nacional Constituinte e os aniversários de formatura da turma do Presidente Médici na Escola Militar do Realengo, da Escola de Educação Física do Exército, do Corpo de Fuzileiros Navais e de abertura dos Portos.



**Fotografia 19** – Comandante Carlos Gouvêa, Capitão dos Portos, deposita uma palma de flores em comemoração ao 165º aniversário de abertura dos portos. Arquivo Nacional / Fundo Agência Nacional

As fotografias mostram um jeito de se fazer política restrito aos salões e gabinetes como centros de ação. Os fotógrafos cobriam essencialmente atos programados, o que, de certa maneira, contribuía que eles já planejassem o tipo de foto que iria ser feita, considerando aspectos técnicos e o objetivo daquela imagem (a publicação em jornais, por exemplo). A ação política nas ruas ocorria primordialmente nas inaugurações de obras públicas, estradas,

ferrovias e eventos comemorativos. E, mesmo assim, o contato entre líderes políticos e o povo não era direto, quase não se veem esses grupos sociais em contato próximo.

Embora o período entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 tenha sido marcado também por turbulências e agitações, este lado não era mostrado nas fotografias da agência de notícias do governo. A Agência Nacional mostrava apenas as imagens que corroboravam o discurso do “Brasil grande” e de rápido crescimento, a ilustração do discurso oficial. Não se registrava aquilo que fosse prejudicial para a imagem do governo.

Os anos Médici foram caracterizados pelas ações de repressão e tortura, os desaparecimentos forçados e a censura. No campo econômico, foi o período do rápido crescimento proporcionado pelo “milagre brasileiro”, que chegou a taxas de crescimento de 10% ao ano. Em termos de infraestrutura, dedicou-se às “obras faraônicas”: iniciou a construção da rodovia Transamazônica, concluiu a construção da Ponte Rio-Niterói, fechou acordo com o Paraguai para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A fim de se criar uma imagem positiva, o governo utilizava dos meios de comunicação em massa para fazer a propaganda do governo, criando campanhas publicitárias que evocavam o ufanismo e associando ao regime a conquista do tricampeonato mundial de futebol pela Seleção Brasileira.

As fotografias da Agência Nacional analisadas neste capítulo refletem as relações de poder exercidas sobre as práticas de representação. É a tentativa de construção de uma memória visual e de uma memória pública positiva dos acontecimentos e dos retratados.

Como representação visual próxima ao fotoassessorismo, as fotografias da Agência Nacional buscavam construir uma imagem favorável ao assessorado, reforçando sua imagem positiva. Como imagens destinadas a ter sua função de fotografia pública completa ao serem publicadas e destinadas às redações, utilizavam também de características do fotojornalismo.

Por se tratarem de fotografias de divulgação das atividades do governo federal, os fotógrafos já apuravam previamente os fatos e acontecimentos a serem fotografados e divulgados, estabelecendo aquilo que se quer mostrar e ajudando a definir alguns aspectos, inclusive técnicos, para atingir seu objetivo plenamente.

Essas fotografias refletem uma maneira de fazer política, onde os espaços são resignificados como cenários da encenação do poder e apresentando para a sociedade uma mensagem que corroborava o discurso do Brasil como um país que “vai para frente”.

### CAPÍTULO 3: A CIRCULAÇÃO DAS IMAGENS DA AGÊNCIA NACIONAL NA IMPRENSA

Neste capítulo será analisada a circulação das fotografias da Agência Nacional na imprensa escrita da época. Para tanto, pensou-se inicialmente em utilizar os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, todos digitalizados e disponíveis para consulta pela internet. A escolha destes três veículos se deu por serem jornais de grande circulação no Rio de Janeiro e possuírem algumas importantes diferenças entre si. O *Correio da Manhã* foi um jornal que adotou abertamente uma postura de oposição à ditadura militar então vigente, denunciando as arbitrariedades do regime, embora posteriormente tenha passado por dificuldades financeiras ao menos em parte devido ao seu posicionamento político que acabaram levando ao fechamento do jornal. *O Globo*, por sua vez, possuía um perfil conservador, apoiou o golpe de 1964 e manteve o apoio ao regime mesmo após as cassações dos primeiros atos institucionais. *O Jornal do Brasil* manteve sua independência durante o período da ditadura militar, combatendo as arbitrariedades e repressão contra as liberdades democráticas e, ao mesmo tempo, apoiando as medidas que considerasse corretas.

Para Paolo Marconi<sup>122</sup>, as censuras à imprensa, mais do que defender a “segurança nacional”, serviram para encobrir as mazelas do regime, anestesiar a opinião pública a respeito do “milagre econômico” e garantir sua sobrevivência. Os jornalistas pouco podiam fazer frente à censura sem o incentivo à resistência por parte dos donos dos órgãos de imprensa. Desta maneira, a maioria dos veículos se acomodou a fim de conviver pacificamente com a censura em prejuízo dos leitores, enquanto outros tiveram de fechar.

A pesquisa foi feita nas versões digitalizadas nos jornais disponíveis para consultar através da internet. O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>123</sup>. *O Globo* está disponível no site do Acervo O Globo<sup>124</sup>. Entretanto, há que considerar que ao consultar os jornais através de meios digitais ou microfimes, alguns pormenores importantes à pesquisa em fotografia são ocultados, como tonalidades das cores, definição da imagem e proporções.

A pesquisa das fotografias da Agência Nacional publicadas nestes periódicos foi feita buscando-se o crédito da Agência Nacional nas imagens. Nesta etapa, foi necessário eliminar *O Globo* desta análise porque não foi encontrada nenhuma fotografia publicada com o crédito

---

<sup>122</sup> MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. São Paulo: Global, 1980.

<sup>123</sup> <http://hemerotecadigital.bn.br/>

<sup>124</sup> <http://acervo.oglobo.globo.com/>

da Agência Nacional no período do governo do Presidente Médici, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. No *Jornal do Brasil* foi encontrada apenas uma foto da Agência Nacional, publicada em fevereiro de 1973. O *Correio da Manhã* publicou um número maior de fotografias da agência: catorze.

Sobre o jornal *O Globo* cabe mencionar que só se tornou um jornal líder em termos de tiragem a partir do final dos anos 1970, ultrapassando os 400 mil exemplares, “como resultado direto do realinhamento do público em função do processo de concentração em decorrência das reformas tecnológicas e editoriais entre outros fatores”.<sup>125</sup> Os anos 1970 marcaram o fim de jornais como *Diário de Notícias* (1976) e *O Jornal* (1974), além do *Correio da Manhã* (1974), o que fortaleceu os jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil*.

Desta maneira, neste capítulo será analisada a presença das fotografias da Agência Nacional na iconosfera visual nesses dois periódicos, bem como a pouca circulação destas imagens no período estudado em termos quantitativos. Por outro lado, é possível constatar que a mensagem fotográfica foi replicada na imprensa na medida em que seguiu os padrões de representação visual apresentados no capítulo anterior. Como fotografia pública, seu circuito social prescrevia que, para que existisse de fato, deveriam ter garantidas a sua publicação em jornais, revistas, álbuns e exposições, como forma de ritualizar o processo de apropriação coletiva das representações visuais.<sup>126</sup> Pretende-se, ainda, refletir sobre a função das imagens produzidas pela Agência Nacional naquele momento.

### 3.1. *Correio da Manhã*

O jornal carioca *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt. Foi um importante órgão da imprensa brasileira durante grande parte de seus 73 anos de existência e se destacou por ser um “jornal de opinião”. Em março de 1929, Edmundo Bittencourt transferiu a direção do jornal para seu filho, Paulo Bittencourt. Com o falecimento deste, em 1963, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, sua segunda esposa, se tornou a proprietária do *Correio da Manhã*.

Embora houvesse defendido a posse de João Goulart, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, mantendo-se, portanto, fiel à sua tradição legalista, o *Correio da Manhã*, assim como grande parte da imprensa nacional, se opôs ao governo de João Goulart, que acusava de radicalismo político. Segundo Carlos Eduardo Leal,

---

<sup>125</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 198

<sup>126</sup> MAUAD, Ana Maria, op. cit. (2013), p. 16

a oposição a João Goulart significava na verdade uma reação do *Correio da Manhã* à ameaça do avanço de uma organização esquerdista de grande porte, o que poria em xeque seus pressupostos liberais. O jornal apoiou a derrubada do presidente por desejar a resolução imediata da crise política reinante.<sup>127</sup>

Esta posição fica clara nos editoriais dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, intitulados “Basta!” e “Fora!”, respectivamente. No editorial “Basta!”, o *Correio da Manhã* chama a atenção para o caos administrativo, econômico e financeiro provocado pelo governo de João Goulart, acusando-o de enganar o povo e de desencadear uma guerra psicológica “com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuista”<sup>128</sup>. O jornal acusa, ainda, o governo de se voltar contra as instituições que deveria preservar e defende o respeito à Constituição, as reformas de base votadas pelo Congresso, a preservação das liberdades democráticas e a realização de eleições em 1965. Diz ainda que o “grande sacrifício” de tolerar João Goulart até 1966, quando terminaria seu mandato de acordo com a Constituição, seria compensador para a democracia. No entanto, para isto, o Presidente deveria desistir de sua política atual que levava instabilidade ao país. Segundo o *Correio*, “se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor”<sup>129</sup>. Por fim, em nome da defesa da democracia, clama que os poderes Legislativo e Judiciário, as Forças Armadas e as forças democráticas estejam alertas e prontos para combater aqueles que atentassem contra o regime.

Em “Fora!”, editorial de 1º de abril de 1964, o *Correio da Manhã* acusa o Presidente João Goulart de ter traído o regime e a República, que ele havia jurado defender, ao ter comandado uma guerra psicológica e criado um clima de intranquilidade e insegurança. Segundo o editorial, João Goulart não poderia se manter na Presidência da República pois se mostrara incapaz de exercê-la e conspirara contra ela em seus últimos atos e pronunciamentos. O argumento para o *Correio da Manhã* demandar a saída de João Goulart da Presidência da República é a defesa da democracia e da Constituição, cuja importância é constantemente reiterada:

Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.  
(...)

---

<sup>127</sup> LEAL, Carlos Eduardo. “Correio da Manhã”. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

<sup>128</sup> BASTA! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 mar 1964.

<sup>129</sup> Idem

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

(...)

Nós do *Correio da Manhã* defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos e a defendê-las.<sup>130</sup>

Na edição de 3 de abril, dia seguinte à posse de Ranieri Mazzilli na Presidência da República, o *Correio da Manhã* já chamava a atenção para as arbitrariedades e violências cometidas pela polícia do então estado da Guanabara em desrespeito às garantias constitucionais. Segundo o *Correio*, a reação da Polícia Política da Guanabara seria uma “supercompensação” do governador Carlos Lacerda “para os dias que permaneceu em silêncio, amedrontado diante dos inimigos quando os julgava dominadores da situação”<sup>131</sup>. O jornal não aceitava que se estabelecesse a indisciplina, a desordem e a ilegalidade em nome do movimento iniciado em 31 de março e defendeu que Lacerda respondesse pelos crimes praticados contra o povo naqueles dias. Defendia, ainda, que o Exército e o povo, pela preservação da Constituição, da legalidade, da disciplina e do regime democrático deveriam permanecer ao lado de Ranieri Mazzilli, recusando qualquer tipo de ameaça:

Não é crível que se queira manchar de sangue, como já se manchou, um movimento de amplitude nacional que derrubou o Presidente da República.

(...)

Agora ele [Carlos Lacerda] reage por meio de sua Polícia Política, prendendo e espancando como se estivéssemos em plena ditadura.

O afastamento do sr. João Goulart foi para evitar a sua manobra continuísta. Não admitimos que se prepare e se organize a investida brutal do totalitarismo de direita para o esmagamento das liberdades democráticas.

(...)

O afastamento do sr. João Goulart foi precisamente para garantir as instituições em vigor e não para atentar contra elas.<sup>132</sup>

Percebe-se, mais uma vez, o discurso do *Correio da Manhã* em defesa da Constituição, da democracia e da legalidade.

Em 9 de abril de 1964 é publicado o Ato Institucional n.º 1. O AI-1 mantinha a Constituição de 1946 modificando a parte relativa aos poderes do Presidente da República, “a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”, além de manter o Congresso Nacional, deixando “bem claro que a revolução não procura legitimar-se através

<sup>130</sup> FORA! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 abr 1964.

<sup>131</sup> TERRORISMO, não! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 abr 1964.

<sup>132</sup> Idem

do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”<sup>133</sup>. O AI-1 determinava que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República seria feita pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional e o mandato terminaria em 31 de janeiro de 1966. Além disso, o Ato determinava que o Presidente da República pudesse decretar ou prorrogar o estado de sítio nos casos previstos na Constituição e suspendia as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade por seis meses. O AI-1 previa também que os processos e inquéritos para apuração de responsabilidade pela prática de crimes contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária pudessem ser instaurados individual ou coletivamente. E, ainda, de acordo com o artigo 10, os Comandantes-em-Chefe que editavam o Ato Institucional n.º 1 – general de Exército Arthur da Costa e Silva, tenente brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald – poderiam, “no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição”, suspender os direitos políticos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Após a publicação do Ato Institucional n.º 1, em 9 de abril de 1964, o *Correio da Manhã*, que vinha apoiando o movimento militar iniciado em 31 de março de 1964 e sempre defendendo a democracia e o respeito à Constituição, começa a rever sua posição. Esta mudança ficou demonstrada no editorial “Ato Institucional”, publicado na edição do dia 10 de abril de 1964, dia seguinte à publicação do AI-1:

(...)

Esta a tônica que uniu em poucos dias uma Nação estarrecida contra os desmandos de uma pequena minoria enquistada nos postos-chave do governo e manipulando audaciosamente alavancas do aparelho de Estado. Em todos os documentos – os do general Kruel, os dos comandantes das tropas que primeiro se sublevaram em Minas e os manifestos dos governadores Magalhães Pinto, Nei Braga e Ademar de Barros – a defesa dos princípios constitucionais básicos, a defesa do Congresso Nacional como a instituição política mais alta foi uma constante, um refrão. Mais do que isso: uma palavra de ordem.

Mas eis que ontem, os comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica editaram um Ato Institucional, investindo-se de plenos poderes. Eis que proclamam a decisão de “manter o Congresso Nacional com as reservas relativas aos seus poderes” constantes do mencionado Ato; eis que decidem assumir o “exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”, limitando-o espontaneamente.

(...)

Não somos dos que entendem que o movimento vitorioso deve deter a marcha. O esquema de Poder montado pelo sr. João Goulart e seus asseclas, comunistas ou não, deve ser destruído. Mas sem a abolição prática das garantias individuais, sem a abrogação do direito de defesa. Se esta Nação é de fato contra o comuno-peleguismo –

---

<sup>133</sup> BRASIL. Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

e ela o é; se é de fato pelo aperfeiçoamento do processo democrático – e ela o é; se é de fato pela execução de reformas legítimas – e ela também o é, o comando das forças vitoriosas lançou-lhe um voto de desconfiança.

Juridicamente, a tese de que uma revolução cria suas próprias leis não pode ser contestada. Resta saber se fizemos uma revolução minoritária ou se desencadeamos um processo armado contra uma tentativa de revolução minoritária. Pois, nesse caso, a legitimidade do poder reclama a sanção do povo.

A Nação pediu liberdade e não tutela.<sup>134</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, o AI-1 dilacerava a Constituição até então vigente, a mesma Constituição pela qual haviam defendido o movimento que agora se configurava como um golpe militar. Para o *Correio*, o “movimento vitorioso” em marcha não justifica a perda das garantias individuais e o fim dos princípios constitucionais básicos.

A mudança de posicionamento do *Correio da Manhã* significou também o início de suas dificuldades econômicas, que acabariam por levar à extinção do jornal. Algumas agências estrangeiras iniciaram um corte na publicidade do jornal que compeliu o *Correio* a aceitar, como tentativa de solução, um interventor ligado a essas agências. Em seguida, redatores foram remanejados, dispensados e impedidos de até impedidos de assinar matérias. Entretanto, a mudança de posição do *Correio da Manhã* foi também um marco na história do jornal.<sup>135</sup>

As manobras do governador Carlos Lacerda contra o jornal, inclusive uma ameaça de intervenção, provocaram indignação na Câmara dos Deputados.

Devido à sua oposição ao governo, o *Correio da Manhã*, assim como outros órgãos de imprensa à época, sofreu retaliações: em 7 de dezembro de 1968, uma bomba foi jogada na sede do jornal, na rua Gomes Freire, centro do Rio de Janeiro. Na edição do dia seguinte ao atentado, o *Correio* acusa o governo de conivência com o clima de insegurança nacional e responsabiliza diretamente o presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, pelo terrorismo:

Não adianta dizer que a avalanche dos atentados é deflagrada pelo radicalismo de direita ou de esquerda. Adianta constatar que o Governo, que dispõe de colossal instrumento de informação, de gigantesco aparelho policial e de formidável aparato de espionagem, só usa esse instrumental para a prática da intimidação psicológica de seus adversários políticos, transformando simultaneamente os seus serviços secretos e não secretos em linha auxiliar do terrorismo. Mais do que indiferença, há, no comportamento do Governo, estímulo à violência. Há conivência.

Essa conivência, que a impunidade põe à prova, que a omissão comprova, espantosamente é assumida por um Governo que a toda hora se jacta de ter restabelecido a ordem no País. Não a restabeleceu. Incrementou a desordem. A desordem, esta, que está nas ruas, em cada bomba que explode. A desordem nos espíritos, reflexo da insegurança que é hoje o único sentimento dominante, no País. A desordem institucional, na investida contra o Poder Legislativo. A desordem religiosa, na perseguição à Igreja. A desordem material, nas arremetidas contra

<sup>134</sup> ATO Institucional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 10 abr 1964.

<sup>135</sup> LEAL, Carlos Eduardo. Op. cit.

bancos e quantos produzem e trabalham. A ofensiva contra a Imprensa coroa essa marcha batida para o caos.<sup>136</sup>

No mês seguinte, em janeiro de 1969 e já sob o Ato Institucional n.º 5, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do *Correio da Manhã*, e os jornalistas Osvaldo Peralva e Nelson Batista, membros da direção do jornal, foram presos. As prisões foram denunciadas à Sociedade Interamericana de Imprensa. Em retaliação, agentes do DOPS cercaram a sede do *Correio*, que passou a ser submetido à censura prévia.

Estes episódios agravaram a crise financeira, motivada pela queda de publicidade e pela diminuição do número de leitores. A aguda crise financeira levou, no final de 1969, ao arrendamento do *Correio da Manhã* por cinco anos a um grupo liderado por Maurício Nunes de Alencar e ligado à Companhia Metropolitana de Construções, uma das maiores empreiteiras do país. Através deste contrato, “a Cia. Metropolitana adquire o direito de utilizar o parque gráfico, as instalações administrativas, a redação na sede e nas sucursais e o título *Correio da Manhã* para publicar o jornal”<sup>137</sup>. O interesse deste grupo empresarial no jornal se explica pela sua ligação com o ministro dos Transportes Mario Andreazza, que possuía aspirações políticas maiores e necessitava de um jornal para lhe apoiar.<sup>138</sup>

O arrendamento representou também uma mudança na linha política do jornal. A nova direção do *Correio da Manhã* manifestou “o seu propósito de emprestar completo apoio ao povo e às autoridades na defesa da nossa segurança interna e externa”, cientes

dos obstáculos que a realização plena da democracia enfrenta, especialmente nos países em desenvolvimento, onde as contradições e as tensões resultantes do próprio processo desenvolvimentista reclamam uma crescente intervenção governamental para garantir o equilíbrio social, evitar os choques e assegurar o esforço de construção econômica.<sup>139</sup>

Para Leal,

Ao que parece, porém, pela primeira vez o *Correio da Manhã* se afastava da chamada “ortografia da casa”, ou seja, dos pressupostos liberais que o orientaram desde sua fundação. Até então, suas oscilações em relação ao poder haviam sido ditadas pela fidelidade que devotava à Constituição; seu legalismo o levava alternadamente à oposição e à situação, ainda que, mesmo em defesa do governo, mantivesse sempre uma posição crítica. A partir do arrendamento, entretanto, o *Correio da Manhã* assumiu pela primeira vez em sua história uma posição governista incondicional.<sup>140</sup>

A crise econômica se acentuou a partir de 1973, levando o *Correio da Manhã* a diminuir o número de páginas para poder se manter em circulação. O jornalista Sebastião Néri

---

<sup>136</sup> O responsável. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 8 dez 1968.

<sup>137</sup> BARBOSA, Marialva. *Op cit.* p. 200

<sup>138</sup> Idem

<sup>139</sup> DEFINIÇÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 set 1969.

<sup>140</sup> LEAL, Carlos Eduardo, *op. cit.*

iniciou uma campanha contra Maurício Alencar e seus irmãos, alegando que não haviam respeitado integralmente o acordo de arrendamento e, em agosto desse ano, o *Correio* foi à justiça contra seus arrendatários. A crise, entretanto, prosseguia e em 8 de julho de 1974 o *Correio da Manhã* deixou de circular. A última edição, com uma circulação de três mil exemplares, possuía apenas oito páginas.

### **3.2. *Jornal do Brasil***

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco com o objetivo de ser um jornal que veiculasse, de alguma forma, críticas ao governo. O jornal foi lançado cerca de um ano e meio após a Proclamação da República e, inicialmente, possuía ligações com a monarquia. Apresentava-se, então, como um órgão de posições moderadas que pretendia manter boas relações com o regime republicano, porém afirmando seu propósito de criticar o governo.

Desde sua fundação, o *Jornal do Brasil* teve diferentes proprietários que imprimiram distintas linhas editoriais. No início do século XX, quando foi fundado o *Correio da Manhã* e que se caracterizava por ser um *jornal de opinião*, o *Jornal do Brasil* era, então, apelidado pejorativamente pelos demais órgãos de imprensa como “O Popularíssimo”. O jornal propunha-se, então, a ser um órgão de imprensa *popular* e defensor dos pobres e oprimidos, adquirindo grande popularidade entre as camadas populares e abandonando os inflamados debates políticos de seus primeiros anos. No entanto, a aceitação popular não significava que o jornal apoiasse as lutas populares que significassem qualquer tipo de ameaça à ordem constituída – como a Revolta da Chibata, em 1910. Esta fase durou de 1894 a 1919.

A partir de então o *Jornal do Brasil* entra numa fase moderada, buscando resgatar o prestígio de seus primeiros anos. O jornal atua então com discrição, prudência e moderação, sem se engajar em campanhas que representassem um risco ao jornal. Apesar do caráter moderado, o jornal sofreu fortes represálias com a eclosão da Revolução de 1930, ficando impedido de circular por quatro meses.

A partir dos anos 1950, o *JB* inicia um período de reformas, mantendo uma linha editorial discreta. Dentre as mudanças, destacam-se a organização de uma nova equipe de jornalistas, com profissionais egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, resultando num novo estilo para o *Jornal do Brasil*. A nova equipe acarretou a ampliação de seu noticiário e aumento do número de páginas. Em março de 1957 o jornal publica, pela

primeira vez, uma fotografia em sua primeira página, embora esta continuasse ocupada basicamente por anúncios até 1959, quando a primeira página foi radicalmente reestruturada. A impressão de fotografias na capa do jornal consolidaram as imagens fotográficas como fontes de informação. Outras importantes alterações ocorreram na página de esportes, tanto na diagramação como no estilo das fotografias e das matérias.

Paralelamente, a linha do jornal se definia com mais precisão à medida que o noticiário político ganhava destaque, mantendo, entretanto, a tradição de evitar comprometimento partidário explícito.

Com a entrada de Alberto Dines, que foi editor do *JB* de 1961 a 1973, consolida-se a reformulação do jornal:

Essa reforma fez de fato com que o jornal passasse a ocupar outra posição no seio da imprensa carioca, ganhando uma nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Apesar de tudo, porém, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão ‘católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada’.<sup>141</sup>

Durante a crise política causada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o jornal, em virtude de sua defesa da legalidade, sofreu as consequências da censura imposta por Carlos Lacerda, governador da Guanabara e adversário político de João Goulart. O *Jornal do Brasil* apoiou a adoção do regime parlamentarista como solução para o impasse político, demonstrando uma atitude positiva em relação a algumas medidas encaminhadas pela nova administração, como a política externa independente, as reformas de base e o Plano Trienal. Entretanto, a falência do Plano Trienal e a inclinação do governo para a esquerda provocaram a ruptura do *Jornal do Brasil* com João Goulart e seu apoio a uma intervenção militar como solução para a crise.

Em editorial de 31 de março de 1964, o *Jornal do Brasil* acusa o presidente João Goulart de criar o caos e dividir o Brasil e as Forças Armadas. O país teria perdido o rumo:

A cada dia que passa mais se divide o Brasil, mais se dividem suas Forças Armadas. A cada dia que passa menos se trabalha, menos se produz. E nada indica que essa marcha ladeira abaixo tenha algum paradeiro. Ou algum beneficiário visível. Este é principalmente o ponto para o qual se deve voltar a atenção do Presidente da República. Nem ele próprio nem seus auxiliares imediatos parecem governar essa anarquia que já abre sobre o País uma espécie de cogumelo atômico. Uma indisciplina alegre e irresponsável, um ambiente de fim de festa se estende sobre o País que diariamente ouve insultos ao Congresso e ataques à ordem entre os soldados. Não se trata de uma atmosfera de reformas, não se trata nem mesmo de uma atmosfera de Revolução organizada. Ou ainda não. Trata-se exatamente de uma espécie de preparo de terreno, de desmoralização do País para alguma invasão.

---

<sup>141</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. “*Jornal do Brasil*”. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

Quem pode, em sã consciência, descrever e interpretar o que se desenrola aos olhos de todos mas não chega ao entendimento de ninguém?<sup>142</sup>

Com a instauração do golpe militar, o *JB* festejou o acontecimento como a instalação da verdadeira legalidade, através da restauração da disciplina e da hierarquia militares. Além disso, defendeu a deposição do presidente por atentar contra a federação: “As Forças Armadas, responsáveis pela segurança interna e externa do País, saberão encontrar logo a solução constitucional cabível para a imperiosa deposição do caudilho João Goulart”<sup>143</sup>.

A publicação do Ato Institucional n.º 1, em 9 de abril de 1964, teve o apoio do *JB*, definindo-o como a apresentação dos “chefes do movimento armado que derrubou João Goulart (...) à opinião pública empunhando a bandeira da legalidade revolucionária” e declara:

Ao fazer esta apreciação do documento destinado a institucionalizar o estado revolucionário instaurado no País, o *Jornal do Brasil* mantém sua linha de coerência no combate ao Governo deposto e no apoio ao movimento civil e militar que o liquidou, para salvar o Brasil da desintegração, da comunização e da submissão nacional. O saldo do Ato Institucional está principalmente na declaração de que a soma de poderes nele constituídos se exercerá integralmente “no exclusivo interesse do País”. Seus fins, portanto, não são liberticidas, ainda que importem em delimitação de direitos.<sup>144</sup>

O *Jornal do Brasil* apoiou a indicação de Humberto de Alencar Castelo Branco para a Presidência da República. Se, por um lado, o *JB* viu com reservas as cassações do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do governador deposto de Goiás, Mauro Borges, por outro lado apoiou medidas como o prolongamento do mandato presidencial até 1967, a Constituição de 1967 e a candidatura de Carlos Flexa Ribeiro, da UDN, para o governo do estado da Guanabara. O *Jornal do Brasil* buscou manter sua independência apoiando as medidas que considerava corretas e combatendo as arbitrariedades e repressão. Seu posicionamento político vai fazer com que o jornal tenha que conviver com a censura prévia, a intimidação e prisão de diretores e editores, a invasão de sua sede em 1964 e o boicote econômico por parte do governo, causando prejuízos à empresa.

O *Jornal do Brasil* foi contrário à candidatura de Arthur da Costa e Silva para a sucessão de Castelo Branco por considerá-lo “incapaz de conduzir a manipular as lutas entre as diferentes facções, de maneira a impedir o endurecimento do regime”. Foi sob o governo de Costa e Silva que entrou em vigor o Ato Institucional n.º 5, que teve total repúdio de *JB*. As críticas, entretanto, eram contra o governo, e não atingiam o regime militar em si.

---

<sup>142</sup> DESGOVERNO e ilegalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 31 mar 1964.

<sup>143</sup> FORA da lei. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 1 abr 1964.

<sup>144</sup> O ATO institucional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 10 abr 1964.

O *Jornal do Brasil* voltou a apoiar o governo quando da ascensão de Emílio Garrastazu Médici à Presidência. “Nesse momento, segundo Luís Alberto Bahia, o regime militar já não invocava tanto a ameaça comunista e a desordem financeira como justificativas para sua manutenção. A nova doutrina se baseava em projetos de desenvolvimento e na ideia da grandeza nacional”<sup>145</sup>. Ainda segundo Bahia, mesmo sob os períodos de maior repressão, o *Jornal do Brasil* manteve

certas janelas de oposição forte ao regime. Essa era uma forma de [o jornal] manifestar sua fidelidade às suas origens liberais. Sob o constrangimento e a coação de um regime todo-poderoso, o *Jornal do Brasil* preservou certas brechas através das colunas assinadas de Alceu do Amoroso Lima (que usava o pseudônimo de Tristão de Ataíde) e Carlos Castelo Branco, por onde podiam ser veiculadas críticas, ainda que a linha editorial do jornal fosse de apoio.<sup>146</sup>

A posse de Garrastazu Médici na Presidência da República foi vista de forma positiva pelo *Jornal do Brasil*, celebrando-a como a volta do país ao regime constitucional, embora a Constituição permanecesse eclipsada pelos poderes especiais estabelecidos pelo Ato Institucional n.º 5. O *JB* dá um voto de confiança ao Presidente eleito julgando que este saberá o momento oportuno de suprimir o “instrumento sobressalente de poder” e conduzirá o país na direção democrática<sup>147</sup>.

Somente a partir de 1974, no governo de Ernesto Geisel, o *Jornal do Brasil* passa a apresentar divergências sérias com a situação.

### **3.3. As fotografias da Agência Nacional nas páginas do *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil***

A reforma gráfica do *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1950, ajudou a consolidar as imagens fotográficas como fontes de informação: uma fotografia passou a ser publicada em espaço nobre, na primeira página do jornal. Com a criação do Departamento de Fotografia e de um editor de fotografia, a valorização do fotojornalismo fica ainda mais evidente: era a prática fotojornalística alcançando sua potencialidade. As reformas gráficas do *Jornal do Brasil* foram importantes para a modernização do fotojornalismo brasileiro como um todo. O *Correio da Manhã*, a partir do início dos anos 1960, também investe no fotojornalismo contratando Erno Schneider, que havia ganhado o Prêmio Esso no *Jornal do Brasil*, para

---

<sup>145</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio, op. cit.

<sup>146</sup> BAHIA, Luís Alberto (entrevista) apud FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio, op. cit.

<sup>147</sup> JOGO da verdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 30 out 1969.

assumir o cargo, até então inédito, de editor de fotografia. Novos fotógrafos foram contratados e as instalações e equipamentos foram modernizados.<sup>148</sup>

Pretende-se agora analisar a circulação das fotografias da Agência Nacional nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, no período do governo de Emílio Garrastazu Médici. Para tanto, pesquisou-se os exemplares do dia 30 de outubro de 1969, posse de Médici na Presidência da República, ao dia 15 de março de 1974, quando seu sucessor, Ernesto Geisel, toma posse na Presidência do país.

A escolha do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* deveu-se à grande importância destes periódicos no Rio de Janeiro. O *Correio da Manhã*, em seus melhores momentos, chegou a tiragens diárias superiores a 200 mil exemplares. Entretanto, a crise que se abateu sobre o jornal no final dos anos 1960, levando ao seu fechamento em 1974, havia reduzido sua tiragem para cerca de 3 mil exemplares. Inicialmente pensou-se em utilizar também o jornal *O Globo*. Entretanto, verificou-se que no período pesquisado não houve a publicação de nenhuma fotografia da Agência Nacional neste jornal.

As edições de ambos os jornais foram pesquisadas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, buscando-se o nome da Agência Nacional no crédito das fotografias. No total, foram encontradas 14 fotografias da Agência Nacional publicadas no *Correio da Manhã* e apenas uma no *Jornal do Brasil*.

Segundo Jorge Pedro Sousa<sup>149</sup>, a imagem fotográfica, para ser explorada plenamente pelo fotojornalismo, deve cumprir requisitos de ênfase, relevância e oportunidade. A ênfase consiste em fotografias nítidas, bem expostas e compostas de forma que o leitor reconheça imediatamente o acontecimento principal. A relevância consiste na representação dos aspectos mais significativos do assunto. Por oportunidade compreende-se a obtenção da fotografia no “instante decisivo”, revelando algum aspecto interessante para o significado do evento. Ainda segundo o autor, o cultivo da fotografia única no fotojornalismo leva os fotógrafos a tentarem conjugar em uma única imagem os diversos elementos significativos de um acontecimento.

No fotojornalismo o repórter busca escrever através das imagens, carregando-as de sentido, configurando-se como discurso de modo que sua intencionalidade seja percebida pelo leitor. Embora as fotografias da Agência Nacional não se enquadrem exatamente no

---

<sup>148</sup> OLIVEIRA, Gil. “Fotojornalismo subversivo: 1968 revisto pelas lentes do Correio da Manhã”. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 11, dez. 2011. p. 118

<sup>149</sup> SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo performativo: o serviço de fotonotícia da Agência Lusa de Informação*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998, apud ALVES, Fabiana Aline. *Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotoperiodística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968)*. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. p. 53

fotojornalismo ou no fotoassessorismo, elas possuem muitas características que as aproximam destas linguagens, justamente por terem como objetivo a publicação nos veículos de comunicação.

Como foi mencionado anteriormente, o *Correio da Manhã* vivia neste período uma aguda crise financeira que levou ao seu arrendamento no final do ano de 1969 e culminou com o fim de sua circulação em julho de 1974, de maneira que nos anos Médici o *Correio da Manhã* já estava em decadência, bem distante da importância que adquirira nos primeiros anos da ditadura militar.

Uma das possibilidades para esse pequeno número de fotografias da Agência Nacional publicadas nos jornais da época pode ser devido à importância adquirida pelo fotojornalismo e à expansão de uma nova cultura visual levando à sua valorização pelos jornais, que passaram a investir em repórteres fotográficos, sem depender tanto da informação e imagens fornecidas pela agência oficial do governo federal. O *Correio da Manhã*, que vivia um momento de crise e havia perdido a sua importância como um jornal de oposição ao regime, não poderia investir tanto em uma equipe própria de repórteres fotográficos e acabou por utilizar mais imagens fornecidas pela Agência Nacional.

A fotografia da Agência Nacional no *Jornal do Brasil* foi publicada em 20 de fevereiro de 1973 (Figura 1). Na imagem, creditada como “Telefoto Agência Nacional”, lê-se a legenda: “Médici inaugurou o Aeroporto Internacional de Roraima, na viagem que o leva à Venezuela”. Na fotografia, vê-se o Presidente Médici descerrando uma placa pela inauguração do Aeroporto de Boa Vista, acompanhado de sua comitiva que incluía os ministros Costa Cavalcanti, do Interior, e Araripe Macedo, da Aeronáutica, e o governador de Roraima, Hélio Campos.

A fotografia aparece no topo da terceira página do jornal, nas colunas centrais. Nela vemos o Presidente Médici em primeiro plano (2º à esquerda) descerrando a placa de inauguração do aeroporto. Médici não está de frente para a câmera, aparece de perfil olhando a placa descerrada. Ao seu lado direito, o ministro do Interior, Costa Cavalcanti. Ao seu lado esquerdo, outro membro da comitiva que não pode ser identificado, pois está de costas para a câmera. Todos os demais membros da comitiva também estão olhando para o mesmo ponto que o Presidente, mas estão posicionados em diferentes níveis, provavelmente em alguma escada. O fotógrafo aparentemente estava em um ponto mais alto que os personagens que aparecem à esquerda, de maneira a obter uma tomada de todos os presentes no ambiente.



Figura 1 – Jornal do Brasil, 20/02/1973, 1º Caderno, p. 3

No jornal *Correio da Manhã*, no período estudado nesta pesquisa, a primeira fotografia da Agência Nacional publicada foi no dia 11 de março de 1972 (Figura 2). Sob o título “Médici já no Rio à espera de Lanusse”, diz a nota:

A fim de receber o Presidente da República Argentina, General Alejandro Lanusse, que estará no Rio amanhã, domingo, desembarcou esta manhã na Base Aérea do Galeão, em companhia dos chefes dos Gabinetes Civil e Militar e do Serviço Nacional de Informações, respectivamente Ministro Leitão de Abreu e Generais Baptista Figueiredo e Carlos Alberto Fontoura, o Presidente Emílio Garrastazu Médici que foi recepcionado pelo Governador Chagas Freitas, pelos comandantes do I Exército, I Distrito Naval e III Zona Aérea, além de outras autoridades civis e militares. (Foto da Agência Nacional)

Médici aparece em destaque no centro da foto, caminhando na pista tendo a seu lado direito uma criança, possivelmente sua neta, e a seu lado esquerdo um militar que não é possível identificar. Ao fundo, vemos outros militares de baixa patente batendo continência

pela passagem do Presidente. A fotografia foi a única publicada nesta página do jornal e aparece no centro da página.



Figura 2 – Correio da Manhã, 11/03/1972, 1º Caderno, p. 2

Em dezembro do mesmo ano foi publicada outra fotografia da Agência Nacional no Correio da Manhã (Figura 3). Na imagem, localizada no canto inferior esquerdo da página, vê-se um aspecto de uma homenagem prestada pelo capitão-de-fragata espanhol Ricardo Valespin Raurell à Marinha brasileira. Sob o título “Flores para Tamandaré”, diz a nota:

O Capitão-de-Fragata Ricardo Valespin Raurell, comandante no navio-escola “Juan Sebastian do Elcano”, da Marinha de Guerra da Espanha, que chegou hoje ao Rio para uma visita de cinco dias, prestou, esta tarde, uma homenagem à Marinha brasileira, colocando flores no Monumento a Tamandaré, na Praia de Botafogo. O Almirante Geraldo de Azevedo Henning, comandante do I Distrito Naval, recepcionou o visitante junto ao monumento, enquanto uma guarnição do CFN prestava as honras protocolares. Uma banda de música da corporação executou os hinos brasileiro e espanhol, sendo hasteado, na ocasião, o pavilhão dos dois países. Estiveram presentes, além do embaixador da Espanha, toda a oficialidade do “Juan Sebastian do Elcano”. Na foto da Agência Nacional, um aspecto da cerimônia.

A fotografia foi publicada no lado esquerdo inferior da terceira página do jornal. Na imagem, não é possível identificar as pessoas retratadas em primeiro plano, apenas constatar

que são fuzileiros navais, prestando as honras protocolares. Eles colocam uma coroa de flores no Monumento a Tamandaré em homenagem à Marinha brasileira. Em segundo plano, um terceiro homem, em traje civil, que pode ser o comandante espanhol Ricardo Valespin Raurell.



Figura 3 – Correio da Manhã, 23/12/1972, 1º Caderno, p. 3

Outra fotografia da Agência Nacional foi publicada na primeira página do *Correio da Manhã* de 24 de fevereiro de 1973 (Figura 4). Nesta telefoto, vemos o Presidente Médici em Macapá, assistindo à assinatura de um convênio entre o Projeto Rondon, a Universidade Rural do Rio de Janeiro e o governo do Amapá para a instalação de um novo *Campus Avançado* do Projeto Rondon na região amazônica.

O Projeto Rondon foi criado em 1967 com o objetivo de melhorar as condições de vida de comunidades amazônicas, com a participação de estudantes universitários, que eram levados a comunidades carentes e isoladas onde participavam principalmente de atividades de caráter assistencialista organizadas pelo governo. Tendo como lema “integrar para não

entregar”, o projeto estava fortemente ligado ao ideário desenvolvimentista e à doutrina de segurança nacional.

A fotografia está localizada na metade inferior da primeira página, ao centro, o que lhe confere algum destaque na capa do jornal. Nela, o Presidente Médici está localizado à esquerda, de pé, observando a assinatura do convênio. Ao seu lado, o governador do então Território do Amapá, José Lisboa Freire. O Presidente Médici não foi colocado em destaque em relação aos demais presentes na foto.



Figura 4 – Correio da Manhã, 24/02/1973, 1º Caderno, p. 1

Na edição de 17 de março de 1973, novamente uma fotografia produzida pela Agência Nacional foi publicada na primeira página do Correio da Manhã (Figura 5). Mais uma vez vemos o Presidente Médici, desta vez em visita ao Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro, acompanhado de autoridades. Sob o título “Museu Imperial recebe Médici”, diz a legenda:

O Presidente Médici visitou, ontem, o Museu Imperial de Petrópolis, sendo recebido pelo Ministro Jarbas Passarinho, Governador Raimundo Padilha, Professor

Lourenço Luiz Lacombe, diretor da Casa, e Prefeito Paulo Rattes, que são vistos na foto da Agência Nacional.

A visita de Médici a Petrópolis ocorreu por ocasião do aniversário de 130 anos da cidade. A fotografia foi publicada em tamanho pequeno na metade inferior da primeira página do jornal, ao centro. Nela vemos o Presidente Médici e demais autoridades mencionadas na legenda em uma dos salões do museu, ocupando o lado esquerdo da imagem. À direita, vê-se o coche de gala de D. Pedro II, uma carruagem toda em madeira trabalhada.



Figura 5 – Correio da Manhã, 17/03/1973, 1º Caderno, p. 1

Na edição de 14 de agosto de 1973, disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Figura 6), a fotografia da Agência Nacional está muito escura, impedindo sua visualização e sendo possível apenas distinguir dois vultos de homens. Pela legenda, sabemos que se trata do Presidente Médici e do novo embaixador dos Estados Unidos, John Hugh Crimmins, por ocasião da entrega de suas credenciais. Na legenda, sob o título “Crimmins entrega credenciais”, lê-se:

O novo chefe da representação diplomática dos Estados Unidos em nosso País, Embaixador John Hugh Crimmins, esteve, na manhã de ontem, no Palácio do

Planalto, em Brasília, onde fez a entrega de suas credenciais ao Presidente Médici. Na foto, da Agência Nacional, o Sr. John Crimmins, substituto do Embaixador John W. Tuthill, que há pouco retirou-se da chefia da Embaixada dos EUA, cumprimenta o Presidente da República, após a cerimônia.

A fotografia foi publica na metade inferior da primeira página, do lado direito. Não é possível distinguir maiores detalhes da imagem, além das informações contidas na legenda, devido à baixa qualidade da reprodução desta página. Tentou-se localizar o original desta fotografia no acervo da Agência Nacional depositado no Arquivo Nacional, a fim de poder visualizá-la e analisá-la, porém não foi encontrado.



Figura 6 – Correio da Manhã, 14/08/1973, 1º Caderno, p. 1

Na edição dos dias 26 e 27 de agosto de 1973, o *Correio da Manhã* publicou uma fotografia da Agência Nacional de detalhes de uma varanda de ferro na cidade de Bananal, São Paulo (Figura 7). Com o título “Casarões coloniais de Bananal recordam passado de riquezas”, a fotografia é a única a ilustrar uma reportagem sobre as atrações turísticas da região. Na legenda, a descrição da imagem: “Nos velhos sobradões de Bananal os avarandados de ferro batido exibem desenhos de linhas caprichosas e originais”. Na imagem,

publicada no topo da página 4, à esquerda, vemos os detalhes de uma grade de ferro e, ao fundo, um prédio da cidade.

Como visto no Capítulo 2, fotografias da Agência Nacional que não exibiam pessoas, apenas objetos, não eram muito comuns. Tampouco eram frequentes os temas não relacionados à política e à vida pública de um modo geral.

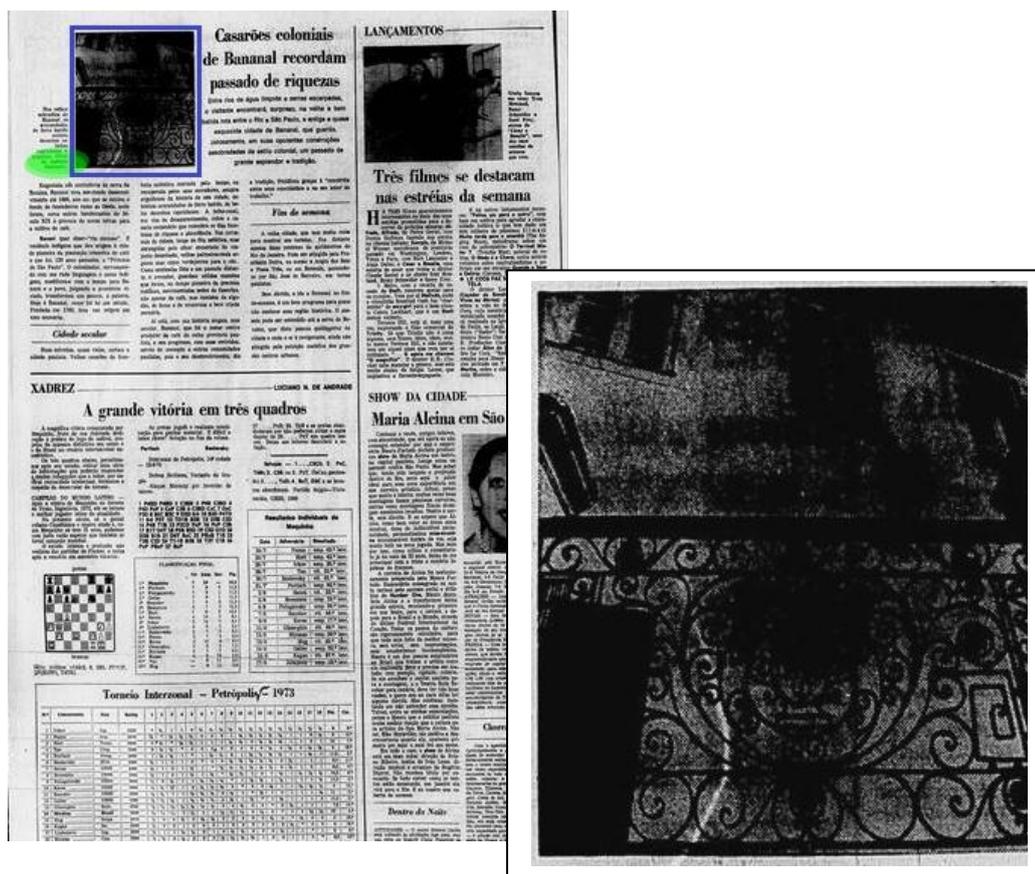


Figura 7 – Correio da Manhã, 26 e 27 de agosto de 1973, 1º Caderno, p. 4

A edição de quarta-feira, dia 26 de setembro de 1973, estampava uma fotografia de uma árvore de pau-brasil sendo plantada em Copacabana, no Rio de Janeiro (Figura 8). Esta fotografia foi publicada acompanhada de uma nota contextualizando o evento, sob o título “Praça recebe pau-brasil”:

PAU-BRASIL CHEGA A COPACABANA – Em comemoração à Festa Anual das Árvores e sob o patrocínio do IBDF e do Governo da Guanabara, foi plantada na manhã de ontem uma muda de pau-brasil na Praça Demétrio Ribeiro, em Copacabana. Estiveram presentes funcionários do IBDF, o Administrador Regional de Copacabana, Sr. Aloísio Maria Teixeira Filho, alunos do Grupo Escolar Infante D. Henrique e o jovem Edilberto Ximenes, representando o Clube do Calçadão. Antes do plantio foram hasteadas as Bandeiras Nacional e da Guanabara, ao som do Hino Nacional. O Clube do Calçadão é uma iniciativa da Administração Regional de Copacabana, que ampara menores, dando-lhes educação escolar e uma função social.

A imagem está no centro da segunda página. A fotografia foi tirada de cima para baixo e nela vemos, em primeiro plano, alguns galhos da árvore de pau-brasil. Ao fundo, os presentes na comemoração e as bandeiras do Brasil e da Guanabara hasteadas.

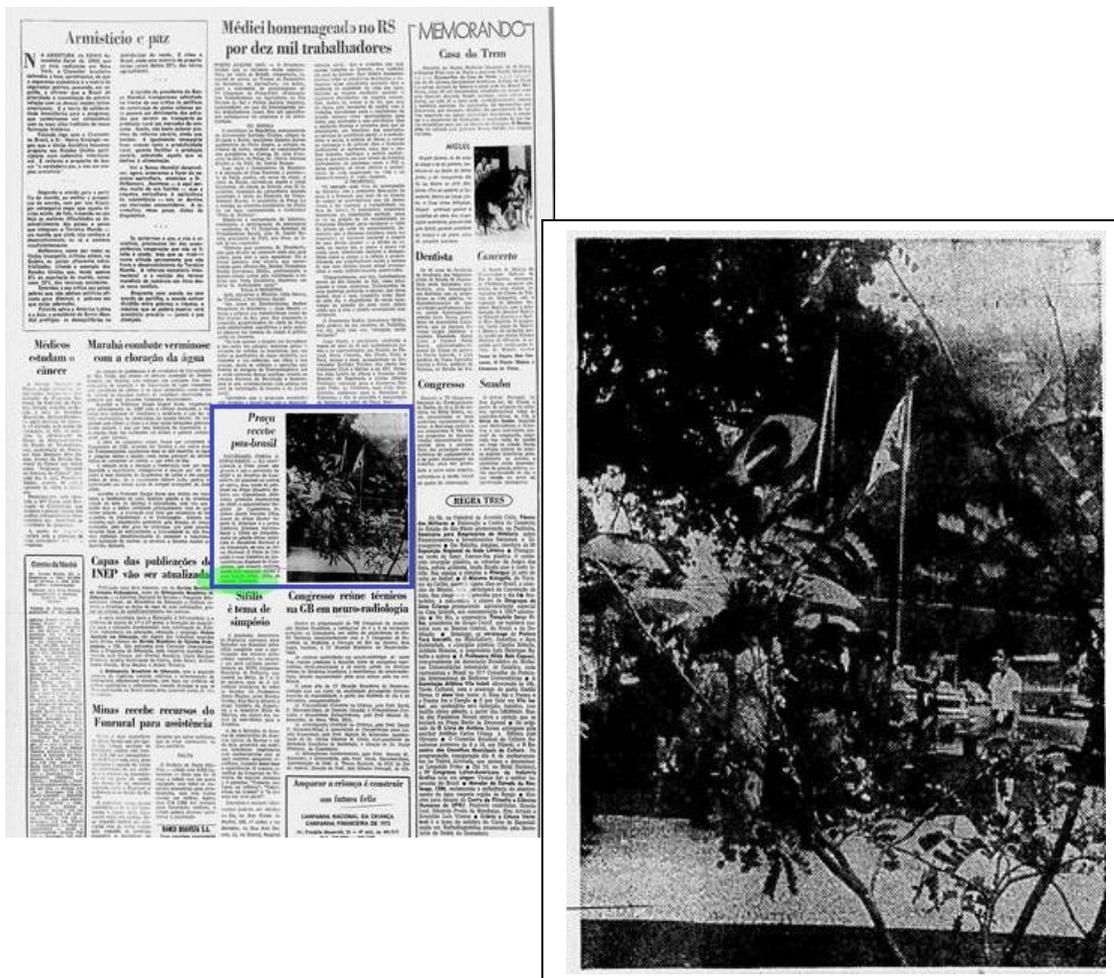


Figura 8 – *Correio da Manhã*, 26/09/1973, 1º Caderno, p. 2

Em 16 de outubro de 1973, Médici novamente aparece em uma fotografia da Agência Nacional publicada no *Correio da Manhã* (Figura 9). Nela vemos o Presidente Médici na recepção para entrega de credenciais do novo embaixador britânico no Brasil, Derek Lindsell Sherbone Dodson. Em segundo plano, no centro, vemos ainda o ministro de Relações Exteriores, Gibson Barboza.

A fotografia foi publicada no meio da segunda página, à esquerda. Médici e o embaixador britânico estão de perfil, um de frente para o outro se cumprimentando com um aperto de mãos. Observando, no centro da foto, está o ministro Gilson Barboza.



Figura 9 – *Correio da Manhã*, 16/10/1973, 1º Caderno, p. 2

No ano de 1974, nos últimos meses do governo Médici, seis fotografias da Agência Nacional foram publicadas no *Correio da Manhã*. Em 8 de janeiro daquele ano, o *Correio* estampava em sua primeira página uma fotografia do almoço em comemoração ao 47º aniversário de formatura da turma do Presidente Médici na Escola Militar do Realengo (Figura 10). Sob o título “Médici revê companheiros”, diz a legenda:

O Presidente Médici chegou ontem à Guanabara, acompanhado por D. Scila Médici, para assistir à missa em ação de graças pela passagem do 47º aniversário de formatura de sua turma da Escola Militar do Realengo e participar de almoço com antigos companheiros. Na foto, da Agência Nacional, o chefe da Nação por ocasião do almoço.

Na foto, vemos o Presidente Médici sentado à mesa de almoço, no centro da imagem. Ao seu lado direito, a primeira-dama, Scila Médici. Médici aparece com o rosto voltado para sua esquerda, conversando com o homem ao seu lado. O fotógrafo estava de pé no momento do registro, daí o ponto de vista de cima para baixo.



Figura 10 – Correio da Manhã, 08/01/1974, 1º Caderno, p. 1

No dia seguinte, 09 de janeiro de 1974, o *Correio da Manhã* mais uma vez traz uma fotografia da Agência Nacional em sua capa (Figura 11). Lembrando que, devido à sua crise financeira, o jornal se reduzia então a apenas oito páginas. Localizada na parte inferior direita da primeira página, a imagem mostra o general Ernesto Geisel, então candidato à Presidência da República que viria a ser eleito pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro, na inauguração do Serviço de Hepatologia da Santa Casa de Misericórdia. Com o título “Ernesto Geisel inaugura Serviço na Santa Casa”, a nota diz:

Em cerimônia que contou com a presença do General Ernesto Geisel, foram inauguradas, ontem, as novas e modernas instalações do Serviço de Hepatologia da Santa Casa – Oitava Enfermaria – que manterá em funcionamento mais de trinta leitos no térreo e no primeiro andar do edifício. O General Geisel, convidado pelo professor Figueiredo Mendes, novo diretor do Serviço, descerrou a placa alusiva ao acontecimento e cortou a fita que isolava a entrada principal da 8ª Enfermaria. Discursaram, na ocasião, o Provedor da Santa Casa, Ministro Afrânio Costa; o Professor Magalhães Gomes e o titular daquele Serviço. (Na foto da Agência Nacional, um aspecto da inauguração)

Geisel aparece no centro da imagem, cortando a fita de inauguração das novas instalações da Santa Casa.



Figura 11 – Correio da Manhã, 09/01/1974, 1º Caderno, p.1

Em 09 de fevereiro de 1974, na parte inferior da segunda página, nas colunas centrais, o *Correio da Manhã* publicou uma fotografia feita pela Agência Nacional do sepultamento do tenente-brigadeiro Dario Cavalcanti de Azambuja, no Cemitério São João Batista (Figura 12). Azambuja fora titular da Diretoria da Aeronáutica Civil, adido de Aeronáutica em Lima e Diretor de Ensino da Escola de Aeronáutica. Pela reportagem, sabemos que o enterro contou com a presença de familiares, diretores de companhias aéreas e militares da Aeronáutica.

A fotografia foi publicada na parte inferior da página, ao centro, ocupando duas colunas. O lado direito da imagem é dominado por uma cruz em um jazigo, situando o leitor no cenário do acontecimento, o cemitério. À esquerda, concentrados na parte inferior da imagem, os presentes no sepultamento.

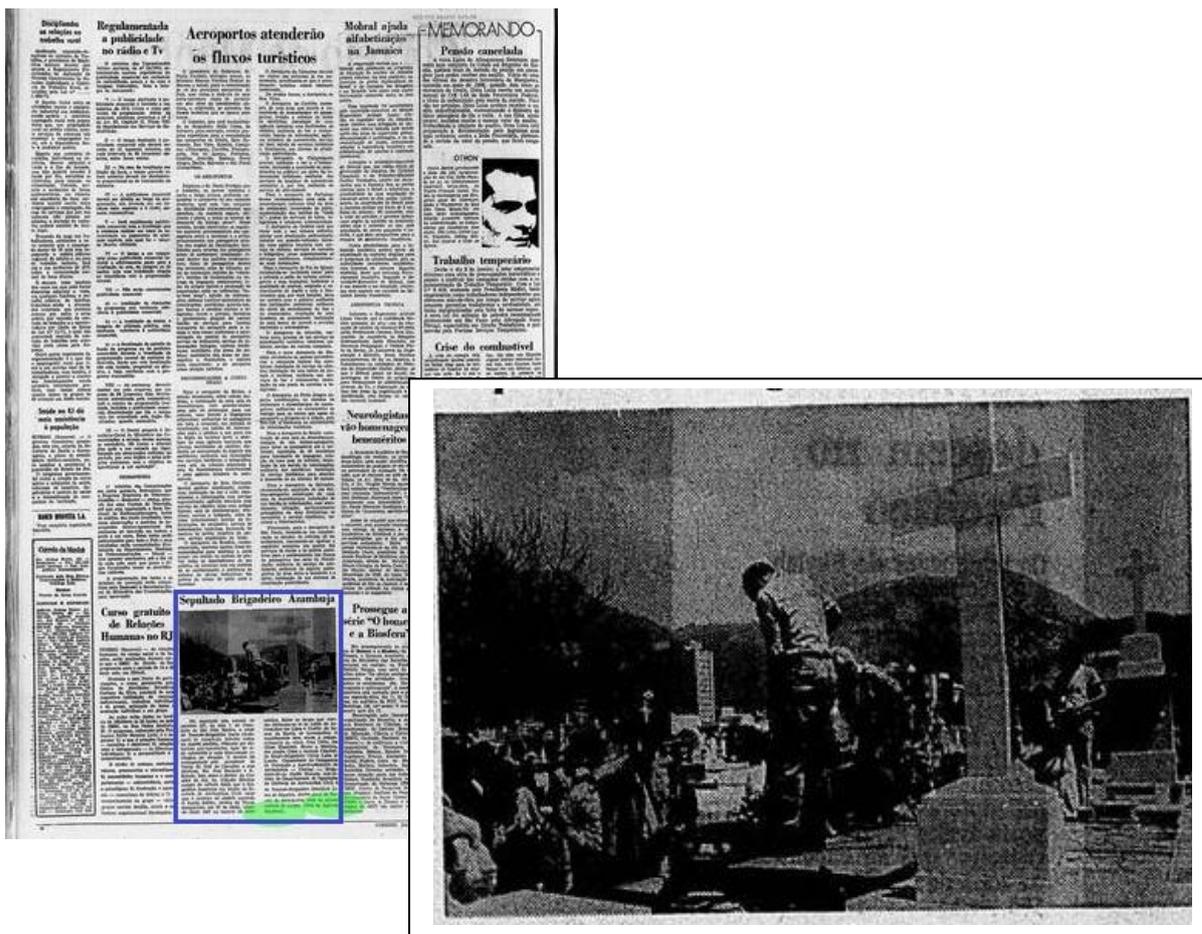


Figura 12 – *Correio da Manhã*, 09/02/1974, 1º Caderno, p. 2

Uma homenagem a Frei Orlando, patrono do Exército Brasileiro, ilustra a reportagem “Capelães militares homenageiam patrono”, parte de uma coluna intitulada Forças Armadas, composto ainda por uma notícia sobre a Marinha e outra sobre a Aeronáutica (Figura 13). Na legenda da foto, lê-se: “O Monsenhor Pheeney faz a encomendação junto ao túmulo de Frei Orlando”. Pela notícia sabemos que a homenagem faz parte das comemorações do Dia da Assistência Religiosa do Exército e aconteceu no Monumento aos Pracinhas, sendo conduzida pelo Monsenhor João Pheeney C. Silva, chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Força Expedicionária Brasileira e acompanhada por religiosos, militares e uma representante das enfermeiras da FEB.

Na imagem, publicada em tamanho pequeno na sexta página do *Correio da Manhã*, vemos todos os presentes de pé, frente aos túmulos. O Monsenhor João Pheeney Silva (em primeiro plano, 2º da esquerda para a direita) está conduzindo a cerimônia. Ao seu lado e atrás, os demais presentes à cerimônia.

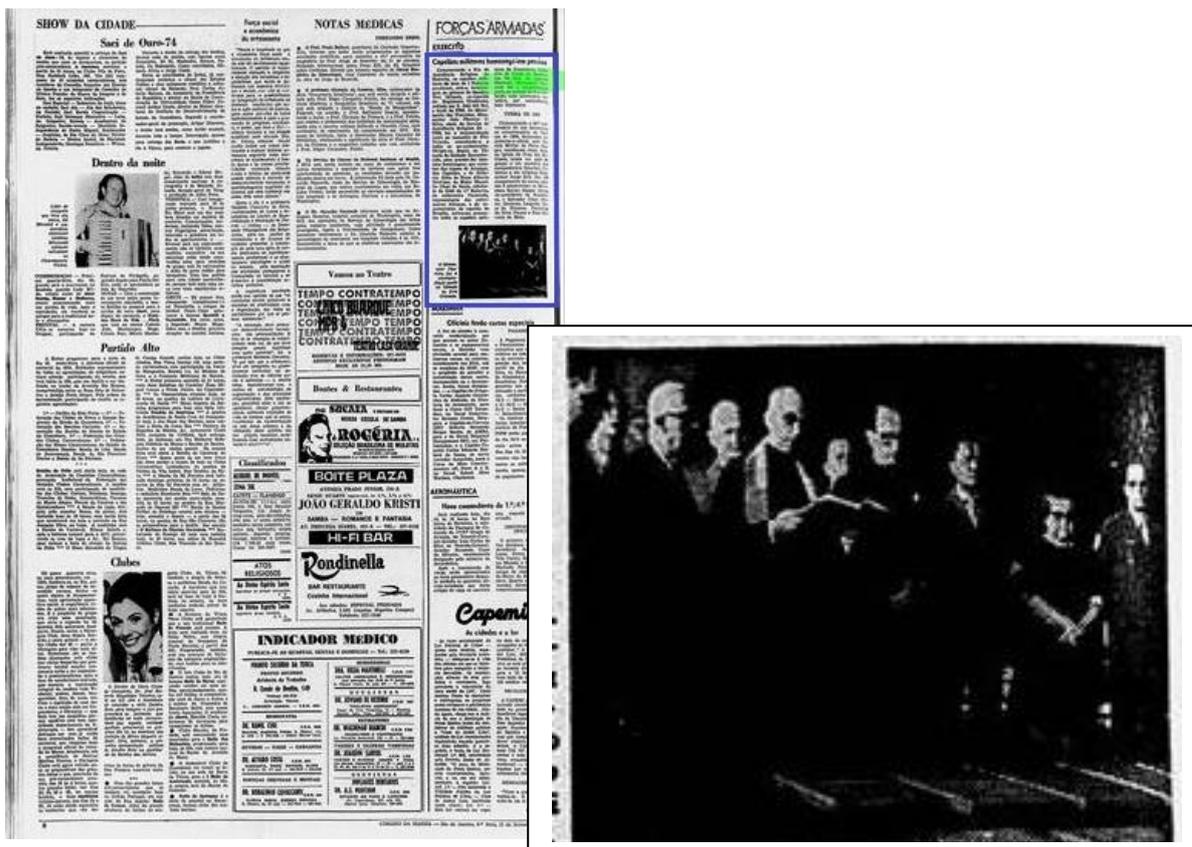


Figura 13 – Correio da Manhã, 15/02/1974, 1º Caderno, p. 6

Na segunda página da edição de 23 de fevereiro de 1974, a fotografia produzida pela Agência Nacional aparece na parte inferior da segunda página do *Correio da Manhã*, nas colunas centrais (Figura 14). Nela vemos uma solenidade onde o general Darcy Jardim de Mattos assumia o comando do Colégio Militar. Diz o texto-legenda:

Em solenidade realizada no Colégio Militar, presidida pelo General Ruben Continentino Dias Ribeiro, que no ato representou o General Antônio Jorge Corrêa, chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, assumiu, ontem, o comando daquele estabelecimento de ensino o General Darcy Jardim de Mattos, em substituição ao General Benedito Maia Pinto de Almeida, que foi nomeado Diretor do Pessoal Civil do Exército. À cerimônia estiveram presentes oficiais-generais das três Armas, comandantes de unidades, membros dos corpos discente e administrativo do Colégio, representantes do Governador da Guanabara, da Associação de Ex-Alunos e das Forças Auxiliares, além de outras autoridades civis e militares. (Foto da Agência Nacional)

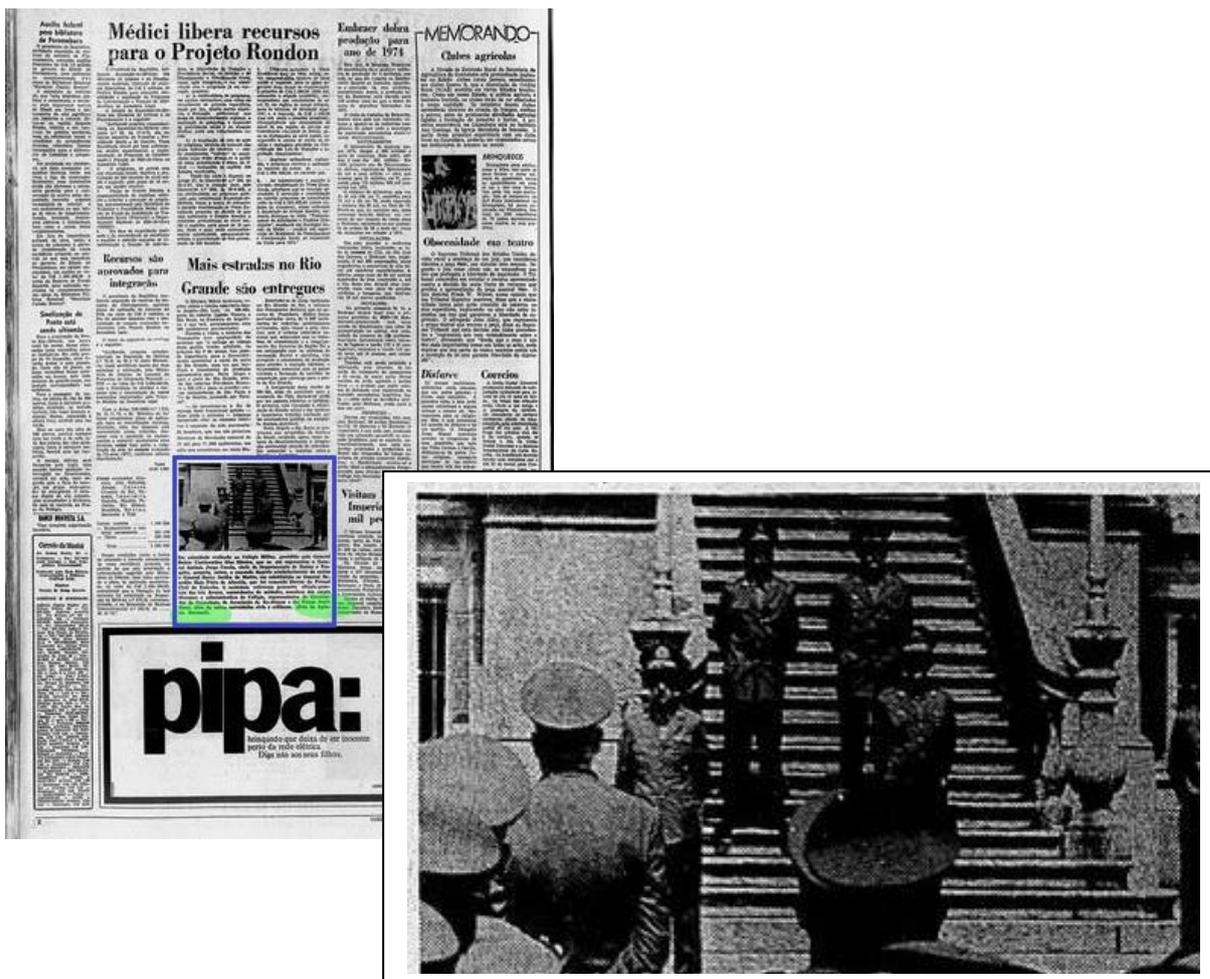


Figura 14 – *Correio da Manhã*, 23/02/1974, 1º Caderno, p. 2

A última fotografia da Agência Nacional publicada pelo *Correio da Manhã* durante o governo Médici saiu na edição de 9 de março de 1974 (Figura 15). Trata-se da entrega de diplomas e medalhas aos “Amigos da Marinha”, como parte das comemorações de 166º aniversário de fundação do Corpo de Fuzileiros Navais. Pela notícia<sup>150</sup> obtemos informações sobre os presentes na imagem, que não contém legenda:

Como parte das festividades do 166º aniversário de fundação do Corpo de Fuzileiros Navais, seu Comandante, Almirante Roberval Pizarro Marques, entregou esta manhã, no salão nobre do QG-CFN, na Ilha das Cobras, diplomas e medalhas de “Amigos da Marinha” a diversas personalidades. O Subcomandante do EM, Capitão-de-Mar-e-Guerra Alexandre Macaldas, falando em nome do Almirante Pizarro Marques, ressaltou os serviços prestados à Marinha pelos agraciados, Srs. Luís Carlos de Orquiza Nóbrega, Heitor Alberto Mourão Grapier, Floriano Pinto de França Ferreira, Moacir Geraldo Maciel, Carlos Granado Maciel e Coronel Carlos Francisco Torres de Castro (Foto da Agência Nacional).

<sup>150</sup> A notícia aparece com o título “Teatro Jovem Fluminense vai ter festival em julho” trocado com a notícia acima da fotografia. O título correto é “Amigos da Marinha têm homenagem dos Fuzileiros”.



Figura 15 – *Correio da Manhã*, 09/03/1974, 1º Caderno, p. 6

Das 15 fotografias da Agência Nacional publicadas pelos jornais analisados neste trabalho, o *Correio da Manhã* publicou 14 delas e o *Jornal do Brasil*, apenas uma. Uma das razões desta grande diferença pode ser o fato de o *Correio da Manhã* estar em um processo de aguda crise financeira a partir de 1969, que culminou com o fechamento deste jornal em julho de 1974. Devido à crise, é possível supor que o *Correio* não pudesse investir tanto em uma equipe de fotógrafos própria, utilizando, portanto, mais fotografias produzidas pela Agência Nacional. O *Jornal do Brasil*, por outro lado, já tinha uma equipe estabelecida para produzir suas próprias fotografias e acompanhar os principais eventos políticos nacionais. Assim, ao longo dos quase 4 anos e meio do governo do Presidente Médici, o *JB* publicou apenas uma fotografia da Agência Nacional, da inauguração do aeroporto de Boa Vista, em Roraima, pelo Presidente da República.

Dessas 15 fotografias identificadas anteriormente, 2 foram publicadas em 1972, 7 ao longo do ano de 1973 e 6 nos primeiros meses de 1974 (até 15 de março, quando o mandato

de Médici na Presidência chegou ao fim). Praticamente a metade das fotografias da Agência Nacional foi publicada no ano de 1973.

O espaço fotográfico, conforme visto no capítulo anterior, compreende as escolhas contidas no plano da expressão (tamanho, formato, enquadramento, nitidez e produtor). Em relação ao tamanho das fotografias, é difícil precisar as medidas das fotografias publicadas, uma vez que não foram consultadas as edições originais dos jornais, apenas suas versões digitais. No entanto, em relação ao tamanho da página do jornal, é possível afirmar que 10 (66,6%) foram publicadas em tamanho pequeno. As outras 5 (33,3%) foram publicadas em tamanho médio. Quanto ao formato, apenas duas são quadradas; as demais são retangulares.

Em relação ao enquadramento, foram analisados o sentido e a direção da fotografia, a distribuição dos planos e o arranjo/equilíbrio. No que se refere ao sentido da foto, 9 são horizontais e 4, verticais. Nas duas fotografias quadradas, esta categoria não se aplica. Na amostragem analisada no capítulo anterior, as fotografias horizontais também eram maioria representando 79% do total. Dentre as fotografias publicadas, o percentual de fotografias horizontais cai para 60%.

Com relação à direção da foto, a maior parte é de fotografias centralizadas e de cima para baixo: 5 foram tiradas de cada uma dessas maneiras. Há ainda 2 fotografias da direita para a esquerda, 2 da esquerda para a direita e 1 de baixo para cima.

No que concerne a distribuição dos planos, 11 fotografias possuem 1 ou 2 planos, priorizando a figura humana, que é o objeto central de 13 imagens.

Em termos de espaço natural, 9 dos locais retratados (60%) são na cidade do Rio de Janeiro. Destas, há fotografias na Base Aérea do Galeão; no Monumento a Tamandaré, na Praia de Botafogo; na Praça Demétrio Ribeiro, em Copacabana; na Santa Casa de Misericórdia; no Cemitério São João Batista; no Monumento aos Pracinhas; no Colégio Militar; no Quartel General do Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha das Cobras; e uma em local não especificado. Outras 2 fotografias são no Palácio do Planalto, em Brasília – o único local que se repete nessas fotografias. As demais fotos são no Aeroporto de Boa Vista, em Roraima; no Palácio Setentrão, em Macapá, Amapá; no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro; e em Bananal, São Paulo.

O percentual de fotografias na cidade do Rio de Janeiro condiz com a amostragem analisada no Capítulo 2. Lá, a quantidade de fotografias em locais no Rio de Janeiro também foi maioria, representando 58% do total, percentual bem próximo ao das fotografias publicadas.

Ainda em relação aos locais retratados, os palácios, centros do poder, predominaram junto com as instalações militares. Em relação aos palácios, foram duas fotografias no Palácio do Planalto, sede do governo federal, e uma no Palácio Setentrião, sede do governo do estado do Amapá. Nenhum destes dois palácios apareceu na amostragem analisada no Capítulo 2. As instalações militares também apareceram em 3 fotografias. Em seguida, os locais mais retratados foram os monumentos, com 2 fotografias. Em termos percentuais, os palácios representam 20% das fotografias publicadas, mesmo percentual das instalações militares; os monumentos respondem por 13,3%; cada uma das demais fotos publicadas, que pertencem a categorias diferentes, corresponde a 6,6%.

No que se refere à oposição entre espaço interno e espaço externo, os ambientes internos perfazem 9 fotografias e os externos, 6. Percentualmente, o espaço interno representa 60% das fotografias publicadas. Na amostragem analisada no capítulo interior, a oposição entre espaço interno e externo era mais equilibrada, com leve predomínio do espaço externo, representando 52,5% da amostragem.

Aqui, todas as fotos que têm a figura humana como objeto central também são espontâneas, privilegiando o registro do acontecimento e o momento da ação. Entretanto, há que considerar que os retratados sabiam que seriam fotografados durante os eventos e, embora não tenham posado para a foto, certamente se colocavam de maneira a serem retratados de uma maneira positiva para sua imagem e do governo.

Em relação ao espaço da figuração, em todas as 13 fotografias em que a figura humana é o objeto central, ela aparece em grupo. Não foi publicada nenhuma fotografia em que aparecesse apenas um indivíduo. Os militares, tanto de alta quanto de baixa patente, aparecem em 8 fotografias, o que representa 53,3% das imagens publicadas. Número superior aos 27,5% de fotografias com a presença dos militares na amostragem analisada no segundo capítulo. Assim como na amostragem, os militares foram os mais retratados nas fotografias publicadas.

Em seguida está o Presidente da República que aparece em 7 fotografias, o que corresponde a 46,6% do total. Número também superior ao percentual encontrado nas amostragens, que foi de 16%. Médicos, entretanto, não aparece sozinho em nenhuma imagem. Está sempre acompanhado de ministros, militares, autoridades estrangeiras, governadores.

O povo e estudantes estão presentes em apenas em uma fotografia (Figura 8). E, ainda assim, não são as figuras de maior destaque na imagem, já que aparecem ao fundo tendo uma árvore de pau-brasil em primeiro plano. E ainda, nesta fotografia não há a presença de

qualquer autoridade civil ou militar. Assim como o povo, as mulheres também aparecem apenas como coadjuvantes, em duas fotografias: no almoço comemorativo do 47º aniversário de formatura da turma do Presidente Médici na Escola Militar do Realengo (Figura 10), onde estão presentes a primeira-dama, Scila Médici, e as esposas de outros militares presentes no almoço e na homenagem a Frei Orlando (Figura 13) há a presença de uma representante das enfermeiras da FEB. Se ainda hoje as mulheres são sub-representadas nos espaços de poder e decisão, esta representatividade era ainda menor no início dos anos 1970, relegando às mulheres uma atuação predominantemente no espaço privado.

Em relação ao espaço da vivência, que é a síntese do ato fotográfico, as 14 fotos publicadas puderam ser classificadas em 10 categorias: assinatura de convênios, cerimônias de posse e transmissão de cargos, comemorações, embarque e desembarque de autoridades, funeral, homenagens, inaugurações, recepção/entrega de credenciais e visitas. As comemorações são o tema mais retratado, aparecendo em 3 fotografias e representando 20% do total: Festa Anual das Árvores (Figura 8), aniversário de formatura da turma do Presidente Médici na Escola Militar do Realengo (Figura 10) e aniversário de fundação do Corpo de Fuzileiros Navais (Figura 15). Em seguida aparecem as inaugurações, homenagens e recepção/entrega de credenciais, que aparecem em duas fotografias, cada. Os demais temas aparecem em apenas uma fotografia cada um. Na amostragem analisada no Capítulo 2, o tema mais frequente foram as visitas, representando 15%; as comemorações representaram, então, apenas 5,5%.

Nenhuma das edições analisadas acima publicou mais de uma fotografia da Agência Nacional na mesma edição. Das 15 fotografias publicadas, 5 estavam na capa do jornal, o que lhes conferia um maior destaque.

Imprensa e poder são indissociáveis: os governos, como expressões do poder, utilizam a imprensa para induzir e fomentar condições de governabilidade; a imprensa, por sua vez, não existe sem inserção política. Com a expansão dos meios de comunicação, da tecnologia e da cultura visual ao longo do século XX, os governantes se utilizam cada vez mais destes meios para persuadir a população e divulgarem suas propostas, ainda que não explicitamente através de uma propaganda política.

No capítulo 2 vimos que as fotografias da Agência Nacional que eram encaminhadas aos veículos de comunicação iam acompanhadas de uma legenda ou nota contextualizando a imagem. É isso o que nos faz acreditar que aquelas fotografias eram as efetivamente

escolhidas para serem encaminhadas para a divulgação das atividades do governo. A quantidade de fotografias nestas condições é bastante elevada, cerca de 1100, entre os anos de 1971 e 1974. Entretanto, ao verificar a circulação destas imagens nos meios de comunicação, mais especificamente nos jornais, no mesmo período, nos deparamos com uma circulação bastante modesta: 14 fotografias publicadas no *Correio da Manhã*, uma no *Jornal do Brasil* e nenhuma no *O Globo*. E mesmo o *Correio da Manhã*, que foi o jornal que mais publicou estas fotografias, já não tinha um alcance tão grande, visto que sua tiragem em seus últimos anos era cada vez menor, se reduzindo a 3 mil exemplares quando de seu fechamento.

Portanto, pode-se concluir que, ao menos em termos de fornecimento de imagens para os jornais, o discurso construído pela Agência Nacional tinha pouco impacto neste período visto que foram publicadas apenas 15 fotografias em um período de pouco mais de 4 anos – um número bastante reduzido ao se comparar à quantidade de fotografias produzidas e distribuídas. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, a mensagem produzida pela Agência Nacional era replicada nos meios de comunicação, dado que as fotografias do governo publicadas nos jornais analisados seguiam o mesmo padrão de representação visual do conjunto analisado no Capítulo 2, reiterando a memória visual e, do ponto de vista da fotografia pública, fortalecendo o sentido oficial.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procurou-se mostrar a atuação da Agência Nacional na divulgação das notícias do governo de interesse do país durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. Diferente do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão que a precedeu, a Agência Nacional não tinha como finalidade fazer a propaganda do governo, menos ainda uma propaganda personalista centrada na figura do Presidente da República. Entretanto, é inegável que as fotografias produzidas neste período pela Agência Nacional procuravam construir uma imagem positiva do governo.

As fotografias da Agência Nacional no período analisado possuem características que as aproximam do fotojornalismo, na medida em que mantinham características deste gênero para se enquadrar nos critérios de noticiabilidade utilizados pelos meios de comunicação e tendo como objetivo sua publicação, e também do fotoassessorismo, pois visavam a manutenção de uma imagem, em sentido amplo, favorável ao governo e seus dirigentes.

Efetuiu-se a análise dos espaços que estruturam a mensagem fotográfica (espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço da vivência) e que compreendem diferentes aspectos de análise. Através da análise dos elementos da forma de expressão e que constituem o espaço fotográfico, foi possível confirmar o diálogo dessas fotografias com o fotojornalismo, visto que, por um lado, apoiavam a produção do fato noticioso e, por outro, apontavam para a possível incorporação dessas imagens em jornais e revistas.

Na análise do espaço geográfico nota-se a sua resignificação em cenário, exercendo uma função política como palco do exercício do poder. Além disso, diversas fotografias reforçam a ideia do Brasil como uma nação em rápido crescimento econômico, refletida em suas grandes obras. Era o poder sendo legitimado através da produção de imagens repletas de símbolos que valorizavam o progresso e o desenvolvimento.

A produção de fotografias pela Agência Nacional era feita de forma controlada, de modo a divulgar circunstâncias que se desejava que fossem divulgadas e que não fossem prejudiciais à imagem dos fotografados ou do governo de um modo geral.

Paralelo ao rápido crescimento econômico, o período entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 foi marcado por turbulências e agitações. Este lado, porém, não era mostrado nas fotografias da Agência Nacional. Mostravam-se apenas as imagens que

corroboravam o discurso do “Brasil grande” e do milagre econômico, a ilustração do discurso oficial. Não se registrou aquilo que fosse prejudicial para a imagem do governo.

No que se refere à circulação dessas imagens, constatou-se que o discurso produzido pelas fotografias da Agência Nacional não teve grande impacto na imprensa da época: apenas 15 fotografias foram publicadas em jornais, sendo 14 no Correio da Manhã e uma no Jornal do Brasil, levando em consideração ainda que o Correio da Manhã, neste período, possuía uma circulação modesta e já não tinha a mesma importância que tivera durante grande parte da década de 1960. No entanto, as fotografias publicadas seguiram o mesmo padrão de representação visual do conjunto analisado, fortalecendo o sentido oficial a partir do ponto de vista da fotografia pública.

Apesar da grande agitação social e política do período, as fotografias da Agência Nacional apresentam as realizações sociais, políticas e econômicas do governo, sem centralizar na figura do Presidente da República, mas reforçando a presença das Forças Armadas como o centro do poder.

As fotografias da Agência Nacional refletem, portanto, as relações de poder exercidas sobre as práticas de representação. É a tentativa de construção de uma memória visual e de uma memória pública positiva que positive os acontecimentos passados e os agentes sociais neles retratados.

## FONTES

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marisa Simões de. *O passado em p&b: história e poder na narrativa histórica construída pelo governo militar*. 2005. 159f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ALVES, Fabiana Aline. *Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968)*. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ALVES, Ronald Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974)*. 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ANDRADE, Jeferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENAZZI, Lauriano Atílio. *Fotografia: taxonomias e categorização de imagens jornalísticas*. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP: 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BUITONI, Dulcília. *Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Editora Unesp: São Paulo, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. *O governo democrático de Vargas através dos cinejornais*. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2013.

CASTRO, Ruy. Para o ‘Correio da Manhã’, com uma lágrima. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. D5, 9 jun. 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói. 2012.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Verbete: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. Acesso em: 11 jul 2014

\_\_\_\_\_. Verbete: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. Acesso em: 14 dez 2014

\_\_\_\_\_. Verbete: *Médici, Emílio Garrastazu*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

\_\_\_\_\_. Verbete: *Globo, O*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora

EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice. *Photographs objects histories: on the materiality of images*. Londres e Nova York: Routledge, 2004.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A reforma do Jornal do Brasil”. In: ABREU, Alzira Alves (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*, n. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LOUZADA, Silvana. As novas bossas da fotografia no Jornal do Brasil (1957-1961). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33, 2010. Caxias do Sul. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1141-1.pdf>> Acesso em 21 dez 2014

MACHADO, Douglas Vieira. “Imprensa e governo: o aterro da Praia Grande em Niterói e a política fluminense no tempo do governo Raymundo Padilha”. *Primeiros Escritos*, n. 19, mar/2013. pp. 42-56. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/pe-19.pdf>> Acesso em 09 out 2014

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. São Paulo: Global, 1980

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006

MAUAD, Ana Maria. “Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica”. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 2, n. 2, jul/dez. 2013. pp. 11-20

\_\_\_\_\_. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

\_\_\_\_\_; LOPES, Marcos Felipe de Brum. “História e fotografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “História e imagem: iconografia/iconologia e além”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Pedro. “Festas religiosas e políticas no tempo do governo Chagas Freitas”. *Primeiros Escritos*, n. 19, março de 2013. pp. 16-26

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. “Fotojornalismo Subversivo: 1968 revisto pelas lentes do Correio da Manhã”. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 11, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/285>>. Acesso em: 31 dez 2015.

PAIVA, José Ferreira de. “Trajetória histórica do Jornal do Brasil”. *Apontamentos Midiáticos*, v. 1, n. 2, jan/jun 2008.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. *A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República*. São Paulo: Annablume, 1995.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Comunicação Social. *Correio da Manhã: compromisso com a verdade*. Cadernos de Comunicação – Série Memória. Rio de Janeiro, s.d.

RAMOS, Clarissa. “Da propaganda e da repressão política: imagens do governo Chagas Freitas”. *Primeiros Escritos*, n. 19, mar/2013. pp. 27-41

REIS, Daniela Görgen dos. *Imagens do poder: as fotografias da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961)*. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODELLA, Cibele Abdo. “Fotoassessorismo: a imagem fotográfica na assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Maringá”. *Discursos Fotográficos*, v. 7, n. 10, pp. 33-56, Londrina, jan/jun. 2011.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SORLIN, Pierre. “Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da História”. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 12, 1994.

TAGG, John. *The burden of representation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

VALVANO, Thaís. “A ponte Rio Niterói e o governo de Raymundo Padilha”. *Primeiros Escritos*, n. 19, mar/2013. pp. 57-66

### **Referências Legislativas**

BRASIL. Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

BRASIL. Decreto do Conselho de Ministros n.º 2.131, de 22 de janeiro de 1963. Regulamenta a exibição, em todo o território nacional, do jornal cinematográfico “Atualidades A.N.” e dos documentários cinematográficos da Agência Nacional.

BRASIL. Decreto n.º 39.447, de 26 de junho de 1956. Aprova o novo regimento da Agência Nacional.

BRASIL. Decreto n.º 57.690, de 1 de fevereiro de 1966. Aprova o Regulamento para a execução da Lei n.º 4.680, de 18 de junho de 1965.

BRASIL. Decreto n.º 60.349, de 9 de março de 1967. Altera o Regimento do Gabinete Civil da Presidência da República, aprovado pelo Decreto n.º 56.596, de 21 de julho de 1965, em virtude da integração, no mesmo Gabinete, da Agência Nacional, conforme o disposto do Decreto-lei n.º 166, de 14 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.º 60.490, de 14 de março de 1967. Dispõe sobre a inclusão no Gabinete Civil da Presidência da República da Agência Nacional.

BRASIL. Decreto n.º 62.989, de 15 de julho de 1968. Assegura autonomia administrativa e financeira à Agência Nacional.

BRASIL. Decreto n.º 64.011, de 21 de janeiro de 1969. Institui Grupo de Trabalho para estudar e propor a estrutura de serviço destinado a divulgar o Brasil no exterior.

BRASIL. Decreto n.º 66.025, de 31 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a estrutura da Agência Nacional e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n.º 68.645, de 21 de maio de 1971. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Agência Nacional.

BRASIL. Decreto-lei n.º 166, de 14 de fevereiro de 1967. Transfere a Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Presidência da República.

BRASIL. Decreto-lei n.º 592, de 23 de maio de 1969. Dispõe sobre a estrutura e atribuições da Agência Nacional e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei n.º 7.582, de 25 de maio de 1945. Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e cria o Departamento Nacional de Informações.

BRASIL. Decreto-lei n.º 9.788, de 6 de setembro de 1946. Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 6.650, de 23 de maio de 1979. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

## ANEXO 1

### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO

Agência Produtora Ano				
Local retratado				
Tema retratado				
Pessoas retratadas				
Objetos retratados				
Atributo das pessoas				
Atributo da paisagem				
Tempo retratado (dia/noite)				
Nº da foto				

### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DE EXPRESSÃO

Agência Produtora Ano				
Tamanho da foto				
Formato da foto e suporte (relação com o texto escrito)				
Tipo de foto				
Enquadramento I: sentido da foto (horizontal ou vertical)				
Enquadramento II: direção da foto (esquerda, direita, centro)				
Enquadramento III: distribuição de planos				
Enquadramento IV: objeto central (arranjo e equilíbrio)				
Nitidez I: foco				
Nitidez II: impressão visual (definição de linhas)				
Nitidez III: iluminação				
Produtor: amador ou profissional				
Nº da foto				

## ANEXO 2

### **Código de Referência das fotografias do Fundo Agência Nacional**

**Fotografia 1** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0010

**Fotografia 2** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0013

**Fotografia 3** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0014

**Fotografia 4** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0020

**Fotografia 5** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0008

**Fotografia 6** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0018

**Fotografia 7** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0006

**Fotografia 8** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0009

**Fotografia 9** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0005

**Fotografia 10** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0007

**Fotografia 11** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0003

**Fotografia 12** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0001

**Fotografia 13** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0016

**Fotografia 14** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0019

**Fotografia 15** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0011

**Fotografia 16** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0015

**Fotografia 17** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0017

**Fotografia 18** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0012

**Fotografia 19** - BR RJANRIO EH.0.FOT 0002

Todas as fotografias da Agência Nacional contidas neste trabalho pertencem ao Fundo Agência Nacional do Arquivo Nacional.